



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**CORPOS EM SITUAÇÃO DE RUA EM BELÉM DO PARÁ:
OS TESTEMUNHOS DA DESFILIAÇÃO SOCIAL**

Belém – PA
2014

DAIANE GASPARETTO DA SILVA

**CORPOS EM SITUAÇÃO DE RUA EM BELÉM DO PARÁ:
OS TESTEMUNHOS DA DESFILIAÇÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará – UFPA, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Flávia Cristina Silveira Lemos.
Coorientadora: Prof.^a Dra. Dolores Cristina Gomes Galindo.

Belém – PA

2014

DAIANE GASPARETTO DA SILVA

**CORPOS EM SITUAÇÃO DE RUA EM BELÉM DO PARÁ:
OS TESTEMUNHOS DA DESFILIAÇÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará – UFPA, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dra. Flávia Cristina Silveira Lemos (Orientadora)

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof.^a Dra. Dolores Cristina Gomes Galindo (Coorientadora)

Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)

Prof. Dr. Pedro Paulo Gastalho Bicalho (Membro externo)

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Pedro Paulo Freire Piani (Membro interno)

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof. Dr. Mauricio Rodrigues de Souza (Membro suplente)

Universidade Federal do Pará (UFPA)



Aos errantes de minha cidade, cujos passos sussurram junto às minhas palavras.

A flor e a náusea

*“Preso à minha classe e a algumas
roupas, vou de branco pela rua cinzenta.
Melancolias, mercadorias, espreitam-me.
Devo seguir até o enjôo?
Posso, sem armas, revoltar-me?”*

*Olhos sujos no relógio da torre:
Não, o tempo não chegou de completa
justiça.
O tempo é ainda de fezes, maus poemas,
alucinações e espera.
O tempo pobre, o poeta pobre
fundem-se no mesmo impasse.*

*Em vão me tento explicar, os muros são
surdos.
Sob a pele das palavras há cifras e
códigos.
O sol consola os doentes e não os renova.
As coisas. Que tristes são as coisas,
consideradas sem ênfase.*

*Vomitam este tédio sobre a cidade.
Quarenta anos e nenhum problema
resolvido, sequer colocado.
Nenhuma carta escrita nem recebida.
Todos os homens voltam para casa.
Estão menos livres mas levam jornais
e soletram o mundo, sabendo que o
perdem.*

*Crimes da terra, como perdoá-los?
Tomei parte em muitos, outros escondi.
Alguns achei belos, foram publicados.
Crimes suaves, que ajudam a viver.*

*Ração diária de erro, distribuída em casa.
Os ferozes padeiros do mal.
Os ferozes leiteiros do mal.*

*Pôr fogo em tudo, inclusive em mim.
Ao menino de 1918 chamavam anarquista.
Porém meu ódio é o melhor de mim.
Com ele me salvo
e dou a poucos uma esperança mínima.*

*Uma flor nasceu na rua!
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de
aço do tráfego.
Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.
Façam completo silêncio, paralisem os
negócios,
garanto que uma flor nasceu.*

*Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.
Seu nome não está nos livros.
É feia. Mas é realmente uma flor.*

*Sento-me no chão da capital do país às
cinco horas da tarde
e lentamente passo a mão nessa forma
insegura.
Do lado das montanhas, nuvens maciças
avolumam-se.
Pequenos pontos brancos movem-se no
mar, galinhas em pânico.
É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o
tédio, o nojo e o ódio.”*

(Carlos Drummond de Andrade)

**A
GRADE
CIMENTOS**

Embora a grade tranque, faço dela aqui o retrato do que se abriu.
Embora os cimentos atritem a pele, faço deles aqui a sedimentação do que me ajudou a andar.
Pela grade aberta e pelos cimentos dos lugares por onde passei, agradeço.

À Universidade Federal do Pará e, em especial, ao Programa de Pós-graduação em Psicologia desta instituição (professores, colegas de turma e funcionários da secretaria) por auxiliarem na ampliação das pesquisas acadêmicas na psicologia social realizada na Amazônia;

À CAPES pela bolsa concedida que amparou a realização deste estudo;

À Prof.^a Dra. Flávia Cristina Silveira Lemos pela orientação constante e inquietante que deu passagem aos braços de mar do pensamento, intensificando os mergulhos e as flutuações na superfície do problema de pesquisa levantado. Por sua generosidade e palavras de amizade e confiança que alimentaram em mim o gosto pela crítica e pela vida acadêmica também como obra de arte;

À Prof.^a Dra. Dolores Cristina Gomes Galindo por suas inspiradoras contribuições na banca de qualificação e por ter, posteriormente, aceitado bailar na coorientação desta escrita coreográfica, além de incitar o seu ritmo narrativo e ficcional;

Ao Prof. Dr. Pedro Paulo Bicalho por enriquecer muito as reflexões durante a qualificação e por ter aceitado retornar seu olhar cuidadoso sobre o desfecho deste trabalho;

À Prof. Dra. Maria dos Remédios de Brito por ter enviado detalhado parecer a respeito do projeto na etapa de qualificação;

Aos Profs. Pedro Paulo Freire Piani e Mauricio Rodrigues de Souza por, além dos ensinamentos em sala de aula, aceitarem contribuir ao final deste ciclo;

Ao Grupo de Pesquisa Transversalizando por me acolher e ajudar a pensar em desdobramentos éticos, estéticos e políticos de nosso fazer dentro e fora da Universidade;

Às companheiras Giane Souza e Vilma Brício, cujos apontamentos sobre o modo de conduzir o tema reverberam desde a época em que este trabalho começou a ser elaborado para conclusão de meu curso de graduação;

Ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional e ao Programa de Pós-graduação em Educação, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por me receberem como aluna visitante durante período de estudos;

Às professoras Fabiana de Amorim Marcello e Rosa Maria Bueno Fischer pelas problemáticas acerca do cuidado de si que ecoam no meu fazer “psi”;

À gentil Neuza Guareschi por ter possibilitado as interlocuções com o Núcleo E-POLITICS, no qual tive o prazer de realizar diálogos deleuzianos e foucaultianos com Ale, Aline, Bruna, Carol, Dani, Letícia, Lu, Mari, Rodrigo, Stefanni, Wanderson e Zuleika.

Às professoras Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto e Tania Mara Galli Fonseca por, além dos debates acadêmicos ao longo de minha estadia no sul do Brasil, terem propiciado desdobramentos de minha pesquisa a partir da parceria de escrita;

Às acolhedoras Fernanda Spanier Amador e Jaqueline Tittoni por me receberem como passageira, potencializando frutíferas horas de leitura e discussão em grupo;

À Maria Lívia do Nascimento por aceitar o convite de minha orientadora para um trabalho de escrita coletiva sobre desfiliação social, no qual seguiu parte da discussão que apresento neste estudo;

Aos participantes do Movimento Nacional da População de Rua do Rio Grande do Sul pelas trocas durante as reuniões do primeiro semestre de 2014 e pelas conversas informais que tanto me fizeram refletir sobre a realidade de estar nas ruas;

Ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFPA pelo suporte;

Aos parceiros de jornada, Artur, Evelyn, Nathália, Neto e Rafa por seguirmos juntos nesses dois anos de mestrado;

Aos amigos da Cia Moderno de Dança, especialmente, à artista-educadora Ana Flávia Mendes Sapucahy, por terem, ao longo dos anos de convivência e experimentação artística, me proporcionado as primeiras discussões sobre corpo;

Ao amigo Vitor Nina pelas divagações sobre a temática investigada e por ser um grande exemplo de agente de produção de saúde coletiva por meio da arte;

À querida Paloma Franca Amorim por sua sensibilidade que transformou testemunhos em traços de nanquim;

À Louise Pontes por além da amizade ter me ajudado a entender a cidade e suas léguas;

Aos meus amigos de profissão e arte, Aline Maués e Luiz Henrique Santana, pelas trocas e escutas que passeiam em meio aos trilhos que segui, bem como à solícita Bruna Cruz por me amparar nos cortes e remendos das imagens que guardo em vídeo;

À minha mãe Aparecida por sempre ter costurado nos tecidos de minha vida a energia da criação, mostrando-me o valor e a beleza do fazer artesanal;

Ao meu pai José por ser meu primeiro grande exemplo de luta política, ensinando-me a refletir sobre as necessidades do povo, bem como a importância do estudo como aliado do otimismo para a construção do mundo;

Aos meus irmãos, Darliene e Lucas, por terem me ensinado no convívio diário o significado da partilha e da cumplicidade;

Ao Tom por me guardar entre as cordas de seu violão, preenchendo-me de som e cor;

Às dez pessoas que por meio de suas histórias me guiaram por linhas de fuga da existência humana.

RESUMO

As trajetórias de vida de pessoas em situação de rua são constituídas por singularidades que deixam seus registros nos corpos daqueles que fazem do espaço público lugar de trânsito e permanência. As violações de direitos, o distanciamento da esfera do trabalho formal, a perda de vínculos familiares e de amizade são algumas das forças que atravessam tais sujeitos, produzindo modos de existência que se erguem pela via da desfiliação social. No intuito de acompanhar as linhas que tecem essas vidas marginais, este estudo de psicologia social, traçado por meio da genealogia foucaultiana e da cartografia proposta por Deleuze e Guattari, buscou se aproximar dos testemunhos daqueles que são subjetivados e objetivados pela lógica da marginalização, abrigando em seus corpos as marcas da desigualdade social e da resistência frente à gestão da vida que, muitas vezes, opera pela lógica racista. A partir das entrevistas, realizadas com 10 pessoas em situação de rua de dois bairros de Belém (Cidade Velha e Campina), do diário de campo e das fontes secundárias (teses, dissertações, artigos, livros, revistas etc.), foi possível problematizar as relações de saber-poder, os engendramentos éticos, estéticos e políticos que compõem o existir na esfera pública, o que aparece em debate em três séries discursivas: 1) perdas e seus efeitos; 2) sociabilidades e rupturas e 3) corpo e cidade em heterotopias. A fragilização do lugar de cidadania desse segmento, bem como as suas estratégias adaptativas e a criação de passagens para o protagonismo armam, nesse sentido, o arquivo público da rua, nos quais estão os corpos-documentos dos que sobrevivem para além do estigma infâmia.

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua; Corpos; Testemunhos; Desfiliação social; Psicologia social.

RÉSUMÉ

Les trajectoires de vie des personnes dans situation de rue sont faites de singularités qui laissent leurs registres dans les corps de ceux qui font de l'espace public un lieu de circulation et séjour. Les violations des droits, la distanciation de la sphère de l'emploi formel, la perte des liens familiaux et des amitiés sont quelques-unes des forces qui traversent ces sujets, favorisant la production de modes d'existence construits par la désaffiliation sociale. Afin de suivre les lignes qui tissent ces vies marginales, cette étude de psychologie sociale, réalisée à travers de la généalogie foucauldienne et de la cartographie proposée par Deleuze et Guattari, visait à aborder les témoignages de ceux qui sont subjectivisés et objectivés par la logique de la marginalisation, en mettant dans leur corps les marques de l'inégalité sociale et de la résistance contre la gestion de la vie qui fonctionne parfois par une logique raciste. À partir d'entretiens avec 10 personnes dans situation de rue de deux quartiers de Belém (Cidade Velha et Campina), ainsi que le journal de terrain et les sources secondaires (thèses, dissertations, articles, livres, magazines, etc.), il était possible de problématiser relations de savoir- pouvoir, l'aspects éthiques, esthétiques et politiques qui composent l'existence dans la sphère publique, qui apparaît dans le débat en trois séries discursives: 1) les pertes et ses effets; 2) les sociabilités et les ruptures et 3) le corps et la ville dans hétérotopies. La fragilisation de la place de la citoyenneté de ce groupe, leurs stratégies d'adaptation et l'inventivité de l'engagement social produisent, en ce sens, l'archive publique de la rue, où sont les corps-documents qui survivent au-delà de la stigmatisation de l'infamie.

Mots-clés: Personnes dans situation de rue; Corps; Témoignages; Désaffiliation sociale; Psychologie sociale.

SUMÁRIO

ABRINDO PASSAGEM	11
ALGUNS CAMINHOS	15
TRAVESSA DA CONSTRUÇÃO	23
1. ARQUITETANDO PERCURSOS	24
1.1. A genealogia e seu uso no campo da psicologia social	25
1.2. Tecendo mapas: a cartografia como operador metodológico	29
1.3. Escutar, conhecer e questionar: as possibilidades da entrevista no fazer com	32
TRAVESSA DO CRUZAMENTO	36
2. CIDADES, DESFILIAÇÃO E SUBJETIVAÇÕES	37
2.1. O espaço urbano e suas linhas de força	38
2.2. Desfiliação social: a produção de trajetórias de vida	40
2.3. Processos de subjetivação na cidade	43
TRAVESSA DA ERRÂNCIA	46
3. CORPO DESFILIAADO E RESISTÊNCIAS COMO CAMPOS DE POSSÍVEIS	47
3.1. Testemunhos corporais: as marcas da rua	47
3.2. As tramas da disciplina, da biopolítica e da produção de resistências	51
TRAVESSA DO SOCIAL	56
4. ARTICULAÇÕES ÉTICAS, ESTÉTICAS E POLÍTICAS	57
4.1. Panorama geral e singularizações das lutas	57
4.2. Particularidades do contexto brasileiro	63
TRAVESSA DO ENCONTRO	70
5. DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA A CIDADÃO QUE OCUPA A POLIS?.....	71
5.1. Rumando	74
5.2. As existências e suas histórias	78
5.2.1. Perdas e seus efeitos	81
5.2.2. Sociabilidades e rupturas	91
5.2.3. Corpo e cidade em heterotopias	102
PARA ALÉM DA INFÂMIA	112
ECOS	115
REFERÊNCIAS	118

ABRINDO PASSAGEM

Cicatrizes, odores, feridas. Unhas crescidas, fios brancos, marcas de bala. Olhos molhados, bocas queimadas, tez de sol. Alturas medianas, roupas de sempre, curvaturas do hoje. Passos, calos, rastros...

Por onde vagaram aqueles pés até eu encontrá-los na cidade aberta? Pés andarilhos expostos no clarão do dia que, em meio à peleja, aprontam os labirintos da noite. Pés de ontem trincados no chão disforme de Belém. Pés imersos na lentidão.

Caminhando sob a condução das rupturas, das discontinuidades do tempo, deparei-me com um intolerável. E movida pela inquietação, busquei desdobrá-lo como um papel que se guarda no bolso com um poema para ser lido depois. Entre as palavras que encontrei, algumas vozes surgiram conduzindo-me a questionamentos: de que modo surgem as marcas corporais que contam um pouco sobre as trajetórias de vida das pessoas em situação de rua? Quais os testemunhos desses corpos sobre as suas formas de existir?

Importante pontuar que o “em situação de rua” aqui aparece de acordo com o que foi sublinhado por Pagot (2012, p. 126): “é uma terminologia adotada para se fazer a diferenciação de dizer-se ‘de rua’, ou ainda, ‘na rua’. Tal expressão designa um evento, uma passagem, um movimento e não um estado permanente”.

Tomada pela curiosidade afetiva que me colocava em contato indireto com pessoas para mim anônimas, que vi circulando muitas vezes pela cidade onde moro, retomei as linhas de costura do meu trabalho acadêmico, pensando em maneiras de possibilitar a experiência do encontro, do contato, para a partir daí romper a obviedade das respostas, posto que cada pessoa é singular, tendo em sua história uma nova versão para as informações tidas como notórias nos noticiários e nos registros oficiais.

Com o auxílio de fontes secundárias (artigos, dissertações, teses, livros, jornais e revistas) e conduzida pelos operadores metodológicos da genealogia foucaultiana e da cartografia, tecida por Deleuze e Guattari, arquitetei pontos de discussão junto ao diário de campo e entrevistas (fontes primárias) realizadas com dez pessoas em situação de rua, que no momento se encontravam em dois bairros centrais de Belém: Campina e Cidade Velha (embora no projeto o bairro do Comércio também estivesse contemplado).

Ao lançar a proposta de análise sobre a superfície de inscrição dos acontecimentos que é a pele, (des)embaracei-me às tramas que compõe o jogo irregular do corpo, escutando casos sobre aqueles sujeitos que movimentam a vida em vias de passagem e escrevem seus passos

na cidade – inscrevendo a cidade em si mesmos – como uma coreografia da errância, na incerteza do amanhã e na violência diária.

Se para Deleuze (1988) pensar decorre do encontro com algo violento, que mobiliza afetos e intensidades, a escrita em sua busca pela produção da diferença se dá nessa violência. E se toda escrita intensiva escorre pelos poros, transbordando em grafias outras, o andar também se dá nessa violência, construindo formas variadas de ocupação, resistindo às capturas, criando zonas de trânsito que, embora pareçam se repetir no dia a dia, mostram seus traços únicos conduzidos pelos roteiros do improviso, no qual às vezes apenas a mesma música volta a tocar ao fundo, abrindo a cena para outro tipo de movimento.

Na busca por esses corpos que escrevem, não há ênfase em um pretense corpo-autor dotado de uma individualidade, mas sim em um corpo que desponta como testemunho a partir de agenciamentos coletivos de enunciação, os quais compõem discursos indiretos por meio das inúmeras vozes que os habitam. Assim, com base na noção de discurso indireto, proposta por Deleuze e Guattari (1995b), pode-se dizer que as escritas dos corpos aqui abordados, ainda que anunciem discursos diretos, estão situadas no coro dos indiretos, diferenciando-se por suas tonalidades e timbres.

Diante do soar dessas diferentes vozes, há sombras e desenhos muito mais amplos do que o do corpo violado e marcado pela falta. Há também um processo de criação de outros mundos, de heterotopias (FOUCAULT, 2013), que alçam o espaço público ao estatuto do fora, lugar onde são possíveis diferentes modos de relacionar-se com as pessoas e com a cidade, mediante escolhas que escapam ao julgamento moralizante do bom ou mau, tendo em vista as particularidades dos contextos.

Movida por um fazer ético, que, segundo Foucault (2004), para os gregos corresponderia às atitudes, ou seja, ao modo como o sujeito se conduz, busquei sublinhar as minhas escolhas neste estudo e os atravessamentos que as motivaram. Por tal razão, vibram nas entrelinhas os ruídos das lutas que foram erguidas coletivamente, bem como através de aproximações que favoreceram relações de amizade, as quais, segundo Ortega (1999), podem ser exemplificadas como aquelas formadas entre mestre e discípulo, a partir das quais disparam trocas que alimentam o aspecto de inventividade do existir.

Por estar sempre norteada por um fazer crítico e dialógico, afirmando a diferença dos lugares a partir dos quais se fala (nunca em posição de falar pelo outro), não há aqui um registro de verdades cristalizadas, mas sim um jogo de palavras que se juntam em função de

regularidades, podendo ser tomadas por outras perspectivas, já que os recortes sempre serão possíveis, ocasionando novos entendimentos e problematizações.

Assim, busco ressaltar que não trago respostas fechadas ao que inicialmente lancei pelas questões, mas sim a criação de um campo problemático, de reflexão, de desnaturalização de modos de ver a realidade das pessoas em situação de rua, a partir de suas falas e da construção do campo.

Posto isso, o que se mostra tem mais a ver com os rastros, os quais, segundo Derrida (1999), são relativos aquilo que anuncia e difere, negando uma noção de origem, já que o rastro enquanto resto está sempre em desconstrução, em processo de mudança. As falas dos entrevistados, minhas impressões e as derivações teóricas a elas entrelaçadas, nesse sentido, ganham outros contornos, outros espaços de ressonância diante da proposta neste momento apresentada.

A partir dos planos de discussão deste estudo, a trilha seguirá por cinco travessas do pensamento, provocando fragmentações e ligações entre *Alguns Caminhos e os seus Ecos*. Nas sarjetas de cada travessa, aparecerão também umas linhas catadas no diário sobre cinco daquelas pessoas que não quiseram minha companhia nos traçados da viagem que propus.

Na Travessa da Construção, “Arquitetando percursos”, serão abordados elementos a respeito dos operadores metodológicos utilizados, ressaltando especificidades do fazer genealógico e cartográfico, bem como do uso de entrevista.

Em seguida, na Travessa do Cruzamento, “Cidades, desfiliação e subjetivações”, serão trazidas problematizações acerca das linhas de forças do espaço urbano, das trajetórias de desfiliação social, bem como da relação destes dois com os processos de subjetivação de pessoas em situação de rua.

Já na Travessa da Errância, “Corpo desfiliado e resistências como campos de possíveis”, as reflexões se voltarão para a questão do testemunho corporal da desfiliação, bem como para os pormenores da disciplina e da biopolítica, buscando tecer relações entre corpo, violações de direitos e estratégias de resistência.

Na Travessa do Social, “Articulações éticas, estéticas e políticas”, serão apontados alguns aspectos das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua e do ativismo de movimentos sociais ligados a este tema. Serão discutidos também dados do último censo brasileiro sobre este segmento, a fim de conhecer um pouco sobre as suas particularidades.

Por fim, na Travessa do Encontro, “Da pessoa em situação de rua a cidadão que ocupa a polis?”, as entrevistas serão analisadas por meio de desdobramentos teóricos, mostrando como a partir da conversa livre surgiram temas variados que, posteriormente, foram organizados em três séries discursivas (Perdas e seus efeitos, Sociabilidades e rupturas, Corpo e cidade em heterotopias), oferecendo pistas para pensar a respeito da constituição dos modos de viver nas ruas que engendram determinados corpos subjetivados por aspectos sociais, políticos e econômicos.

No desfecho, além de sublinhar alguns aspectos observados ao longo da jornada de estudo que ultrapassam a noção de infâmia, será realizado um balanço sobre o que ecoou ao longo desta trajetória, abarcando tanto as implicações como as possíveis entradas em outras etapas de investigação.

Tendo em vista a organização lançada, resta-me agora deixar o corpo à deriva, espreitando da margem todo tipo de balançar que venha a acontecer. E para que os novos (des)caminhos possam ser dançados a partir do perambular dos olhos sobre a leitura que seguirá, chamo-te para o encontro das palavras, passando a teu bolso uma última pergunta que caíra do poema que guardava: “trouxeste a chave?”¹.

¹ Verso retirado do poema “Procura da poesia”, de Carlos Drummond de Andrade.

ALGUNS CAMINHOS

Diante das constantes transformações ocorridas nos centros urbanos, observa-se que a cidade proporciona aos indivíduos modos diversos de existência. Segundo Beaujou-Garnier (1997), o espaço urbano transforma os seus habitantes, ao passo em que ele interfere em suas vidas, e é a partir de suas demandas que a cidade mostra importância nas atividades internas e periféricas da população. De acordo com esta lógica, o autor ressalta que o homem utiliza e molda a cidade, sendo por ela também utilizado e moldado. Nesse sentido, pensar a relação entre o corpo e a cidade é também refletir acerca dos processos de subjetivação da população, uma vez que é a partir da experimentação espacial que os transeuntes são atravessados por acontecimentos estéticos e incorporam o vivido, absorvendo diversas informações que constituirão os seus modos de subjetivação.

Dentre os múltiplos espaços criados a partir da constituição das cidades, encontram-se os públicos, os quais, de acordo com Bauman (2009), são aqueles onde os sujeitos em estado de anonimato deveriam ter a possibilidade de circular sem nenhum tipo de critério seletivo. Para o autor, “é nos locais públicos que a vida urbana e tudo aquilo que a distingue das outras formas de convivência humana atingem sua mais completa expressão, com alegrias, dores, esperanças e pressentimentos que lhe são característicos” (BAUMAN, 2009, p. 70).

As cidades estão cada vez mais suscetíveis à fragmentação de seus espaços, ocasionando a fragilização dos locais públicos e as segregações das diferentes camadas sociais (BAUMAN, 1999). Tais fragmentações na contemporaneidade decorrem, em grande parte, da privatização de setores do espaço público, os quais ficam restritos ao uso de grupos específicos.

Dentre as diversas problemáticas urbanas condizentes ao crescimento da cidade, encontra-se o aumento das distâncias entre os homens, sendo elas também sociais, à medida que a separação entre as classes intensifica este processo (SANTOS, 2004). Partindo desse pressuposto, é possível pensar no modo como os espaços vão sendo construídos e utilizados com base nesses distanciamentos gerados a partir dos efeitos da modernização, bem como nos tipos de visibilidade social oriundos deste contexto.

Ao tomar a noção de segregação social e, conseqüentemente, marginalização nos centros urbanos, nota-se que determinados lugares públicos servem de abrigo para pessoas em situação de rua, as quais se apropriam de modo singular de alguns recintos não considerados adequados para habitação. Esta situação, que ultrapassa a questão da exclusão social, retrata a

vulnerabilidade e o desequilíbrio da sociedade como um todo, apontando para o que se denomina de desfiliação social (CASTEL, 1997), ou seja, o afastamento de um grupo populacional cada vez maior em inclusões excludentes, o qual, por se distanciar da esfera de produtividade formal, é visto como inútil e sem reconhecimento social em uma sociedade capitalista e de consumo.

Em virtude da noção de exclusão ser muito abrangente, colocando em um mesmo pacote diferenciadas condições de adversidade, Castel (1997) ressalta que esta expressão deve ser problematizada, a fim de dar conta das singularidades das trajetórias dos sujeitos que estão inseridos em processos de marginalização. Nessa direção, o autor propõe ver o excluído, em muitos momentos, como um desfiliado cujos vínculos sociais foram fragilizados quando comparados a estados anteriores de equilíbrio (completa ou parcialmente estáveis ou instáveis).

Assim, ao falar em desfiliação, o percurso fica mais evidente, auxiliando na análise do problema atual, o qual apresenta como um efeito o afastamento de certa parcela da sociedade daquilo que comumente se entende por lugar de cidadão portador de direitos. Sem possuir um “estado” e sem usufruir, conseqüentemente, de nenhuma forma de proteção, muitas pessoas, como, por exemplo, as que estão em situação de rua, são vistas como desfiliações por excelência (CASTEL, 2010), estando na via pública sujeitas às forças que constituem os campos de concentração a céu aberto (PASSETTI, 2011).

Segundo Castel (2010), ao desorganizarem a noção do espaço público, os desfiliações, em muitos casos, passam por estigmatizações que os culpabilizam pelo medo propagado nos centros urbanos. Diante do cenário contemporâneo de segregação possibilitada por processos estigmatizantes, são vistos mecanismos de controle dos corpos “indesejáveis” que reforçam o imperativo de circulação e intensificam a ruptura dos direitos desses sujeitos por meio de estratégias higienistas. Tal lógica alimenta, por sua vez, toda uma rede de monitoramento que passa a vigiar os deslocamentos dos ditos suspeitos em nome da segurança social.

Em meio à dimensão socioeconômica que possibilita e forja estilísticas de vida nas ruas, torna-se importante dar um foco especial aos modos de existência daqueles que vivenciam estas condições e se subjetivam por elas, registrando em seus corpos as escrituras destes/por espaços marginais. O processo de escrever com o/no corpo foi denominado por Jacques (2008) de corpografia urbana, a qual cartografa com a/na pele as experiências cotidianas pela cidade, constituindo os sujeitos a partir do contato com diferentes elementos e afetações. Segundo esta autora, tais grafias podem ser tomadas como formas de resistir ao que

está naturalizado nas relações sociais, provocando práticas rupturas de ocupação do espaço e de composição corporal, as quais, quando analisadas, favorecem reflexões sobre a produção da diferença no existir contemporâneo.

Ao falar sobre estas questões, torna-se importante ressaltar aspectos condizentes à noção de corpo, a fim de não abordá-lo de forma taxativa. Segundo Mendes (2010), observa-se que, em meio ao emaranhado de aspectos culturais e sociais, o corpo é atravessado por inúmeras linhas – tais como políticas, sociais, econômicas, ecológicas, históricas – as quais, em conjunto, auxiliam na sua configuração. A partir dessa perspectiva, a autora propõe ver o corpo como um agenciador, à medida que possibilita o entrelaçamento das forças que o compõem.

Segundo Deleuze e Guattari (1995a), um agenciamento é constituído por linhas e velocidades mensuráveis. As linhas podem tanto ser de articulação ou segmentaridade, estratos, territorialidades, como também linhas de fuga, movimentos de desterritorialização e desestratificação. Já as velocidades ocasionam fenômenos de retardamento relativo, de viscosidade e até mesmo de precipitação e ruptura.

De acordo com a definição apresentada em “O vocabulário de Deleuze” (ZOURABICHVILI, 2009), um agenciamento pode ser visto sob dois eixos: horizontal e vertical. No que se refere ao horizontal, um agenciamento diz respeito a dois segmentos, sendo um de conteúdo e outro de expressão. Por uma perspectiva, ele é tido como agenciamento maquínico de corpos, de ações e paixões, no qual há um conjunto de corpos reagindo uns sobre os outros. Por outro lado, ele é visto como um agenciamento coletivo de enunciação, de atos e enunciados, constituídos por mudanças incorpóreas que são conferidas aos corpos. Já no que se refere ao eixo vertical, um agenciamento apresenta, simultaneamente, lados territoriais ou reterritorializados (os quais provocam a sua estabilização) e pontas de desterritorialização (que ocasionam a sua atração).

Com base na definição apresentada, pode-se apreender que o corpo, enquanto um agenciador, configura-se a partir do agenciamento de relações vivenciadas pelo indivíduo, cujas forças também contribuem para a constituição das subjetividades corporais (SOUZA, 2011). Ao longo deste percurso de construção do corpo, afere-se que este funciona como um articulador de subjetividades, transformando-as e constituindo-as em função dos contextos, bem como das constantes mudanças, posto que são diversas as experimentações possíveis aos corpos nos processos de subjetivação, marcados pelo tempo e espaço entre outros atravessamentos.

No que diz respeito especificamente às pessoas em situação de rua, cujos corpos aparecem como seu principal sustentáculo e cujas trajetórias são distintamente corporais (FRANGELA, 2004), os agenciamentos realizados a partir do encontro de forças no espaço público apontam para a emergência de subjetividades marcadas por singulares relações de saber-poder.

Foucault (1979), ao se debruçar sobre alguns tensionamentos entre corpo e poder, aponta que durante o século XIX a noção de “corpo da sociedade” implicou em adoção de medidas de distanciamento do que se encontrava fora dos padrões, a fim de minimizar, por exemplo, a proliferação de enfermidades, bem como a existência dos desviantes da norma. A partir dessa inserção do corpo no campo político, explicitou-se mais ainda o modo como as relações de poder produzem investimentos e sujeições, marcando corporalmente o exercício do poder que se realiza em nome da proteção social. Ao se esquadrihar o corpo com fins políticos e econômicos, enfatizou-se a busca pela ampliação de sua utilidade a partir da produção e submissão (FOUCAULT, 2009).

Aliado a esta lógica de materialidade do exercício do poder, que buscar garantir o funcionamento da sociedade com o auxílio de regimes disciplinares do corpo, Foucault (1979) ressalta que os sujeitos passaram a reivindicar os seus corpos à medida que começaram a analisar os efeitos subjetivantes do poder que os investem. Tal atitude, contudo, não diz respeito a uma oposição a um poder deslocado – já que este apenas se mostra em âmbito relacional –, mas sim aos atos de resistência que se dão nos jogos de capturas em diferentes momentos históricos e lugares.

Visando a maximização das potencialidades do corpo bem como a sua inserção em uma rede econômica de consumo, o aspecto repressivo do poder cede lugar às estratégias de controle que geram efeitos tanto negativos quanto positivos, sendo estes últimos (condizentes aos desejos e aos saberes) fundamentais para o fortalecimento dos corpos, como, por exemplo, na produção de conhecimentos sobre seu funcionamento (FOUCAULT, 1979).

A fim de entender o desenrolar das tramas de controle social, é importante ter em vista alguns mecanismo surgidos no decorrer da história, tais como a noção do panoptismo desenvolvida inicialmente por Bentham no século XIX, que por meio de sua arquitetura e ideologia marcaram uma forma de fazer operar relações particulares de saber e poder sobre os corpos (FOUCAULT, 2009). E por não estar o poder concentrado na figura do Estado, investigar o seu exercício nas diversas relações sociais e na configuração corporal dos sujeitos

torna-se uma ferramenta de análise interessante do presente e dos modos como se atualizam lógicas que tiveram especial papel em outro momento.

Por tal razão, os “saberes sujeitos” (FOUCAULT, 1999), que são aqueles vistos como desqualificados por determinadas instituições e grupos, tornam-se uma via importante de problematização do modo de existir na contemporaneidade, considerando, para isso, a analítica das engrenagens que põem os corpos em movimento no mundo.

Sendo, portanto, imprescindível contextualizar local e temporalmente as formas de se entender o corpo, o pensamento foucaultiano norteia ao indicar pistas de análise a partir das desnaturalizações que põem em questão, por exemplo, as artimanhas do biopoder no processo de gestão da vida, seja esta realizada por meio da disciplina dos corpos ou pela regulação do conjunto, da população (FOUCAULT, 1988).

Com base no que foi levantado, nota-se a relevância dos estudos que enfatizam a questão das marcas e dos testemunhos da desfiliação social, ao passo que a partir deles é possível traçar uma genealogia da situação de viver nas ruas, trazendo à tona, conseqüentemente, descrições e análises dos efeitos das relações nos corpos e na estética de vida em termos de saberes, poderes e resistências.

Conforme o apresentado, esta investigação buscou questionar: quais são as condições de emergência das marcas da desfiliação social nos corpos de pessoas em situação de rua? De que modo estes corpos testemunham sobre o processo de desfiliação?

A partir destes problemas de pesquisa, o objetivo geral foi descrever e analisar, genealogicamente, os registros corporais da desfiliação social a partir dos testemunhos de pessoas em situação de rua do centro da cidade de Belém. Os objetivos específicos foram:

- 1) Investigar as trajetórias de vida dos participantes da pesquisa;
- 2) Refletir, com base nos relatos pessoais e na experiência em campo, sobre a relação dos corpos desses sujeitos e o espaço da cidade;
- 3) Problematizar alguns aspectos da desfiliação social relativos às perdas e sociabilidades, bem como a relação de seus efeitos no processo de subjetivação dos entrevistados;
- 4) Discutir a respeito da construção de estigmas sociais relacionados à pobreza, bem como da produção de mecanismos de higienismo urbano.

No intuito de tecer aproximações com os objetivos propostos, inicialmente, a metodologia deste estudo foi estruturada a partir da genealogia, a qual, segundo Foucault (1999) é um modo de juntar os conhecimentos eruditos e as memórias locais, a fim de

favorecer a insurreição dos “saberes sujeitados”. De acordo com o autor, estes saberes podem ser vistos como os conteúdos históricos que foram sepultados e mascarados em coerências funcionais, bem como em sistematizações formais. Além desse aspecto, estes saberes também dizem respeito àqueles que foram considerados não qualificados, ou seja, não conceituais e insuficientemente elaborados. Desse modo, a genealogia possibilita a retomada de saberes antes vistos como ingênuos e inferiores no que tange ao seu nível de cientificidade, trazendo à tona o “saber das pessoas”, identificado como um saber particular, local e regional.

Importante destacar também a escolha da cartografia – proposta por Deleuze e Guattari (1995a) – como outro operador metodológico, posto que ela aparece como um mapa em processo constante de produção, por meio do qual é possível criar novas maneiras de leitura dos acontecimentos. Nesse sentido, o que foi produzido por meio deste operador (que não é formado por regras pré-estabelecidas) auxiliou nas reflexões sobre os caminhos da pesquisa, da constituição do campo e da produção dos objetos.

Não houve um acompanhamento etnográfico do cotidiano dos entrevistados, mas sim observações/experimentações antes, durante e depois das entrevistas que ajudaram na elaboração do diário de campo.

O olhar genealógico sobre o que foi produzido possibilitou tanto a análise dos arquivos vivos (história oral) obtidos por meio das entrevistas, como também dos outros materiais relativos à cartografia. Desse modo, com base nos objetivos, a genealogia operou como uma ferramenta de investigação das pistas referentes ao processo de configuração corporal dos participantes no contexto das ruas, bem como de seus respectivos modos de existência, os quais estão atravessados por modulações de saberes e poderes que entram no campo de resistências, possibilitando o rompimento com a sobrevida para afirmar a potência ativa da vida.

Com base nesta noção geral sobre a genealogia, este trabalho foi desenvolvido de forma a possibilitar a aproximação dos discursos locais. Por tal razão, a construção cartográfica desta investigação, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, deu-se por meio da cartografia que envolveu: 1) entrevistas abertas (gravadas em áudio) com 10 pessoas em situação de rua do centro urbano de Belém; 2) diário de campo e 3) fontes secundárias.

A partir dos critérios de inclusão, os entrevistados, de ambos os sexos, eram todos adultos – o que corresponde a pessoas a partir dos 30 anos (este recorte de faixa etária está de acordo com a definição de fim da juventude apresentada pela UNESCO (2004), que inclui dentre os jovens indivíduos até 29 anos) – e estavam em bairros centrais da cidade de Belém

(Cidade Velha, Campina ou Comércio), em áreas de grande circulação de pessoas e em horários diurnos. Já com base nos critérios de exclusão, não entraram pessoas que no momento da abordagem para a realização da entrevista apresentaram comportamentos de rejeição e afastamento, o que foi considerado e respeitado.

Para o desenvolvimento da temática, iniciei primeiramente meus estudos a partir do contato com as fontes secundárias. Durante a busca pela bibliografia, utilizei o banco de teses da CAPES, além das bases de indexação BVS, SCIELO e LILACS. Outras fontes importantes foram jornais, revistas e blogs que trazem periodicamente discussões sobre assuntos do cotidiano da sociedade.

Em virtude de meu envolvimento com as artes, especialmente com a dança, as questões relacionadas ao corpo sempre me chamaram atenção, principalmente no que diz respeito ao caráter ético, estético e político de estar corporalmente em cena, na produção de movimentos de vida.

Aliado a esta particularidade, encontra-se o fato de minha trajetória acadêmica ter ganhado aos poucos contornos mais ligados ao estudo do corpo, processos de subjetivação e direitos humanos, o que possibilitou a construção do trabalho de conclusão de curso em psicologia com o tema: “Corpografias urbanas: um estudo genealógico sobre pessoas em situação de rua”, uma cartografia de duas praças de Belém, sob orientação da professora Flávia Cristina Silveira Lemos.

Em função desta pesquisa preliminar ter me inquietado com problematizações diversas sobre a desigualdade social, decidi ampliar a discussão por meio do diálogo com algumas pessoas que se encontram no centro urbano de minha cidade e que trazem corporalmente histórias de desfiliação para serem contadas, o que nesta dissertação propus por meio das entrevistas abertas. Desse modo, assim como foi dito por Foucault (2010a), busquei captar o intolerável, ou seja, o que para mim se mostra inaceitável, tal como a legitimação de práticas segregacionistas para com as camadas mais marginalizadas socialmente.

Ao longo de minhas leituras pude encontrar outras pesquisas¹ sobre o corpo dessa parcela da população, contudo, sem o viés foucaultiano e sem o foco na questão das marcas e do testemunho da desfiliação social, o que me impulsionou a realizar esta investigação sobre a realidade local a partir de diferentes referenciais teóricos e metodológicos.

¹ Tese: *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo* (Simone Miziara Frangella, 2004); Resumo dos “Anais Seminário Nacional População em Situação de Rua”: *O corpo em movimento – uma etnografia da corporalidade dos trecheiros de São Carlos* (Mariana Medina Martinez, 2008).

Após as ricas contribuições da qualificação realizadas pelos professores Dolores Cristina Gomes Galindo, Pedro Paulo Bicalho e Maria dos Remédios de Brito, pude encontrar outros corredores entre os cômodos antes construídos em minha escrita, o que me ajudou na articulação com outros autores e temas.

Neste percurso é necessário ressaltar também a importância tanto do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFPA, quanto do grupo de estudos sobre Foucault e o Grupo de Pesquisa Transversalizando, os quais me auxiliaram a aprofundar as temáticas escolhidas através de espaços de debates e reflexão crítica.

Por sua vez, a experiência de intercâmbio na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – a partir da participação no Núcleo E-POLITICS e da realização de disciplinas tanto na Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional quanto na Pós-graduação em Educação – ajudou-me imensamente a pensar em outras possibilidades de análise e imersão afetiva no tema central.

Por fim, o contato com os integrantes do Movimento Nacional da População de Rua do Rio Grande do Sul serviu-me de base para refletir a respeito do modo como viria a conduzir posteriormente as conversas livres nas entrevistas, o que auxiliou a desmistificar alguns receios e a instigar minha busca pelos encontros e por formas diferenciadas de luta política.

**T
R
A
V
E
S
S
A

D
A

C
O
N
S
T
R
U
Ç
Ã
O**

**Ela não quis conversar.
Disse que já estava saindo (do fora).
Então, eu segui à procura,
pois era já era tempo de começar.**

1. ARQUITETANDO PERCURSOS

Diante das inúmeras vias de passagem para a abordagem do tema proposto, a arquitetura do percurso metodológico tornou-se o primeiro passo deste estudo, posto que as escolhas dos caminhos a serem tomados conduziram um modo de fazer ver e falar junto ao que compõe o universo das pessoas em situação de rua. Contudo, embora tal planejamento arquitetônico no plano do pensamento estivesse vinculado a uma ética prévia da pesquisa, as condutas oriundas no contato com o campo também sugeriram o surgimento de trajetos que arquitetaram a investigação, ou seja, imprevisibilidades que mudaram rotas, configurando atitudes no ato de pesquisar que não foram abarcadas em um momento primeiro de proposição da metodologia.

Tal ética que se cria e recria frente às problematizações, que operam pelo pensar com perguntas, enfatiza o quanto o pesquisar pode estar atrelado a uma estética, ou seja, à noção de existência como obra de arte (DELEUZE, 1992), uma vez que nesse processo tido como de subjetivação, além da constituição de formas de existir, há espaço para invenção de outros modos de viver.

Com base nessas questões, ao buscar erigir um campo acerca dos registros corporais da desfiliação social, este estudo foi cartografado junto à procura pelas minúcias dos acontecimentos, ou seja, por aquilo que se mostrou como menor nas microesferas da sociedade, contando, para tal, com estratégias que possibilitaram compor territórios existenciais junto àqueles que foram estudados (ALVAREZ; PASSOS, 2009). Nesse sentido, a intenção foi trazer à tona um saber coletivo construído com e não sobre determinado grupo, a fim de despolarizar o que se mostra como realidade, pondo também em jogo as supostas neutralidades no desenvolvimento da pesquisa (COSTA; ANGELI ; FONSECA, 2012). Partindo disso, as problematizações traçadas não almejam alcançar soluções fechadas e imóveis, uma vez que

os problemas devem ser entendidos eles próprios como “ideias”, conferindo às soluções universalidade. Mas essa universalidade do problema, como não é abstrata, é formada por relações que, determinando as condições do problema, transformam-na em uma singularidade concreta (LEMOS; CARDOSO JÚNIOR, 2012).

Tendo em vista as especificidades deste modo cartográfico de pesquisar, a genealogia foucaultiana aliou-se como um impulsionador na busca pela desnaturalização do objeto, uma vez que ela também se atém às descontinuidades dos acontecimentos em sua multiplicidade

de forças singulares em composição, dinâmica mutante e agenciamento em dispositivos concretos, que materializam corpos e políticas de existência na cidade e com a cidade.

Estando estes dois operadores metodológicos (genealogia e cartografia) implicados na reinvenção dos modos tradicionais de investigação, o caráter de experimentação que deles surgiu favoreceu análises referentes aos processos de subjetivação, uma vez que ambos articulam as linhas em sua fluidez, dando margem para desdobramentos relativos aos modos de existência. E em função de ambos não proporem regras, bem como formas imutáveis de aplicação (ZAMBENEDETTI; SILVA, 2011), a combinação dos dois ampliou as possibilidades de perspectivas sobre uma história do presente, que se faz singular no contexto ao qual está vinculada.

A fim de buscar criar conversas entre a genealogia e a cartografia, a seguir serão apresentadas algumas articulações sobre o modo como elas foram sendo construídas, bem como as forças que as constituem.

1. 1. A genealogia e seu uso no campo da psicologia social

Lemos e Cardoso Júnior (2009), ao refletirem acerca da trajetória da genealogia em Michel Foucault, sublinham que o método genealógico surge posteriormente à fase arqueológica, que se caracterizava por um enfoque mais teórico, detendo-se às regras regedoras de práticas discursivas. Por sua vez, na fase genealógica há uma mudança quanto ao foco, passando a haver uma concentração nas problematizações das práticas sociais, as quais são objetivadas a partir de agrupamentos das diferentes forças que constituem um acontecimento. Em contraposição às investigações que prezam por explicações causais e na busca por desnaturalização de práticas,

As pesquisas históricas de Foucault são cartografias, mapas, diagramas que operam uma história problematizadora, que produz um pensar interrogante e estabelecido no espanto, no estranhamento, em um exercício constante de demolição das evidências (LEMOS; CARDOSO JÚNIOR, 2009, p. 353).

Em virtude da análise genealógica não se opor aos preceitos da arqueológica, e sim ressaltar diferenças quanto às prioridades de análise (FRANCO, 2012), alguns estudiosos usam a expressão “arqueogenealogia”, a qual, segundo Rafael Haddock-Lobo (2010), foi cunhada por Hubert Dreyfus e Paul Rabinow em “Michel Foucault, uma Trajetória Filosófica”. Contudo, neste estudo, em virtude da ênfase nas relações de poder que constituem

os corpos-documentos, trabalharei de acordo com a perspectiva da genealogia cartográfica, posto que aqui há destaque para o acompanhamento pela cartografia das forças que produzem os corpos-documentos, e não para a análise voltada às condições de possibilidade dos enunciados sobre os corpos (embora esse caráter também esteja presente).

Por uma perspectiva mais abrangente, a genealogia cartográfica pode ser vista como uma derivação da arqueogenealogia, mas que em razão do seu foco analítico nas relações de poder, não se alça ao lugar arqueológico tal como foi desenvolvido por Foucault, a fim de evitar uma possível expectativa quanto ao uso dos conceitos arqueológicos (o que nesta pesquisa não será realizado em detalhes). Assim, o arquivo produzido por meio desta investigação está mais relacionado ao acompanhamento de processos de construção dos documentos.

A genealogia, segundo Foucault (1979), ao estar atenta às marcas e sutilezas que compõem o objeto, bem como às forças relacionadas à sua configuração, aproxima-se das pesquisas de proveniência e emergência, contrapondo-se às de origem, que tem como intenção encontrar indícios causais de aparecimento de certos objetos. Nesse sentido, para o autor, a perspectiva genealógica se debruça sobre um embaralho de pergaminhos, nos quais há várias (re)escritas, que exigem minucioso trabalho na análise de suas singularidades e da heterogeneidade que está em constante movimento.

Ao distanciar-se, portanto, da construção de um saber único e verdadeiro, a genealogia descola-se de uma história traçada apenas por continuidades, ancorando-se na descontinuidade e no aspecto de dispersão, abrigando as vias desviantes e o caráter de exterioridade dos acidentes. Por se deter ao que se inscreve na superfície dos acontecimentos, não se vincula aos estudos das profundidades, mas sim às pequenas mudanças (DREYFUS; RABINOW, 2010). Segundo Lobo (2012), os itinerários genealógicos, que se relacionam às práticas discursivas e não discursivas, caracterizam-se por fragmentações, operando de acordo com a lógica de verificabilidade, a qual se volta para as verdades produzidas, estimulando o aparecimento de verdades-meio, ao invés de verdades-fim (que são típicas de esquemas comprobatórios).

No que diz respeito especificamente às práticas que estão em análise no trabalho genealógico, é importante ressaltar que na ótica foucaultiana elas são condizentes à racionalidade ou à regularidade “que organiza o que os homens fazem (...), que tem um caráter sistemático (saber, poder, ética) e geral (recorrente) e, por isso, constituem uma ‘experiência’ ou um ‘pensamento’” (CASTRO, 2009, p. 338). De acordo com Castro (2009),

as práticas discursivas referem-se às regras que em um dado tempo e espaço propiciam o surgimento de certos enunciados, enquanto as não discursivas são relativas às relações de poder que também favorecem a existência de alguns saberes.

E é por estarem as práticas mergulhadas em relações de saber-poder que a genealogia – vista como uma anti-ciência (por questionar as supostas verdades científicas lançadas a partir de um prisma positivista) – busca entender as articulações entre os saberes eruditos e os sujeitos, a fim de dar conta dos saberes presentes nas histórias das lutas e nas memórias das batalhas, contribuindo para o uso dos mesmos nas estratégias da atualidade (FOUCAULT, 1999). Nesse sentido, de acordo com Zambenedetti e Silva (2011), as relações de saber-poder aparecem a partir de outra configuração, e não de forma contrária e deslocada de uma anterior, já que a proposta genealógica, embora recuse a linearidade, não diz respeito a uma ruptura integral com estados antecedentes.

O conceito de poder abordado nos estudos foucaultianos, segundo Dreyfus e Rabinow (2010), ajuda a entender os engendramentos das práticas sociais, não sendo, portanto, um princípio metafísico. Desse modo, para Foucault (2010b), a fim de manter a criticidade acerca da questão do poder, o importante é ter em vista a forma como ele se exerce, em detrimento da procura por sua origem de caráter linear, metafísico e ontológico.

Tendo em vista que o poder aparece somente em âmbito relacional, Foucault (1999) sublinha que ele, enquanto relação de força, não pode ser dado, nem trocado, tampouco retomado, estando sua existência condicionada aos atos. Nesse sentido, o autor (2010b) diz que as relações de poder agem sobre sua própria ação, exigindo respostas e efeitos, considerando também nesse processo o outro, com o qual tal relação está em exercício, como sujeito de ação. Por essa via, o aspecto de positividade do poder se faz necessário também nas análises das relações de força, já que a noção de poder como repressão não dá conta das possibilidades que vão além das relações de dominação (FOUCAULT, 1999).

Considerando que a partir do prisma foucaultiano a política é a guerra continuada por meios diferenciados, o poder, enquanto política, deve ser sempre analisado a partir das relações de forças que se estabelecem nos/pelos combates em distintos momentos da história, no intuito de encontrá-lo nos interstícios da sociedade que abriga os enlaces políticos nas minúcias dos gestos, nas alianças e nas lógicas de governo. Por tal razão, é importante ter em vista o modo como o poder se exerce em ações que legitimam uma pretensa defesa da sociedade a partir de políticas que separam grupos sociais, provocando sujeições, bem como relações de dominação (FOUCAULT, 1999), já que tal exercício

opera sobre o campo de possibilidades em que se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou dificulta, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, coage ou impede absolutamente, mas é sempre um modo de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações (FOUCAULT, 2010b, p. 288).

Partindo do exposto, observa-se, com base em Foucault (1979), o quanto os saberes locais descontínuos, difusos nas lutas e teorias, podem auxiliar no entendimento das formas do exercício do poder, o que serve de incentivo ao olhar genealógico que não totaliza sua análise, tampouco desconsidera as resistências presentes nas relações. E por uma teoria ser, para o referido autor, um sistema regional de luta, o trabalho do pesquisador, no papel de intelectual que cria regimes de visibilidade a partir de construção de conhecimento, deve estar sempre empenhado em não reproduzir generalizações, a fim de dialogar com os saberes sujeitados que constituem os combates.

Ao pensar o fazer genealógico no campo da psicologia social, observa-se o caráter crítico que se estabelece a partir das estratégias de problematização, as quais quebram com a forma cristalizada de entendimento do sujeito por um viés psicologizante tradicional. De acordo com Eduardo Cunha (2014, p. 39), “a contribuição de Foucault à psicologia encontra a sua potência precisamente na indicação da incidência ético-política do fazer psicológico”, o que indica a importância da postura que se toma a partir das ferramentas foucaultianas e não simplesmente pela glorificação cega do autor, o que poderia conduzir à normatização de suas proposições.

Nessa perspectiva, a genealogia pode auxiliar na construção do que foi chamado por Foucault (2011a) de uma “ultrapassagem da psicologia”, relativa às mudanças necessárias para que esta área, marcada por um tipo positivista de ciência, possa dar conta das ambiguidades que surgem em seu interior. E é nesta direção que cabe aqui deixar a reflexão de que “não haveria desde então psicologia possível senão pela análise das condições de existência do homem e da retomada do que há de mais humano no homem, quer dizer, sua história” (FOUCAULT, 2011a, p. 151).

E é pelo fato de no intermédio entre história e corpo estar presente a genealogia que se torna importante estudar os testemunhos a partir do corpo enquanto superfície de inscrição dos acontecimentos, considerando para tanto a história “efetiva” (FOUCAULT, 1979), ou seja, aquela por meio da qual os sujeitos têm o descontínuo recolocado em si mesmos.

A partir desta proposta, a pesquisa genealógica acerca das marcas corporais da desfiliação social toma os corpos como documentos constituídos no processo de subjetivação,

no jogo de poder microfísico que, segundo Machado (2012, p. 14), “intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo – e se situa no nível do próprio corpo social, e não acima dele”.

E junto aos corpos-documentos de cada um dos participantes do estudo, aliam-se as entrevistas, consideradas documentos produzidos na interação pesquisadora-entrevistados, em meio a todos os elementos que por ventura puderam existir no momento das conversas livres: medos, barulhos, intervenções de outras pessoas etc. Por tal razão, há aqui um deslizamento por várias circunstâncias de produção documental que, através da experiência das ruas, deixam passar diferentes tonalidades de vozes e gestos.

De acordo com Rodrigues (2004), a história oral pontua a existência do sujeito na história, sendo ela também componente das lutas contemporâneas relativas aos modos de subjetivação. Assim, por meio da história oral é possível localizar as resistências presentes nas relações de saber e poder, bem como trazer à tona as singularidades dos pequenos acontecimentos que atravessam os sujeitos. Algumas vezes os acontecimentos fazem parte de um contexto de sobrevivência tão cruel que se tornam inenarráveis, conforme salienta Prins (1992). Já outros, embora cravados pelo sofrimento e condições extremas de sobrevivência, configuram-se como testemunhos vivos da desfiliação social, como no caso das pessoas em situação de rua, as quais compõem com seus corpos-documentos e falas o arquivo da resistência que, por meio de uma perspectiva genealógica, traz à tona seu caráter de combate em nome da afirmação da vida.

1. 2. Construindo mapas: a cartografia como operador metodológico

Deleuze e Guattari (1995a) ao elaborarem a noção de rizoma – caracterizado pela possibilidade de conectar diversos pontos em ramificações que se dão em direções variadas –, estipularam a cartografia como um dos seus princípios. Para os autores, em virtude de sua ênfase na manifestação das multiplicidades, ela se diferencia do decalque, já que este ao colar formas pré-existentes no que surge como novo reproduz sistemas de entendimento, ignorando aspectos singulares.

Diante de seu caráter processual, não focado em produtos finais, a cartografia permite transformações no campo de pesquisa, bem como questionamentos a respeito das disputas e separações provocadas por determinadas áreas do saber (ZAMBENEDETTI; SILVA, 2011), o que a caracteriza como um mapa em movimento que acompanha percursos, ao mesmo

tempo em que propicia o envolvimento na produção das conexões das linhas (PASSOS; KASTRUP; ESCÓCIA, 2009).

Com o amparo deste operador, os dados, ao invés de coletados, são produzidos com base no que já estava presente de um modo virtual (KASTRUP, 2009), o que demonstra a importância da esfera sensível daqueles que realizam a pesquisa como elemento de criação, uma vez que tal produção é proporcionada pelos encontros de diversos fatores, como, por exemplo, entre o campo e responsáveis pelo estudo, junto ao seu arcabouço conceitual (ZAMBENEDETTI; SILVA, 2011).

Embora uma de suas marcas seja a esfera de liberdade ao longo da experimentação, o trabalho cartográfico, de acordo com Passos, Kastrup e Escócia (2009), não se dá sem rigorosidade, já que a conduta ética se faz presente no envolvimento com os acontecimentos e nas ações interventivas.

Para Passos e Barros (2009), em virtude da pesquisa não se distanciar da intervenção, dicotomias entre “conhecer” e “fazer” também se dissolvem, posto que ambos estão relacionados fora de uma lógica que polariza teoria e prática. Assim, todas as pesquisas podem ser vistas como intervenção, à medida que em um mesmo plano de produção estão agenciados sujeitos e objeto a partir da experiência. Em face desses atravessamentos que aliam ética e política em pesquisa, é aberto um espaço para o surgimento de rupturas, bem como uma perspectiva crítica ao que se produz.

Dentre os pensamentos apresentados ainda pelos autores citados acima, vale a pena ressaltar o conceito de transversalidade proposto por Félix Guattari, a partir do qual foi elaborada a definição do método cartográfico que opera pela composição do plano por linhas transversais, além das verticais e horizontais, resultando, assim, na comunicação de toda a realidade. Segundo Gallo (1997, p.126),

Podemos, assim, tomar a noção de transversalidade e aplicá-la ao paradigma rizomático do saber: ela seria a matriz da mobilidade por entre os liames do rizoma, abandonando os verticalismos e horizontalismos que seriam insuficientes para uma abrangência de visão de todo o “horizonte de eventos” possibilitado por um rizoma.

Nesse sentido, a transversalidade auxilia o trânsito durante a elaboração da cartografia, tornando mais difusas as zonas de contato entre diferentes elementos e provocando intensidades afetivas a partir dos encontros em campo.

Além do que já fora apresentado acerca do fazer cartográfico, torna-se interessante destacar, a partir de Kastrup (2009), como o rastreio, o toque, o pouso e o reconhecimento

atento podem estar difusos no modo como a atenção se dá com base neste operador. Ao tomar o problema como norteador é preciso estar aberto para rastrear o que se mostra em movimento, acolhendo as mudanças que se manifestam nos objetivos, nas atitudes, bem como no andamento da pesquisa, que pode imprimir qualidades outras no tempo. Em virtude da importância do foco em alguns fatores que contribuem para o alcance do que o estudo se propõe, o toque auxilia a eleger certos detalhes que merecem destaque, contando, para tal, com o aspecto sensitivo que também faz parte do processo. Na procura por esses enquadres, faz-se necessário pousar, delimitando um campo a partir de alterações no olhar que, diante de sua potente amplitude, deve se arriscar nos ajustes, favorecendo, portanto, o reconhecimento atento, que diz respeito a um retorno ao objeto no que tange à ênfase da investigação e não aos seus fins utilitaristas.

Ao longo do presente estudo, mais precisamente na etapa das entrevistas, o rastreio caracterizou-se pela busca de pessoas que aceitassem conversar sobre o estar nas ruas, sobre as trajetórias de vida que as guiaram àquela condição. Embora o problema de pesquisa estivesse explícito (por ter sido apresentado logo em um primeiro momento do convite à participação), as conversas flutuaram sobre diversos temas (alguns mais desenvolvidos do que outros), de acordo com os interesses que foram surgindo, o que enriqueceu as problematizações acerca das temáticas que circundam à principal.

O toque, por sua vez, deu abertura para o desenvolvimento de assuntos que se mostraram recorrentes entre os entrevistados, tais como família, amigos, perdas, envolvimento com drogas, desejos, aparência e relação com a cidade.

O pouso, em alguns momentos, mostrou-se difícil de ser feito, em virtude das derivações que ocorreram. Contudo, em meio às frestas de colocações dos entrevistados, a questão do corpo em situação de rua foi retomada, dando ênfase, principalmente, ao modo como os entrevistados se viam e se percebiam a partir do olhar dos outros, o que trouxe reflexões acerca de preconceitos, solidariedade, compaixão, bem como acerca de motivos que levavam à recusa a falar sobre o que estava sendo proposto.

Por fim, o reconhecimento atento se deu, especialmente, durante a condução ao encerramento das entrevistas, a partir da leitura do termo de consentimento livre e esclarecido, no qual estavam especificados todos os objetivos da pesquisa. Neste momento foi possível tecer relações entre alguns dos muitos pontos abordados e a questão do corpo e da cidade.

Durante a experiência de estar nas ruas para a realização das entrevistas, algumas situações importantes ocorreram e merecem destaque: 1) logo após a primeira entrevista, um

policial militar da área recomendou atenção e cuidado na abordagem de determinadas pessoas do entorno, a fim de evitar casos de violência, já que, nos dizeres do representante da PM, muitos dos que estavam na rua carregavam facas; 2) algumas pessoas ao verem as entrevistas acontecendo, comentavam depois sobre alguns aspectos da história e do cotidiano dos participantes; 3) dez abordagens foram feitas sem êxito, seja por rejeição declarada dos convidados (6), por afastamento (2), pelo fato de não ter a idade necessária (1) e por não se considerar pessoa em situação de rua (1).

Poucas anotações em papel foram realizadas durante as andanças e ao longo das entrevistas, a fim de deixar em estado pulsante a experiência do caminhar e observar. Contudo, a fim de guardar alguns detalhes não capturados em áudio pelo gravador, bem como sensações decorrentes do vivido, um diário de campo foi construído para auxiliar nas descrições e análises.

Em algumas entrevistas foram levados lanches para serem oferecidos; em outras a sugestão foi de comprar algo pela rua para servir de alimentação. Contudo, nem em todas as situações a pessoa aceitou a comida, pedindo (e recebendo), por vezes, ajuda em dinheiro.

Diante do detalhamento do modo como a cartografia pode operar metodologicamente, fica evidenciado aqui a liberdade de condução do processo, com o amparo de um fazer ético e estético, a partir dos quais o respeito e a criticidade se estabelecem ao lado da potência de invenção em campo.

1. 3. Escutar, conhecer e questionar: as possibilidades da entrevista no fazer com

Neste estudo, as entrevistas realizadas com as pessoas em situação de rua são descritas e analisadas como “documento/monumento” (LE GOFF, 1996), proporcionando, assim, a crítica e a percepção do documento como um produto da sociedade que o construiu de acordo com inúmeras relações de forças.

A fim de compreender um pouco mais sobre essa forma de visualizar o documento, cabe enfatizar que após as mudanças que ocorreram no campo da história, sobretudo pelo desenvolvimento de abordagens analíticas (ex.: terceira geração francesa de historiadores da Escola dos Annales), diferentes da abordagem positivista da escola metodista, tornou-se possível tomar o documento a partir de suas desconstruções e reconstruções (CELLARD, 2008). Sobre isso, Foucault (2007, p. 7) diz:

A história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta e distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstruir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações.

Aliados a esta perspectiva, Lemos, Chaves e Prado Filho (2012) ressaltam que as histórias de vida passaram a ter maior visibilidade depois das reflexões acerca da história oral e cultural impulsionadas, principalmente, pela já referida terceira geração de historiadores dos Annales. Para os autores, nesse contexto, havia uma forte crítica à transformação da memória da elite em modelo a ser seguido pelos mais pobres, o que sublinhava a importância de construir uma história do presente sem fins biográficos ou autobiográficos, pelo fato dela ser descontínua, ou seja, não linear, desprovida de finalidades, e que, portanto, estava mais voltada à busca por desnaturalizações de objetos que para a história tradicional se mostravam imóveis.

Pelo fato desta pesquisa ter se focado, especialmente, na elaboração de uma genealogia cartográfica, pautada no que surgiu a partir das entrevistas e da experiência em campo, torna-se necessário pontuar aqui a política da narrativa (PASSOS; BARROS, 2009) escolhida, já que junto à narrativa segue um viés político que não se desatrela da problematização teórica.

Nessa direção, a postura diante do que já foi realizado com base em leituras e, conseqüentemente, construção do campo, está amplamente ligada à concepção de uma psicologia social voltada para a reflexão crítica da realidade e que, de acordo com Spink (1993, p. 304), busca “superar a dicotomia entre indivíduo e sociedade, e entre psicologismo e sociologismo”, o que ajuda a entender os indivíduos também a partir de seus aspectos de socialização.

A partir dos conceitos de genealogia e cartografia expostos anteriormente, torna-se importante enfatizar que neste estudo os “saberes sujeitos” foram trazidos à tona genealogicamente, já que o “fazer com” desta investigação possibilitou olhares diversos sobre a realidade e seus respectivos atravessamentos. Já a cartografia, enquanto propriedade rizomática, buscou maximizar o entendimento sobre as conexões existentes entre os diversos elementos da vida dos sujeitos entrevistados, favorecendo entendimentos sobre a configuração de seus corpos em situação de rua, bem como sobre a relação entre as estéticas urbanas e

corporais em conjunto com as construções arquitetônicas e os mecanismos de saber-poder que estão presentes nos lugares. Nesse sentido, a descrição dos mapas, com base nas entrevistas e anotações do diário de campo, focalizou a questão dos corpos errantes que se configuram a partir de trajetórias de desfiliação social, as quais podem estar atreladas, de acordo com uma perspectiva foucaultiana (FOUCAULT, 2003), a uma história da infâmia que em muitos momentos é desconhecida e classificada como indigna.

No intuito de manter a transversalidade na experiência da entrevista, três posturas foram muito importantes, sendo elas: a de escutar, a de conhecer e a de questionar. A partir desses verbetes, que se encontram no livro “Pesquisar na diferença: um abecedário”, foi possível sacudir e desconstruir a caixinha de perguntas inicialmente preparadas para uma entrevista semi-estruturada, o que estimulou o andar a esmo pelas falas e a dinâmica do ir e vir. Segundo Arantes (2012, p. 93), escutar

é uma alegria, é se deixar afetar pelos ruídos e barulhos do mundo, pelo estalar dos dedos em noite fria ao redor da fogueira e pelos sentidos que se aguçam à proximidade dos corpos com suas cores, cheiros, texturas, rugosidades e asperezas, adivinhando, no avermelhado da cor, no zumbido das abelhas e no perfume que exala a madurez da fruta, ainda no pé.

Por tal via, a escuta diz respeito à atenção à fala num sentindo mais abrangente, que inclui, além de palavras, as falas das coisas, dos objetos e de suas propriedades. E é pela afetação que se produz uma escuta movida por seus atravessamentos sensíveis, operando por meio de uma atenção mais difusa ao que está sendo apresentado pelos entrevistados.

Conforme aponta Arantes (2012), na Europa, a partir do século XVIII, a escuta ficou cada vez mais restrita a especialistas, os quais amparados por técnicas destinaram-se a retirar um falar verdadeiro dos sujeitos para fins diversos: jurídicos, medicalizantes, educacionais etc. Embora haja esse viés de extração da fala verdadeira, o fazer genealógico não se atrela a ele, posto que não almeja encontrar uma verdade escondida; sua contribuição está no fato de auxiliar a entender o modo como as práticas de escuta estão relacionadas com as experiências que as pessoas fazem a respeito de si na atualidade.

Já no processo de conhecer, Barros e Morschel (2012, p. 61) sugerem que é possível a criação de “outra vida e virtualidade”, bem como a produção de superfície e de percursos por caminhos inusitados, o que dá vez à política do conhecimento pela deriva. Para as autoras é no contato com o novo, ou seja, no ato de conhecer, que ocorre a mudança e a construção incansável de outras passagens, simultaneamente ao coengendramento do sujeito e do objeto.

Assim, é seguindo pelas fronteiras não tão precisas da escuta e da produção de conhecimento que, segundo Batista (2012), o questionar inicial da pesquisa se transforma e provoca a metodologia na busca por melhores aproximações com a realidade. Para a autora,

Questionar, numa pesquisa, não deve se revestir do policialesco, do inquérito, da reprodução da verdade, da tortura (extrair dos “objetos” de pesquisa uma verdade”), mas deve ser procura, busca, problema, ponto de discussão (p. 200).

Por tal lógica, a problematização entra em cena como recurso questionador das cristalizações sociais, dialogando com os sujeitos, por vezes, destituídos de uma história maior, a fim de romper com as tradições e com o desmerecimento dos acontecimentos que se dão nas margens do mundo. Nessa linha, o entrevistar, enquanto diálogo e constituição de uma língua menor, desponta como

uma forma de desenhar uma escrita que adentra o território desconhecido do outro. Cenário que coloca em cena um desejo de saber e uma escuta que dá a chance ao entrevistado de narrar aquilo que experienciou, mas que ainda não encontrou seus contornos precisos (SOUSA, 2012, p. 87).

Em virtude da cartografia acompanhar processos, a entrevista nela inserida possibilita acompanhar os movimentos e suas quebras, tendo também a capacidade de operar como intervenção, à medida que seu caráter performativo incita transformações e catalisação de momentos de passagens. Portanto, a entrevista, enquanto ferramenta cartográfica, auxilia “na construção e acesso ao plano compartilhado da experiência” (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013, p. 300).

**T
R
A
V
E
S
S
A

D
O

C
R
U
Z
A
M
E
N
T
O**

**Ele estava sentado na calçada,
no Largo da Palmeira.
Na madeira mexia com a lâmina.
Olhar longe,
eu longe.
Pra longe fui.**

2. CIDADES, DESFILIAÇÃO E SUBJETIVAÇÕES

Em meio a um contexto permeado por desigualdades sociais e econômicas decorrentes dos processos históricos de urbanização, frequentemente surgem questionamentos a respeito do funcionamento e organização do espaço urbano, bem como sobre as disputas locais relacionadas à elaboração de políticas voltadas ao urbanismo.

Para Brasil, Silva, Carneiro e Almeida (2012), tais questões propiciam o surgimento de insatisfações e lutas pela democratização de práticas que visem à ampliação da participação social em níveis deliberativos e representativos. Segundo estes autores, embora certas ações (como, por exemplo, o Estatuto da Cidade aprovado em 2001) tenham o intuito de aumentar o caráter participativo dos cidadãos no que diz respeito à gestão das cidades, tal objetivo esbarra em inúmeros obstáculos que podem ser resultantes de dificuldades na execução do que está previsto constitucionalmente e que ultrapassam o setor administrativo, podendo ser também de ordem técnica e financeira dos governos de cada lugar. De acordo com Rolnik e Klink (2011, p. 90),

Sinais e reflexos do crescimento econômico são visíveis em localidades, cidades e metrópoles brasileiras em várias regiões. A expansão e maior disponibilidade de subsídios públicos ao crédito para a produção habitacional, associada ao crescimento da economia, têm provocado um dos maiores ciclos de crescimento do setor imobiliário nas cidades já vividos no país. As dinâmicas econômicas recentes têm desafiado as cidades a absorver esse crescimento, melhorando suas condições de urbanização de modo a sustentá-lo do ponto de vista territorial. Os desafios não são poucos, já que não se trata apenas de expandir a infraestrutura das cidades para absorver um crescimento futuro, uma vez que a base – financeira, política e de gestão – sobre a qual se constituiu o processo de urbanização consolidou um modelo marcado por disparidades socioespaciais, ineficiência e grande degradação ambiental. Porém, apesar dos sucessos da política econômica – entre eles, um aumento espetacular do gasto público no setor de desenvolvimento urbano – e as promessas da descentralização e do Estatuto das Cidades, as marcas desse modelo continuam presentes em várias dimensões do processo de urbanização.

Os entraves vistos no presente concernentes a um planejamento urbanístico mais abrangente apontam que os aparatos estatais e da sociedade civil organizada deveriam rever o modo como tem operado até então, a fim de discutir possibilidades outras de maximização dos direitos do povo ao espaço urbano, favorecendo, assim, o enfraquecimento de práticas que silenciam as especificidades locais.

Tendo em vista estas particularidades que contribuem para o debate sobre a produção da desigualdade nas cidades, nos tópicos seguintes serão desenvolvidos alguns temas que entrelaçam a questão do espaço urbano aos modos de subjetivação.

2. 1. O espaço urbano e suas linhas de força

De acordo com Beaujou-Garnier (1997), a cidade é ocupada por grupos de indivíduos, constituída por relações e fluxos de todo tipo, sendo ela o elemento fundamental da organização do espaço. De acordo com o autor, a cidade pode ser explicada com base na relação entre objeto e sujeito, à medida que a sua função de objeto é dada a partir da função de sujeito que proporciona a intervenção urbana. Nesse sentido, o espaço urbano transforma os seus habitantes, ao passo em que ele interfere em suas vidas, e é a partir de suas demandas que a cidade mostra importância nas atividades internas e periféricas da população.

Embora as cidades tenham em determinados momentos históricos, como na Idade Média, alimentado o ideal de liberdade de seus habitantes ao propor mudanças em uma lógica de funcionamento social em vigor – o que Le Goff (1998) diz com base no alemão Alberto, o Grande –, são notórios os resquícios encontrados ainda na contemporaneidade do que falhou nesta proposta, posto que o espaço urbano em inúmeros pontos do mundo ainda é marcado por práticas pouco democráticas que deslegitimam a existência de certos grupos em benefício de interesses econômicos.

A transparência almejada dos centros urbanos em um campo idealizado, tal qual Bauman (1999) fala que existe na literatura, mesmo que distanciada de alguns níveis da realidade, marca uma forma de entendimento sobre a construção das cidades que pode se fazer presente na atualidade, já que dispositivos de controle, por vezes, reforçam a busca pela visualização quase que integral dos acontecimentos na esfera pública (e privada). Com base no referido autor, alguns responsáveis pelo planejamento urbano, afastados de tal idealização, pontuaram que para uma cidade ser considerada boa é importante que seus habitantes assumam suas atitudes, já que não há como esperar da população um determinado tipo de conduta apenas pela configuração espacial.

Junto às estruturas físicas que compõem a cidade são encontrados diferentes efeitos que contribuem para determinados modos de percepção temporal e espacial, de distâncias e velocidades, os quais atravessam os sujeitos em seu cotidiano (VIRILIO, 1993). Pelas vias

públicas, a celeridade dos carros que cortam avenidas. Nas calçadas, pessoas que se desencontram dentro dos minutos contados em suas folgas diárias. Mas há quem resista... Há?

De acordo com Sennett (2008), a experiência da velocidade possibilitou a transformação do espaço em lugar de passagem, marcado pela desconexão deste com o corpo, uma vez que a aproximação e o afastamento são facilitados por recursos que alteram a intensidade dos contatos, dos encontros. Até mesmo o desenho urbano moderno contribui para o que o autor chama de geografia urbana fragmentada e descontínua, a qual em função do modo de sua organização busca diminuir as resistências dos transeuntes.

Partindo dessas colocações, como pensar na atualidade as capturas ocorridas no espaço urbano? Como tomar as singularidades locais como analisadores das mudanças de velocidade e dos modos de resistir nas cidades?

Nas tramas armadas pela regulação dos corpos, grupos específicos são vistos como “indesejados”, tendo suas imagens, segundo Bauman (1999) coadunadas ao que provoca terror, medo, insegurança, reforçando, assim, tentativas de segregação social em nome da segurança que aparta os ditos “inimigos internos”.

Diante desse contexto no qual há constante procura por proteção, Castel (1987) diz que a noção de risco surge mais com a intenção de prever as possibilidades de surgimento do perigo do que necessariamente agir sobre o perigo já existente, havendo, portanto, uma série de estratégias de controle do risco voltadas para a virtualidade perigosa. Em consenso com esta lógica, Lemos, Lobo e Rodrigues (2012) também ressaltam que o espaço serve como dispositivo de controle social, à medida que o modo como suas forças são dispostas visa a maximização da segurança e a dispersão das resistências.

Mesmo com a presença ostensiva de diferentes formas de monitoramento das cidades, as disparidades socioeconômicas imprimem no cenário urbano formas particulares de ocupação que tensionam os planejamentos urbanísticos orientados para a assepsia social. No que diz respeito ao Brasil, Peralva (2000, p. 43) resalta que

As transformações do universo urbano brasileiro foram em grande medida determinadas pela especulação imobiliária, que desenhou a feição de cada cidade, mas também pela maneira pela qual as camadas populares reagiram a isso, se auto-organizando e inventando, nas brechas do mercado e da lei, novos espaços habitáveis.

Motta (s.d.), ao analisar a história das políticas nacionais para habitação, sublinha como os programas nacionais (incluindo o Programa Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009 pelo Ministério das Cidades) transformaram a questão habitacional em objeto do

mercado, uma vez que fica a cargo do setor privado a responsabilidade pela construção de habitações que passam por financiamento. Com as condicionantes requeridas, tais programas acabam se voltando, principalmente, para a classe média, o que demonstra falta de compatibilidade entre o que a política habitacional se propõe e a lógica de mercado imposta. Este quadro conduz, portanto, a um elevado déficit habitacional nos centros urbanos, agravando os conflitos sociais.

Diante dessa realidade que ajuda a intensificar o processo de desigualdade social, são constituídos modos de existência, tais como de pessoas em situação de rua, que não operam nem pela vida nem pela morte, mas sim pela sobrevivência, a qual, para Agamben (2008), corresponde à particularidade da biopolítica no século XX. Tal segregação, por sua vez, ao favorecer práticas que se dão fora dos padrões ditos de “normalidade”, legitima o uso de dispositivos de discriminação voltados para populações pobres, as quais passam a ser criminalizadas, muitas vezes, por uma forma de sobreviver nas cidades.

2. 2. Desfiliação social: a produção de trajetórias de vida

Considerando os fluxos, idas e vindas a determinadas condições de vida, Castel (1997) propõe pensar a produção de desigualdade social não em termos de exclusão, mas sim de trajetórias de desfiliação, no intuito de trazer à análise os pormenores das relações de força que possibilitam o rompimento de vínculos que estavam aparentemente estabilizados em um estado anterior. Há, nesse sentido, ênfase no processo para que as situações não sejam vistas como rupturas completamente estanques, desvinculadas de um contexto móvel que permite reconfigurações.

Embora alguns desfiliações possam ter em suas histórias elementos em comum que conduzam a certo modo de existir, é preciso percorrer os labirintos de cada acontecimento que põe alguns sujeitos para fora do circuito formal de relações sociais. Assim, a intenção é não homogeneizar o que se entende por excluídos, ou seja, os que estão situados na periferia da sociedade, não em sentido restritamente físico, mas também em termos de acesso aos direitos básicos.

Comumente desligados da esfera do trabalho e, conseqüentemente, de fontes de renda estáveis, estão sujeitos à precarização da alimentação, da saúde, dos cuidados com o corpo. Mas há também aqueles que mantêm determinados padrões de vida, mesmo estando em

processo de desfiliação, o que demonstra a complexidade na discussão sobre o tema, posto que, em alguns casos, as fronteiras entre o que faz ser ou não um desfiliado são muito tênues.

Segundo Castel (1997), quando tudo é colocado em um mesmo patamar denominado “exclusão”, as estratégias de reparo, ou seja, de inserção social são privilegiadas ao invés daquelas que visam prevenir atenuando os fatores que propiciam o desequilíbrio social. Para o autor, as pessoas antes de serem visadas como excluídas por intervenções especializadas, precisariam ser consideradas como capazes de produzir, implicando, então, em ações de estímulo à sua vinculação às redes da sociedade. Por essa razão, as mudanças no que tange à “exclusão” não se dariam por meio de atividades reparadoras, mas sim através da adoção de novas medidas que possibilitassem o tratamento social do desemprego e até mesmo a inserção de indivíduos vistos como inválidos em decorrência das condições socioeconômicas.

Em alguns casos, quando, por exemplo, parte da população é discriminada explicitamente, Castel (1997) diz haver exclusão propriamente dita, mas sendo raras no presente as situações de exclusões radicais que desvinculam os sujeitos por completo. Já na visão de Passeti (2005), a sociedade contemporânea, que pode ser caracterizada como sociedade de controle, prevê o abarcamento de todos, mesmo que seja pela via de inclusões excludentes, as quais podem ceder espaços para os sujeitos em categorizações de desqualificação.

Em meio aos diversos grupos que podem ser considerados como desfiliaados, estão aqueles taxados de imprestáveis: os denominados de vagabundos que destoam de uma conjuntura social (CASTEL, 2010) mantida por uma rede cujos pontos deveriam se ligar para a manutenção de uma esperada coesão. A elaboração do discurso que atrela esse segmento à noção de infâmia aponta para efeitos que se vêem difusos na sociedade como um todo, propagando preconceitos frente a um cenário capitalista que desprivilegia os que estão fora dos padrões de consumo.

Castel (2010), ao fazer um apanhado histórico sobre os vagabundos – que tende às vezes mais ao contexto francês e europeu –, auxilia na reflexão das estratégias de afastamento desses sujeitos cujos traços podem estar reatualizados no presente em diferentes regiões do globo.

Segundo o autor, no século XVI a estigmatização desse grupo populacional infame caracterizava-o como ocioso por não trabalhar (sequer com a terra para garantir seu sustento), sendo também visto como desprovido de fé e lei. De acordo com esta lógica, a ausência de emprego e recursos, bem como de vinculação a uma comunidade determinariam a condição

de vagabundagem. Lançados à sorte dos que “não tem raízes”, dos que perambulam fazendo de qualquer lugar sua morada, sua “inutilidade” aparecia vinculada à noção do parasita que depende de outros para existir.

No Antigo Regime, com o intuito de distanciá-los dos principais centros, muitos foram banidos, deixados à revelia, vagando sem destino. Mas por este procedimento ser avaliado como uma alternativa sem eficiência – já que os “indesejados” apenas eram deslocados –, logo passou a ser desprezado. Condená-los à morte e às galeras (a fim de serem capturados para sua utilização como mão de obra), deportá-los para as colônias, bem como sujeitá-los a trabalhos em reclusões e depósitos foram outras medidas adotadas em nome da ordem social, mas igualmente sem sucesso, o que as levaram a ser abandonadas depois de tantas mortes.

Interessante pensar que, por mais que na atualidade a condenação à morte não seja mais utilizada como meio formal de extinção do “problema dos vagabundos”, ainda há hoje parcela da sociedade que usa esses artifícios para se ver livre desses sujeitos, tal como se observa nas ocorrências que envolvem assassinatos de pessoas em situação de rua em centros urbanos do Brasil. O deslocamento forçado dessa população para outras localidades também ainda é notado em casos pontuais, o que ficou claro, por exemplo, nas ações higienistas em algumas cidades durante a Copa do Mundo de 2014 no Brasil. E embora as instituições asilares mencionadas por Castel não sejam exatamente as mesmas da atualidade, a lógica reaparece materializando-se na diferença, na produção de novos depositários de corpos vagabundos que se erguem sob a demanda da proteção.

Segundo Castel (2010), por estar o dito vagabundo, em muitos casos, imerso em condições ultrajantes, a transgressão da lei aparece para si como uma possibilidade de obtenção de algo que precisa ou almeja. No entanto, apesar de não ser uma regra envolver-se em infrações, ele acaba por ter sua aparência conectada a daquelas pessoas cujas condutas são consideradas como potencialmente criminosas. Acerca desse paradigma negativo do vagabundo, o autor diz que o mesmo é um discurso do poder, o qual pode ser usado por gestores sociais em ações repressivas que visem, no mínimo, formas provisórias de lidar com os efeitos de uma situação complexa de desigualdade.

Essa perspectiva negativa do vagabundo dificulta, por sua vez, entendê-lo pela via do que ele produz, do protagonismo que exerce em meio às circunstâncias que o constituem. Por tal razão que, a partir das proposições de Castel, a reflexão é enriquecida quando não tomada pelo simples viés da falta, mas sim de todos os elementos que compõem as trajetórias de vida,

da desfiliação que passa pelas perdas e pela configuração de outras redes de inventividade em busca da sobrevivência e das estilísticas de existir no espaço do fora.

2. 3. Processos de subjetivação na cidade

A presença de desfiliações sociais em contexto urbano inquieta uma grande parcela da população, bem como os órgãos governamentais, uma vez que ela produz inúmeras situações que são adversas à esperada ordem social. Nas cidades, o número crescente de pessoas em situação de rua agrava esta problemática e expõe violações de direitos que se mostram nas condições precárias de vida.

Em função do modo particular de viver nas ruas propiciar inúmeras problematizações pertinentes à análise do funcionamento da sociedade, torna-se cada vez mais importante estudar o trajeto para a rua (bem como aquele que se dá em sua permanência nela) como forma de entender as ramificações da questão.

Para Frangella (2004), a trajetória de pessoas em situação de rua envolve uma história gradual de perdas e desvinculações, tendo como ponto de chegada a rua e, conseqüentemente, um tipo de esvaziamento territorial e identitário anterior. Em muitos momentos, essas pessoas, antes de se encontrarem na situação-limite de estar nas ruas, já passaram por um processo de ampla circulação por inúmeros circuitos, o que se observa em casos de indivíduos que rompem com as conexões familiares, passam por vários trabalhos, mas que voltam das ruas para casa. Segundo a autora, o trânsito de crianças e adolescentes, por exemplo, acontece de forma diferente, posto que os recursos e as perspectivas para saída da rua são maiores para os jovens do que para os adultos.

Ao longo dessas trajetórias de desfiliação são vistos processos de subjetivação específicos, os quais, segundo Deleuze (1992), dizem respeito à produção de modos de existências, podendo estes ser considerados tanto éticos quanto estéticos. Já em uma perspectiva foucaultiana, Castro (2009) ressalta que os modos de subjetivação são relativos às práticas que constituem os sujeitos, que podem ser compreendidas de dois modos, com base na análise realizada por Revel (2011): 1) práticas de objetivação e 2) constituição do ser humano por meio de um conjunto de técnicas de si.

De acordo com Rodrigues e Baptista (2010), as modificações realizadas nas cidades ao longo da história não se restringiram ao âmbito físico-espacial, uma vez que elas se

mostraram profundamente relacionadas às alterações nos modos de existência, no interior do campo da subjetividade. Nessa direção, os autores propõem

adentrar as questões que concernem às articulações entre subjetividade e espaço através de sua tessitura co-constitutiva, e não de modificações que se abatem sobre duas realidades epistemológica e ontologicamente distintas. Em outras palavras, propomos uma análise dos processos que narram as tramas e embates que constituem o indivíduo – enquanto suporte hegemônico da experiência moderna – e o espaço ordenado e racional das grandes cidades (p. 423).

Lemos, Lobo e Rodrigues (2012) também ampliam este debate afirmando que é no espaço onde ocorrem os embates e se engendram as estratégias e táticas, o que não confere à relação entre subjetividade e lugar um caráter de unificação e ausência de história.

A partir das noções apresentadas e considerando as diversas forças que cruzam os indivíduos ao longo de seus percursos na cidade, vale a pena pensar nos aspectos específicos que auxiliam na consolidação de modos de existência nas ruas, os quais se contrapõem ao que Lemos, Chaves e Prado Filho (2012) chamam de mundo privado e intimista, relacionado aos novos modos de objetivação e subjetivação na modernidade.

De acordo com os estudos de Frangella (2004), a vinculação aos espaços urbanos por parte de indivíduos em situação de rua inclui também processos adaptativos, os quais são notabilizados pelas alternativas de sobrevivência encontradas e pelas formas de sociabilidade possibilitadas pela situação de rua. Nesse sentido, são consideradas como elementos importantes as amizades construídas nesse contexto, bem como as pessoas e instituições que auxiliam prestando assistência. Um dos aspectos da dinâmica dessa população é marcado pelo deslocamento nômade, o qual é ocasionado pela busca de recursos e também pela contínua expulsão de lugares utilizados para descanso.

Nessa direção, observa-se que existem diferentes intensidades de circulação, as quais variam de acordo com os níveis de ajuste desses indivíduos ao espaço urbano. E é a partir dessas intensidades de movimento errante e das distintas experiências urbanas que são criadas as redes territoriais de circulação desses indivíduos. Em meio a este percurso itinerante, as pessoas em situação de rua, frequentemente, buscam por espaços não utilizados, podendo também apropriar-se temporariamente de locais destinados à passagem de pessoas e carros, ou seja, espaços públicos de circulação.

Nota-se, assim, que as práticas sociais de pessoas em situação de rua são marcadas por essa circulação constante, o que propicia, por exemplo, alternativas de trabalhos peculiares a

estes contextos, tais como os serviços temporários. Em meio às alternativas de sobrevivência utilizadas por essa população, encontram-se também a mendicância, a vigilância de carros, a prostituição, o roubo, opções que fora da esfera do prestígio social contribuem ainda mais para a estigmatização da pobreza.

Nesse processo de experimentação da cidade, a partir da condição de estar nas ruas, os caminhos percorridos também estão aliados a um caráter ético, relativo ao modo de se conduzir. Por isso é preciso tentar entender de que forma são construídas tais rotas, a fim de entrar em contato com os aspectos de invenção de vidas expostas que testemunham sobre uma determinada história local e contribuem a seu modo para a afirmação de uma política da existência.

**T
R
A
V
E
S
S
A

D
A

E
R
R
Â
N
C
I
A**

**Ele disse que era doido.
Não podia falar nem assinar,
senão eles o pegam, os médicos.
A sua vida era secreta.
Ele, o Rei Davi,
o artista de rua,
o homem do saco.**

3. CORPO DESFILADO E RESISTÊNCIAS COMO CAMPOS DE POSSÍVEIS

As violações de direitos sociais estão presentes em todas as cidades, o que pode ser visto em várias situações do cotidiano. Os frequentes casos de extermínio de pessoas em situação de rua, remoção de famílias pobres que habitam espaços de especulação imobiliária, entre outros exemplos, apenas sublinham um cenário marcado por interesses que segregam grupos, principalmente, em função de aspectos econômicos.

Em meio à realidade contemporânea, as pessoas em situação de rua chamam bastante atenção em espaços públicos, por transformá-los em áreas de intensa utilização. Por diversas vezes, seus corpos ficam camuflados nas calçadas, confundindo-se com a sujeira impressa nos pavimentos cobertos por cimento. Nesse sentido, seus corpos, marcados por aspectos da desigualdade social, acabam transformando-se em extensões do espaço, à medida que, para muitos, sequer são vistos como pessoas, mas sim como empecilhos à manutenção da boa ordem social.

No intuito de compreender, a partir de registros corporais, o processo de desfiliação social de indivíduos que se encontram nas ruas, torna-se importante sublinhar alguns aspectos gerais acerca da relação entre corpo e espaço urbano para pensar a questão do testemunho corporal que se dá frente à violação de direitos. Por tal razão, na sequência serão apresentadas algumas noções que ajudam a compor a reflexão sobre este assunto.

3. 1. Testemunhos corporais: as marcas da rua

O funcionamento incessante das cidades abarca os corpos, fazendo-os trabalhar, na maior parte do tempo, sob a mesma lógica da aceleração dos automóveis e das demandas de produção. Nessa direção, o espaço urbano, imbuído por valores socioculturais, revela-se como um lugar de acolhimento e repulsa aos indivíduos que por ele transitam. Segundo Bauman (2009, p. 35),

É nos *lugares* que se forma a experiência humana, que ela se acumula, é compartilhada, e que seu sentido é elaborado, assimilado e negociado. E é nos *lugares*, e graças aos *lugares*, que os desejos se desenvolvem, ganham forma, alimentados pela esperança de realizar-se, e correm risco de decepção – e, a bem da verdade, acabam decepcionados, na maioria das vezes.

Com base nessa ideia e na noção de que a corporeidade humana se constrói a partir das vivências, pode-se dizer que o espaço participa de modo único na configuração corporal de

seus habitantes, principalmente pelas particularidades que o compõe. Segundo Marcel Mauss (1974), os indivíduos agem por meio de gestos e movimentos, que são considerados como técnicas corporais constituídas por meio da cultura. Dessa forma, há em cada grupo social um modo específico de utilização do corpo, o qual está atrelado ao contexto no qual os indivíduos se encontram. Nesse sentido, há de se considerar também as questões de adequação e adaptação culturais impostas ao sujeito, que o levam a desenvolver novas formas de expressão corporal em relação ao meio.

Junto a esta noção de corpo, assomam-se as proposições de Merleau-Ponty (1994) que discutiu sobre a relação deste com o tempo e o espaço. Para o autor, os indivíduos são no espaço e tempo, e seus corpos aplicam-se a eles e os engloba. Desse modo, observa-se que as dimensões físicas e temporais do meio também estão presentes no processo de configuração corporal.

Ao pensar o corpo a partir dessas perspectivas, é possível traçar inúmeras relações entre os vários elementos presentes no espaço que em contato com a esfera corporal criam novas linhas de entendimento. Nesse sentido, Mendes (2010, p. 115) propôs a reflexão sobre o corpo com base no conceito de rizoma, dizendo que

o corpo, assim como o rizoma, conecta-se a outros corpos e também ao meio, assim como destaca-se pelo caráter de heterogeneidade entre os corpos. Como o rizoma, o corpo também se caracteriza pela multiplicidade de informações nele impressas, bem como de outros corpos e, conseqüentemente, de caminhos por onde essas informações entram e saem. Assim como a individualidade de um sujeito se constrói na experiência da coletividade, conforme argumentado anteriormente, a unidade de um rizoma se dá a partir da multiplicidade. Como em um rizoma, em que qualquer ruptura pode vir a gerar uma nova linha, no corpo a apreensão ou aprendizagem de qualquer informação pode gerar novos percursos em busca de outras informações a receber ou a transmitir. Neste fluxo de agenciamentos, são constantes as desterritorializações e reterritorializações do corpo.

Em virtude do rizoma estar sempre no espaço do entre, tanto na superfície quanto na profundidade, sua configuração não permite localizar o início e o final de suas linhas. O mesmo pode ser caracterizado a partir de seis princípios: 1) conexão; 2) heterogeneidade; 3) multiplicidade; 4) ruptura a-significante; 5) cartografia; 6) decalcomania (DELEUZE; GUATTARI, 1995a).

O princípio de conexão diz respeito à possibilidade de qualquer ponto do rizoma se conectar a outros pontos. A heterogeneidade aponta para o fato de não haver obrigatoriedade de um determinado traço do rizoma fazer referência a outro semelhante. O princípio da

multiplicidade diz que “uma multiplicidade não tem nem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza (as leis de combinação crescem então com a multiplicidade)” (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p. 16).

Desse modo, compreende-se que as multiplicidades são definidas pelas linhas abstratas, de fuga ou de desterritorialização que mudam de natureza ao estabelecerem conexão com outras. Já o princípio da ruptura a-significante mostra que no rizoma sempre poderá haver rompimentos, os quais provocam a criação de linhas de fuga, ocasionando uma nova reconfiguração rizomática. No que diz respeito ao princípio de cartografia e decalcomania, os autores ressaltam que não se pode tomar um rizoma a partir de um modelo estrutural ou gerativo, sendo necessário, portanto, que o rizoma seja visto a partir da perspectiva do mapa e não do decalque. Desse modo, propõe-se a ideia de que o rizoma, enquanto mapa, favorece a conexão entre os pontos, posto que

o mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p. 22).

Com base nesta noção, é necessário tomar cuidado com o decalque, uma vez que ele estruturaliza o rizoma, organizando, estabilizando e neutralizando as multiplicidades de acordo com os seus eixos de significância e de subjetivação.

Tomando como referenciais os princípios apresentados, os corpos dispostos no espaço da cidade podem ser vistos como um conjunto de linhas que se configura pela lógica do rizoma, o que propicia a existência de linhas duras, fluidas, bem como as de fuga, as quais se conectam em meio às forças que ligam o sujeito aos acontecimentos.

Para Jacques (2008), as linhas de fuga são aquelas de caráter micropolítico, que produzem resistência diante do que se impõe como modelo aceitável para a sociedade. Nesse sentido, no dia a dia os sujeitos em contato com fatores sociais, culturais, econômicos entre outros podem agenciar mudanças em si.

Por esta perspectiva, a corporeidade dos indivíduos está estreitamente regada por esses aspectos da relação do corpo com das multiplicidades proporcionadas pelo espaço. Segundo Paola Berenstein Jacques (2008), a escrita da cidade no corpo (e vice-versa), chamada de corpografia, pode ser estudada pelos padrões corporais de ação, que são os gestos e movimentos propiciados pela experiência urbana (JACQUES, 2008). Com base neste

princípio, é possível pensar a partir da corpografia urbana o processo de ocupação dos espaços públicos e o modo como as forças presentes nestes lugares estão relacionadas às vidas dos transeuntes.

Milton Santos (2006) ao propor a noção de homens lentos, auxilia na reflexão acerca dos agenciamentos e escritas corporais, uma vez que a lentidão impressa nos sujeitos pode conduzir a um tempo diferenciado que propicia uma experimentação mais intensa do espaço e de seus efeitos. Por esta via, o autor destaca que as pessoas em situação de rua podem ser consideradas a partir de sua lentidão involuntária, já que estão deslocadas das regras temporais e sociais.

Aliada a esta ideia, para Jacques (2008), as errâncias podem favorecer este outro tipo de velocidade no cotidiano, já que elas desviam rotas e desfazem roteiros, contribuindo para as rupturas a-significantes (DELEUZE; GUATTARI, 1995a). Ao entregar-se à errância, o sujeito pode se perder, desorientando-se mesmo diante dos projetos urbanísticos que prezam pela condução. Suas atitudes podem ser lentas, no sentido de ignorar a lógica de celeridade do dia a dia, e seu corpo pode ser tomado pela materialização das reverberações de seus atos errantes (JACQUES, 2008).

Importante ressaltar, com base em Deleuze e Guattari (1995a), que a lentidão não corresponde à aceleração ou retardação do movimento, mas sim à racionalidade do tipo de movimento, ou seja, que está presente no âmbito das condutas. Ela diz respeito, portanto, ao aspecto qualitativo do movimento e não quantitativo.

A partir da imersão nessa velocidade outra, surgem anúncios de vidas, tais como de pessoas em situação de rua, que testemunham uma forma diferente de habitar e mover o mundo, trazendo à tona dizeres e atos relativos a violações de direitos e potências de existência.

O testemunho, segundo Agamben (2008), que por uma via tem valor de prova, pode também ser visto como o que compõem o testemunho daquele que não tem meios para testemunhar, o que indica o seu aspecto inventivo já que está no espaço do entre, ou seja, na fronteira da língua, do que pode ou não ser dito.

Ao tomar a perspectiva de arquivo, proposta por Foucault (2007), que corresponde à lei do que pode ser pronunciado, é possível salientar que o testemunho (AGAMBEN, 2008) se difere dele por estar entre o dentro e fora do sistema de construção de frases possíveis, não garantindo a verdade dos fatos do enunciado presente no arquivo, mas sim o seu aspecto de exterioridade.

Com base nesse fator, os testemunhos, tidos como discursos menores frente aos oficiais, podem tecer ações micropolíticas articuladas – a partir de premissas estabelecidas por Deleuze e Guattari (1997) – tanto aos movimentos e ao que está no plano de visibilidade (narrativa extensiva), quanto à velocidade e aos afetos (narrativa intensiva).

A partir das pontuações sobre estes dois tipos de narrativa, afere-se que o corpo se escreve tanto pelo aspecto do espaço liso (que abriga os acontecimentos, forças) quanto do espaço estriado (configurado por propriedades). Para Deleuze e Guattari (1997, p.163),

O espaço liso são as intensidades, os ventos e ruídos, as forças e as qualidades tácteis e sonoras, como no deserto, na estepe ou no gelo. Estalido do gelo e canto das areias. O que cobre o espaço estriado, ao contrário, é o céu como medida, e as qualidades visuais mensuráveis que derivam dele.

Considerando o exposto, os testemunhos das pessoas em situação de rua, que surgem a partir das marcas da desfiliação social, podem auxiliar nas tentativas de escrita de uma história que abarque as minúcias dos encontros, provocando debates sobre o que gera inquietação no mundo e movendo, assim, de acordo com Suely Rolnik (1995), o pensamento, posto que ele serve de ponte ao fazer com o que está na esfera sensível seja visto e dito.

Conclui-se, portanto, que o trabalho intelectual aliado a uma ética também se mostra como luta política, ao passo que provoca diálogos, narrativas testemunhais que se dão pela produção da diferença em nível artesanal, pelas costuras errantes.

3. 2. As tramas da disciplina, da biopolítica e da produção de resistências

De acordo com Foucault (2009), ao longo dos séculos XVII e XVIII, as disciplinas se constituíram como formas de dominação e se caracterizaram como “anatomia política” e “mecânica do poder”, em função de objetivar do corpo humano sua obediência e utilidade, a partir de uma coerção contínua que esquadrinhasse tempo, espaço e movimentos. Diferentemente da escravidão, da domesticidade, da vassalagem e do ascetismo e “disciplinas” do tipo monástico, as disciplinas aqui abordadas estão relacionadas à busca pela produção de corpos dóceis, ou seja, submissos e exercitados, que aumentem as forças de utilidade econômica e diminuam as de utilidade política, a fim de obter expansão das aptidões e da sujeição. Atenta às minúcias, a via disciplinar se define como uma política do detalhe, presente não só em lugares fechados, uma vez que organiza um espaço analítico e difuso, infiltrando-se em arquiteturas, na classificação dos corpos, no monitoramento dos gestos. Ao

mesmo tempo em que fixa os indivíduos, permite sua circulação, com base em princípios de organização e controle.

Lemos, Cardoso Júnior e Alvarez (2013) sublinham que na sociedade disciplinar, em virtude da mobilidade e dinamismo dos arranjos que permitem as articulações em rede, é a disciplina como um mecanismo em meio aberto que se apresenta de forma generalizada, em detrimento do modelo de instituição asilar que funciona como exceção.

Então, a sociedade disciplinar se organiza de acordo com a contiguidade de vários espaços disciplinares, onde funções, embora diferentes entre si quanto a seu objetivo, se interconectam no sentido de que obedecem ao mesmo diagrama ou organização. Dessa forma, o ideal da sociedade disciplinar é maximizar o exercício da função em cada espaço para que as várias funções disciplinares se encadeiem sem lacunas. A sociedade disciplinar também precisa aumentar os espaços disciplinares, a fim de que o deslocamento dos indivíduos entre os vários espaços não interrompa a continuidade da normalização (LEMOS; CARDOSO JÚNIOR; ALVAREZ, 2013, p. 102).

Importante ressaltar que na disciplina há também incitação, produção, para além de uma noção de controle repressivo, em função da fluidez das forças que a compõem e dos jogos de saber e poder dos quais ela faz parte. Desse modo, é importante ter em vista a multiplicidade de conexões que são operadas no campo disciplinar, a fim de abarcar seus paradoxos e a especificidade dos contextos.

Em virtude do corpo estar inserido em uma ampla rede, mostra-se bastante interessante esclarecer além da disciplina, as definições de biopolítica e biopoder, propostas por Foucault (1999), a fim de se obter uma compreensão diferenciada acerca das relações entre corpo e poder.

A biopolítica, que se apresenta como uma tecnologia do biopoder, está voltada para a população, aos seus fenômenos aleatórios e de conjunto, com o objetivo de manter a sociedade em equilíbrio por meio de mecanismos de regulamentação. Assim, ao se focar na população que é composta por multiplicidades de variadas ordens, tais como biológica, científica e política, a racionalidade biopolítica, ao mesmo tempo em que se infiltra nos diversos campos para controlar os corpos, mantendo-os dentro de estados globais de estabilidade e regularidade, também os estimula na busca por suas potências que possam garantir o aprimoramento da vida.

Vista, portanto, como uma tecnologia do corpo, tal qual a disciplina, diferencia-se desta última por se voltar aos corpos em aspecto coletivo, enquanto os mecanismos

disciplinares os tomam a partir de sua individualidade. No entanto, disciplina e biopolítica aparecem relacionadas a partir da norma que por estas circulam. Para Foucault (1999, p. 302),

A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar. A sociedade de normalização não é, pois, nessas condições, uma espécie de sociedade disciplinar generalizada cujas instituições disciplinares teriam se alastrado e finalmente recoberto todo o espaço – essa não é, acho eu, senão uma primeira interpretação, e insuficientemente, da ideia de sociedade de normalização. A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação.

Partindo do exposto, nota-se que tanto os cuidados do corpo como a gestão da vida são atravessados pelo biopoder, o qual busca se efetivar por meio de aspectos de normalização. E em função da sociedade contemporânea, permeada pela medicalização constante, estar cada vez mais voltada para o enquadramento de pessoas como “anormais”, são vistas inúmeras estratégias biopolíticas que legitimam práticas higienistas e racistas. Foucault (1999) sobressalta que o racismo busca distinguir os que devem viver dos que devem morrer, trazendo também a noção da relação biológica que justifica a extinção do outro em nome da sociedade, de sua defesa.

A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura. (...) Portanto, relação não militar, guerreira ou política, mas relação biológica. E, se esse mecanismo pode atuar é porque os inimigos que se trata de suprimir não são os adversários no sentido político do termo; são os perigos, externos ou internos, em relação à população e para a população. Em outras palavras, tirar a vida, o imperativo da morte, só é possível no sistema de biopoder, se tende não à vitória sobre os adversários políticos, mas à eliminação do perigo biológico e ao fortalecimento, diretamente ligado a essa eliminação, da própria espécie ou raça. A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização (FOUCAULT, 1999, pp. 305-306).

Nesse sentido, é importante perceber como os discursos segregacionistas podem estar articulados a diferentes pontos da sociedade, os quais os fazem funcionar também fora de uma lógica meramente de Estado. Tal racionalidade pode ser vista a partir da legitimação da violência pautada na crescente expectativa de pessoas que querem se afastar das ditas “impurezas” sociais, tais como a pobreza que, estigmatizada pela virtualidade criminosa, é tida como um obstáculo ao desenvolvimento dos centros urbanos.

Para Foucault (2012), emaranhadas as estratégias de controle da sociedade, que vão além das desempenhadas pelo Estado, estão as práticas de governo de condutas, que podem ser mais bem entendidas a partir da noção de governamentalidade. Esta se refere às formas variadas de governar presentes desde o século XVIII, permitindo a sobrevivência do Estado por meio de técnicas de governo que se dão em seu exterior e interior.

De acordo com o “Vocabulário de Foucault” (CASTRO, 2009), há dois modos de entendimento da governamentalidade que estão em conformidade com os dois eixos da noção foucaultiana de governo (dos outros e de si): 1) governamentalidade política, que se debruça sobre a racionalidade, técnicas e modos de instrumentalização do governo, tendo como foco a população; 2) o encontro das técnicas de dominação sobre os outros e as técnicas de si, que, por sua vez, possibilita o a ocorrência de processos de resistência. Nesse sentido, a análise da governamentalidade envolve as artes de governar que comportam

O estudo do governo de si (ética), o governo dos outros (as formas políticas da governamentalidade) e as relações entre o governo de si e o governo dos outros. Nesse campo estariam incluídos: o cuidado de si, as diferentes formas de ascese (antiga, cristã), o poder pastoral (a confissão, a direção espiritual), as disciplinas, a biopolítica, a polícia, a razão de Estado, o liberalismo (CASTRO, 2009, p. 191).

Segundo Foucault (2012), em virtude da arte de governar ter, inicialmente, buscado amparo no modo de operar da soberania (voltada para a questão do território), e por não ter ignorado o modelo de família, ficou a princípio sem constituir um espaço próprio, sofrendo, assim, uma espécie de bloqueio pela noção de economia (relativa no momento apenas à família e sua casa). Contudo, após a eclosão da questão da população, a arte de governar pôde ser desbloqueada, com base no desenvolvimento da ciência do governo que levou à centralização da economia – antes concentrada na família – no que foi chamado pelo autor de nível de realidade caracterizado como econômico, a partir do qual as particularidades da população passaram a ter ênfase em outra esfera, não restritas ao campo da soberania. Desse modo, a economia no século XVIII passou a ocupar outro lugar, diferentemente daquele que ocupava no século XVI, quando era vista apenas como uma forma de governo (arte de governar a família), junto aos outros dois tipos: da moral (governo de si mesmo) e da política (ciência de bem governar o Estado).

A governamentalidade para o autor, portanto, diz respeito ao Estado de governo que foca na questão populacional e faz uso dos instrumentos fornecidos pelo saber econômico, controlando por meio dos dispositivos de segurança a sociedade.

Em meio às diferentes estratégias de controle do espaço, do corpo e da população, é importante sublinhar as brechas que permitem a manifestação de resistências, as quais se dão por meio de tensões que incitam as lutas na busca por transformações. O ato de resistir, que não se restringe a ser contrário a uma determinada força, está implicado na produção da dobra, a qual, para Deleuze (1992, p. 127), com base em uma analítica foucaultiana,

Trata-se de “duplicar” a relação de forças, de uma relação consigo que nos permita resistir, furtar-nos, fazer a vida ou a morte voltarem-se contra o poder. Foi o que os gregos inventaram, segundo Foucault. Não se trata mais de formas determinadas, como no saber, nem de regras coercitivas, como no poder: trata-se de *regras facultativas* que produzem a existência como obra de arte, regras ao mesmo tempo éticas e estéticas que constituem modos de existência ou estilos de vida.

Por esta perspectiva, o corpo em situação de rua, pensado também pelo prisma do exercício de resistência, mostra suas potências de luta que comprovam o desvio das práticas de normalização, bem como o enfrentamento de situações adversas, deixando o registro da violência vivida em si mesmo e demarcando a partir das marcas corporais um tipo de existência feroz. Não à toa cicatrizes de cortes e marcas de bala denunciam algo além do ato violento: o da sobrevivência. E não à toa também o andar fora do tempo padronizado da cidade sugere práticas de liberdade que vão além da marginalização dos “anormais”, as quais apontam, segundo Foucault (2004), para condutas realizadas com base em um trabalho de si que o sujeito realiza sobre si mesmo.

Assim, observa-se que, embora as capturas sejam extensas, o paradoxo se mostra presente, já que o resistir pelas brechas se configura não apenas pela negatividade, ou seja, como uma oposição ao que é imposto, mas também como forma de invenção, de criação de modos de vida.

Por fim, com base nas lógicas disciplinares e biopolíticas, bem como no desenvolvimento do conceito de governamentalidade, é possível redimensionar a reflexão acerca dos dispositivos de normalização das condutas, do domínio dos corpos e de suas respectivas relações com a questão da população em situação de rua e com a sua produção de resistências.

**T
R
A
V
E
S
S
A**

**D
O**

**S
O
C
I
A
L**

**Naquele meio fio
percebi que ela estava triste.
E ela percebeu que eu aparecera para conversar,
mas naqueles olhos de água só havia silêncio.
A seu quase pedido parti,
Enquanto um rato corria debaixo de suas pernas.**

4. ARTICULAÇÕES ÉTICAS, ESTÉTICAS E POLÍTICAS

Mais um morador de rua é assassinado na Região Metropolitana de Goiânia. Esta é a 40ª morte de uma pessoa em situação de rua desde agosto do ano passado (TEÓFILO, 2013; Manchete do “Jornal Opção”).

Moradores de rua são alvo de protesto em Florianópolis: “Não precisamos de mendigos: Fora!” (CARVALHO, 2013a; Manchete do “Portal Fórum”).

A prisão absurda dos moradores de rua que pediam condições mínimas de dignidade num albergue (DONATO, 2014; Manchete do “Diário do Centro do mundo”).

Prefeitura determina retirada de grade 'antimendigo' de calçada do RS (PIRES, 2014; Manchete do “G1 RS”).

Morador de rua é morto com facada no peito em Belém (SILVA, 2014; Manchete do “ORM News”).

Diante de um cenário que aponta para ausência (ou minimização) dos direitos de grupos marginalizados, torna-se de extrema importância tomar conhecimento dos acontecimentos sociais que registram práticas atravessadas pela violência e pelo higienismo, para também com o auxílio deles pensar nas redes de proteção que são organizadas na sociedade.

Por tal razão, segue neste momento uma reflexão sobre algumas dimensões éticas, estéticas e políticas concernentes à população em situação de rua do Brasil, no intuito de sublinhar singularidades desse segmento no país.

4. 1. Panorama geral e singularizações das lutas

Com base, inicialmente, em informações retiradas do “Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua” (Brasil, 2012), serão abordados aqui alguns aspectos relativos ao contexto histórico e político que envolve esse grupo social.

Durante as décadas de 1970 e 1980, a Pastoral do Povo (da igreja católica) começa a articular, principalmente nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte, um movimento de organização de pessoas em situação de rua, voltado para o atendimento de algumas demandas dessa população. Em virtude desse tipo de iniciativa ter possibilitado o crescimento da representatividade do referido grupo social, os governos de grandes municípios passaram a se preocupar em formular táticas de identificação e atuação.

A realização em 1993 do Fórum da População em Situação de Rua, fomentada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Belo Horizonte, é um dos exemplos de ações que buscaram compreender a realidade das ruas, no intuito de promover discussões e políticas públicas potencializadoras de mudanças sociais.

A partir de estudos sobre as características dessa população, foi possível implementar programas de apoio, tais como dispositivos de cuidado compatíveis com as singularidades do público alvo. O censo (que será apresentado na seção 4. 2.) feito em 2007-2008 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) é um dos principais em função de seu caráter nacional e teve grande importância na fomentação da realização de outros censos municipais e distritais, bem como de pesquisas sobre o tema dos modos de existência nas ruas.

Uma delas, que serve de exemplo aqui, foi coordenada recentemente pelo Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro que, ao traçar um perfil da população em situação de rua, verificou que 65% dos que estão nessas condições não bebem e 62% não usam drogas, contradizendo o senso comum formado por opiniões públicas sensacionalistas que buscam legitimar segregações por meio de estratégias higienistas, tais como a internação compulsória (CARVALHO, 2013b).

Em setembro de 2005, o MDS, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), coordenou e realizou em Brasília o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, no intuito de refletir acerca das possibilidades de desenvolvimento de políticas públicas para esta população. Neste evento estiveram presentes representantes de municípios (entre os quais: funcionários dos governos municipais, participantes de entidades não governamentais e pessoas em situação de rua), bem como especialistas que estudam esta temática e representantes das Secretarias do MDS. As contribuições deste evento estão registradas no “I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua: relatório” (BRASIL, 2006).

Já em maio de 2009, também em Brasília, foi realizado o II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, o qual objetivou discutir tanto a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, quanto as atividades do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Neste evento foram aprovados: 1) princípios de uma Política Nacional para a População em Situação de Rua, dentre os quais estão o respeito à dignidade do ser humano, o direito ao usufruto e permanência na cidade e a garantia e defesa de direitos fundamentais, que em conjunto visam o enfrentamento a práticas higienistas e

atitudes carregadas de preconceito e violência; 2) diretrizes como a formulação e implementação de políticas públicas acessíveis de saúde, educação, habitação, lazer e cultura, o estímulo à organização política da população em situação de rua e o desenvolvimento de uma Secretaria Especial de Promoção da Política Nacional de Inclusão da População em Situação de Rua (BRASIL, 2009).

Com o objetivo de garantir o acesso deste segmento aos diversos serviços, benefícios, programas e projetos públicos (em esfera municipal, estadual e federal), em dezembro de 2009, durante o encontro do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a população de rua, foi instituída, pelo decreto 7.053, a Política Nacional Para a População em Situação de Rua (PNPSR), além do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento dessa política. A construção desta se deu com base nos debates realizados nos dois encontros nacionais citados acima e por meio de estudos realizados pelo Grupo de Trabalho Interministerial para Elaboração da Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua (GTI), criado também pelo referido presidente e instituído pelo decreto s/nº de 25 de outubro de 2006. Contudo, mesmo diante de sua formalização, militantes afirmam que sem mobilização social sua efetivação é duvidosa, o que enfatiza a importância de articulações entre vários grupos que possam pressionar o governo para que ela seja devidamente aplicada (MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA, 2010).

A formulação desta política contou o protagonismo de seu público-alvo, o qual, em parceria com órgãos do governo, também avaliou e discutiu propostas. De modo geral, no GTI estavam presentes: MDS, Ministério das Cidades, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Defensoria Pública da União, bem como representantes da sociedade civil organizada, tais como integrantes do MNPR, da Pastoral do Povo da Rua e do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social (CONGEMAS) (BRASIL, 2008a).

A partir de informações retiradas do site da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (BRASIL, s.d.a), sabe-se que o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da referida política é formado por representantes da sociedade civil e por vários Ministérios (Educação, Saúde, Trabalho e Emprego, Cidades, Cultura, Esporte, Justiça, Desenvolvimento Social e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República). Sua liderança fica a cargo da Coordenação Geral de Direitos Humanos e Segurança Pública (CGDHSP), a qual, além de elaborar o Plano de Ação da

PNPSR, busca acompanhar a efetivação das Políticas Públicas para a área de Segurança Pública e População em Situação de Rua constantes do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3, eixos III e IV).

Entre outras competências da CGDHSP estão: 1) realização de ações a fim de prevenir a violência contra a população em situação de rua; 2) divulgação e incentivo à elaboração de serviços, programas e canais de comunicação para denúncias de maus tratos e para o acolhimento de propostas para políticas direcionadas à referida população, garantindo que os denunciadores fiquem sob anonimato; 3) apoio ao desenvolvimento de Centros de Defesa dos Direitos Humanos que atendam em esfera local este segmento; 4) produção, sistematização e disseminação de dados e indicadores sociais, econômicos e culturais desta população; 5) apoio à capacitação dos operadores de direito do Estado (principalmente da força policial) no que diz respeito aos direitos humanos, com foco naqueles relativos a tal população; 6) fortalecimento da ouvidoria para acolher denúncias de violações de direitos humanos em geral, sobretudo dos direitos das populações em situação de rua por meio do DISQUE 100; 7) desenvolvimento de ações que objetivem a responsabilização e combate à impunidade dos crimes e atos de violência voltados a essa população, no intuito de proporcionar maior segurança no espaço das ruas; 8) com auxílio de órgãos de defesa de direitos, pôr à disposição assistência jurídica e mecanismos de acesso a direitos, o que abarca, por exemplo, a retirada de documentação básica.

No mesmo site, há a apresentação também do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua e Catadores de Material Reciclável (CNDDH) que tem como metas: 1) prevenção e combate aos atos de violência voltados à pessoas em situação de rua e catadores de materiais recicláveis; 2) produção e divulgação de informações sobre o tema da população em situação de rua e catadores de materiais recicláveis; 3) sistematização e divulgação de dados relativos ao contexto da população em situação de rua e catadores de materiais recicláveis, a fim de dar base à construção de políticas públicas; 4) promoção de ações educativas e atividades de formação, bem como divulgação sobre direitos fundamentais, cidadania e democracia para a população em situação de rua e catadores de materiais recicláveis; 5) implementação de outros núcleos de defesa de direitos humanos para a população em situação de rua e catadores de materiais recicláveis em nível nacional.

Além do decreto 7.053, segundo informações retiradas do site do MDS (BRASIL, s.d.b), entre as normativas que regem a atenção à população de rua no âmbito do SUAS estão

as seguintes: 1) Política Nacional de Assistência Social – PNAS; 2) Lei nº 11.258 de 2005 – inclui no parágrafo único do Artigo 23 da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) a prerrogativa de que na organização dos serviços da Assistência Social deverão ser criados programas destinados às pessoas em situação de rua; 3) Decreto s/nº, de 25 de outubro de 2006 – instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), coordenado pelo MDS, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua; 4) Portaria MDS nº 381, de 12 de dezembro de 2006 – assegurou recursos do cofinanciamento federal para municípios com mais de 300.000 habitantes com população em situação de rua, visando apoio à oferta de serviços de acolhimento destinados a este público; 5) Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 109, de 11 de novembro, de 2009 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Documento que tipifica os serviços socioassistenciais em âmbito nacional, dentre os quais os serviços destinados ao atendimento à população em situação de rua na Proteção Social Especial (PSE): Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; Serviço de Acolhimento Institucional (que incluem adultos e famílias em situação de rua) e Serviço de Acolhimento em República (que inclui adultos em processo de saída das ruas); 6) Instrução Operacional conjunta da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e Secretaria Nacional de Renda e Cidadania – (SENAR) nº 07, de 22 de novembro de 2010 – reuniu orientações aos municípios e Distrito Federal para a inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; 7) Resolução da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) nº 7, de 07 de junho de 2010 – pactuou critérios de partilha de recursos do cofinanciamento federal para a Expansão dos Serviços Socioassistenciais. Destinou, pela primeira vez, recursos do cofinanciamento federal para a oferta do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, ofertado no Centro de Referência para População em Situação de Rua, em municípios com mais de 250.000 habitantes e Distrito Federal; 8) Portaria nº 843, de 28 de dezembro de 2010 – dispôs sobre o cofinanciamento federal, por meio do Piso Fixo de Média Complexidade (PFMC), dos serviços socioassistenciais ofertados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e pelos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua; 9) Resolução nº 06, de 14 de março de 2012 – aprovou os critérios para expansão qualificada do cofinanciamento federal e o reordenamento dos serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial.

Pelo decreto mencionado e também por meio da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais está previsto o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), que se caracteriza como unidade pública e estatal de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade. Diferencia-se do CREAS por concentrar sua oferta de Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. A sua proposta é promover espaço para práticas coletivas que possibilitem a autonomia, bem como organização, mobilização e participação social (BRASIL, s.d.b).

Em Belém no dia 29 de outubro de 2013 foi implementado o I Centro POP, no qual são oferecidos serviços de abordagem de rua, cuidados relativos à higiene e alimentação, triagem (a fim de sondar as demandas), investigação social (cadastramento e entrevista), encaminhamento para a rede de Proteção Social e de Saúde, emissão de documentos e espaços de vivências e oficinas que visam estimular os vínculos sociais (MODESTO, 2013). Segundo informações da Prefeitura de Belém (2014), o Centro POP conta com o auxílio do espaço de acolhimento chamado de Casa Abrigo para Moradores Adultos de Rua (Camar). Os dois lugares estão localizados próximos ao centro de Belém (bairro São Brás e Guamá, respectivamente) e funcionam de segunda a sexta, sendo que o Centro POP funciona das 8h às 16h, enquanto a Camar das 18h às 07h e das 8h às 14h.

Em meio às iniciativas mais recentes voltadas para essa população, encontra-se a cartilha “Inclusão das pessoas em situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal”, lançada em 2011, por meio da qual o governo federal e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome apresentam ações que buscam possibilitar a efetivação da política para a população em situação de rua no Brasil e a erradicação da extrema pobreza. Segundo o documento,

a inclusão no Cadastro Único atrelada à vinculação aos equipamentos e serviços do SUAS constituem estratégias fundamentais para fortalecer ações de caráter intersetorial para o resgate de direitos e acesso à cidadania das pessoas em situação de rua. O Cadastramento retira da invisibilidade estes brasileiros, permitindo que o Poder Público conheça quem são e onde estão. Estas informações são fundamentais para subsidiar a formulação de políticas de caráter intersetorial que venham ao encontro das demandas desta população e para propiciar seu acesso a serviços, programas, projetos e benefícios da política de assistência social, bem como à rede das demais políticas públicas e ao Sistema de Justiça, em casos de violações de direitos. Organizada em formato didático, o Volume 1 da Série “Suas e População em Situação de Rua” traz as orientações necessárias para subsidiar técnicos e gestores quanto ao cadastramento das pessoas em situação de rua e sua vinculação a serviços socioassistenciais, convocando-os a engajarem-se no

compromisso nacional de concretização dos direitos desta população e no enfrentamento da extrema pobreza (BRASIL, 2011a, p. 7).

Em 2011, além da cartilha, foi oficializado, pela Portaria nº 940 (regulamentadora do Sistema Cartão Nacional de Saúde – Sistema Cartão), que moradores de rua junto aos ciganos nômades não têm a obrigação de informar endereço de domicílio permanente para a efetivação do Cadastro Nacional de Usuários do SUS, o qual compõe a Base Nacional de Dados dos Usuários das Ações e Serviços de Saúde (BRASIL, 2011b).

A partir do apresentado, observa-se, em parte, como estão organizados no contexto brasileiro alguns dos norteadores do governo da vida de pessoas em situação de rua, as quais têm seus corpos administrados pela lógica da biopolítica. Contudo, segundo Castro (2012), tais vidas, que na modernidade são objeto de biologização e normalização biológica, não ficam somente retidas nos mecanismos que almejam controlá-las. Nesse sentido, para além das normatizações que possibilitam estratégias de assistência e cuidado por meio do SUAS, por exemplo, torna-se interessante ter em vista o que escapa às propostas governamentais, bem como as suas ambivalências.

Somado aos dispositivos sociais mencionados que se voltam à busca pela efetivação dos direitos do segmento populacional estudado, encontra-se o Movimento Nacional da População de Rua – oficializado em setembro de 2005 e que em 2014 foi eleito membro do Conselho Nacional de Direitos Humanos –, o qual conta com a articulação de membros da sociedade civil de várias cidades brasileiras. A conhecida “chacina da Praça da Sé” (na qual sete pessoas em situação de rua foram brutalmente assassinadas com golpes na cabeça enquanto dormiam), ocorrida em 2004 na cidade de São Paulo, foi o estopim para a consolidação do movimento, mobilizado, inicialmente, por grupos de São Paulo e Belo Horizonte (MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA, 2010).

A partir do que foi visto, observa-se que junto a inúmeros desdobramentos que essa temática proporciona, estão algumas peças-chave que abrem outras portas para o debate proposto, auxiliando na articulação do estudo dos corpos em situação de rua com as práticas políticas da atualidade e o sistema de garantia de direitos.

4. 2. Particularidades do contexto brasileiro

Nas cidades, observa-se que a desfiliação social pode ser vista em constante circulação pelos espaços públicos, tal como ocorre com a população em situação de rua, caracterizada no Brasil mais em função de sua situação em relação à rua, do que pela simples noção de

“ausência de casa”, adotada por outros países (BRASIL, 2012). Segundo Brasil (2011a), este segmento pode ser compreendido como

grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular. Caracteriza-se pela utilização de logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e de áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como das unidades de serviços de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória.

De acordo com Brasil (2008b), a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada entre agosto de 2007 e março de 2008, possibilitou a quantificação e caracterização socioeconômica deste grupo para fins de orientação à elaboração e implementação de políticas públicas – por parte do MDS – voltadas para este segmento.

Dentre o público-alvo desta pesquisa estavam pessoas vivendo em situação de rua com 18 anos completos ou mais. Foram investigadas as realidades de 71 cidades brasileiras (incluindo Belém-PA): 48 municípios com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais, entre as quais não estavam São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, em função das três primeiras terem realizado antes pesquisas do mesmo teor, e em virtude da última ter iniciado, concomitantemente, por via municipal, um estudo semelhante.

No geral foram identificados 31.922 adultos (equivalente a 0,061% da população das cidades), que não correspondem ao número total, tendo em vista a não inserção de todos os municípios brasileiros, bem como os períodos e metodologias diferentes da pesquisa. A seguir serão apresentados e brevemente discutidos os principais resultados correspondentes ao censo das pessoas em situação de rua, obtidos por meio da aplicação de questionário reduzido e pesquisa amostral.

1) Perfil dos entrevistados: 82% da população é masculina; 53% (dentre os adultos questionados) possuem entre 25 e 44 anos; 39,1% declararam-se pardos, 29,5% brancos e 27,9% pretos (quanto à proporção, há mais negros – pardos somados a pretos – em situação de rua); níveis de renda baixos (52,6% recebem entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 por semana); 74% dos entrevistados sabem ler e escrever, 17,1% não sabem escrever e 8,3% sabem somente assinar o próprio nome; 95% não estudam e apenas 3,8% estão realizando algum curso (2,1% ensino formal e 1,7% profissionalizante).

A partir do perfil, observa-se a predominância de um segmento masculino, negro, pobre e com baixo acesso à escolarização. Tal quadro corrobora o processo de marginalização

histórico da população negra e pobre do Brasil, a qual, muitas vezes, em função dos estigmas que carrega, é criminalizada e apartada socialmente. Quanto à escolarização, de acordo com dados do Censo Demográfico de 2010 apresentados pela UNICEF e pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2014), há maior exclusão de crianças e adolescentes negros, habitantes de zona rural e pobres ou pertencentes a famílias cujos líderes tem pouca ou ausência de escolaridade, sendo tais fatores semelhantes no que diz respeito ao acesso à escola em todas as faixas etárias.

2) Trajetória na rua: 35,5% passaram a estar nas ruas em função de problemas com álcool e/ou outras drogas, 29,8% por desemprego e 29,1% por brigas com familiares; 45,8% dos entrevistados sempre viveram no município em que moram atualmente; 56% vieram de municípios do mesmo estado de moradia atual e 72% vieram de áreas urbanas; 59,9% viveram em até três cidades, 11,9% viveram em seis cidades ou mais (considerados, convencionalmente, como “trecheiros”); dos que já moraram em outra(s) cidade(s), 60,1% não dormiam na rua ou em albergue na cidade anterior, 45,3% se deslocaram na busca por emprego e 18,4% por desavenças familiares.

No processo de desfiliação social, são comumente encontradas trajetórias de envolvimento com drogas, afastamento da esfera do trabalho e perdas de vínculos familiares. Contudo, embora haja serviços públicos que almejam à ressocialização dessas pessoas, há casos em que tal articulação de inclusão social não obtém êxito em função de diferentes fatores, tais como: rompimentos graves de laços com a família (às vezes em função de violências domésticas), problemas relacionados à justiça e inadequação aos padrões de sociabilidade requeridos em muitos espaços de convivência e trabalho. O deslocamento aparece também como uma característica dessa população, a qual, em alguns momentos, é caracterizada, segundo Magni (2006), por suas práticas de nomadismo urbano.

3) Histórico de internações: 60% já passaram por internação em pelo menos uma instituição, 28,1% em clínicas de reabilitação de dependentes químicos, 27% em abrigo institucional, 17% em casa de detenção, 16,7% em hospital psiquiátrico, 15% em orfanato/internato e 12,2% na Febem.

O processo de institucionalização de pessoas que se encontram em situação de rua pode se ancorar em diversos elementos, que incluem desde conflitos com a lei a estratégias higienistas. A passagem por instituições deixam vestígios de vidas em algum momento enquadradas como anormais diante de uma sociedade que cria espaços de exílio em seu interior, fundamentados muitas vezes no sequestro dos corpos e em seu pretense objetivo de

resgate/cuidado social. Por tal razão, é importante ter em vista as singularidades que ocasionaram tais percursos, a fim de problematizar o modo como são articuladas tais ocorrências e a criação de práticas tidas como de segurança, tal como a internação compulsória de usuários de drogas.

4) Pernoite: 69,6% dormem nas ruas, 21,1% em albergues e 8,2% em ambos; 46,5% têm preferência por dormir na rua e 43,8% por dormir em albergues (dentre os quais 69,3% justificam esta escolha em função da violência presente nas ruas e 45,2% em virtude do desconforto). A rejeição aos albergues para 44,3% se deve à falta liberdade, para 27,1% ao horário e para 21,4% à proibição do uso de álcool e outras drogas.

Embora os albergues surjam como uma opção a pernoite, as condicionantes para ser um de seus usuários acabam em determinados casos afastando a população de rua que não coaduna com as regras impostas, bem como aquela que vê nas condições físicas e estruturais dos albergues muitas irregularidades e abandono (ex.: banheiros e quartos sujos) que tornam a permanência nesses espaços desagradável e, por vezes, desumana.

5) Vínculos familiares: 51,9% possuem algum parente que mora na mesma cidade onde estão, contudo, 38,9% não mantêm contato com eles, 14,5% estabelecem contatos em períodos de dois em dois meses até um ano, 34,3% mantêm relações diárias, semanais ou mensais e 23,1% mantêm contato com parentes que vivem fora da cidade. No que tange à qualidade desses relacionamentos com os parentes que vivem na mesma cidade: 39,2% consideram como bom ou muito bom, enquanto 29,3% o consideram ruim ou péssimo.

A fragilização das relações familiares não ocasiona, obrigatoriamente, o rompimento total de vínculos. No entanto, como em muitos casos a família está de algum modo envolvida com as causas que levaram pessoas para as ruas, diminui tanto a proximidade quanto as possibilidades de retorno ao ambiente do lar.

6) Trabalho e renda: 70,9% exercem alguma atividade remunerada (dentre as quais estão: catador de materiais recicláveis – 27,5%, flanelinha – 14,1%, construção civil – 6,3%, limpeza – 4,2% e carregador/estivador – 3,1%); 15,7% das pessoas pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência. Do total, 58,6% disseram que possuem profissão, sendo elas mais relacionadas à construção civil (27,2%), ao comércio (4,4%), ao trabalho doméstico (4,4%) e à mecânica (4,1%). Quanto ao trabalho com carteira assinada: 1,9% disseram que sim, 47,7% nunca, 50% há mais de cinco anos e 22,9% há mais de dois a cinco anos.

No contexto da rua há predominância de trabalhos informais que se dão principalmente nos espaços de circulação diária. A legitimação de determinadas tarefas (tal

como de catador e flanelinha) contribui para a afirmação do respeito para com aqueles que as praticam. No entanto, nas cidades fica cada vez mais evidente a apropriação e uso irregulares do território por grupos que estabelecem regras de exercício de certas atividades, a fim de organizar as relações interpessoais e de trabalho em locais específicos, tais como quarteirões de ruas onde são estacionados carros.

7) Alimentação: 79,6% conseguem fazer ao menos uma refeição por dia, sendo que 27,4% compram comida com seu próprio dinheiro e 19% relataram que não conseguem se alimentar todos os dias (ao menos uma refeição por dia).

A problemática da alimentação neste contexto é constante, tendo em vista, principalmente, as péssimas remunerações recebidas em atividades exercidas nas ruas. Diante do cenário de visível precariedade, grupos espontâneos da sociedade civil são montados a fim de garantir algumas refeições à população de rua, sendo comumente vistas em várias localidades as distribuições de sopa em horários noturnos. Em algumas cidades os restaurantes populares favorecem a alimentação a partir da venda de pratos a preços baixos. Contudo, esta não é uma realidade geral do Brasil.

8) Condições de saúde: 29,7% afirmaram possuir algum problema de saúde (principais: hipertensão – 10,1%, problema psiquiátrico/mental – 6,1%, HIV/Aids – 5,1% e problemas de visão/cegueira – 4,6%); 18,7% fazem uso de algum medicamento, sendo os postos/centros de saúde as principais vias de acesso a eles; 43,8% afirmaram que procuram o hospital/emergência e 27,4% buscam o posto de saúde.

As dificuldades de acesso ao sistema de saúde contribuem para diagnósticos tardios e para o não uso de medicamentos necessários ao tratamento de determinadas doenças. A partir da Portaria nº 940 de 2011, que regulamenta o cadastro ao SUS sem a exigência da comprovação de residência, espera-se que a situação esteja encontrando melhores resultados na atualidade. A ampliação dos consultórios na rua (inseridos em estratégias de atenção básica, tais como Estratégia de Saúde da Família) também são ações contemporâneas interessantes de aproximação dos usuários ao serviço de saúde. Por tal razão, há o imperativo das reivindicações sociais, a fim de aumentar a implementação de tais serviços.

9) Recursos utilizados para a higiene: para banho 32,6% usam a rua, 31,4% albergues/abrigo, 14,2% banheiros públicos e 5,2% casa de parentes ou amigos; para realização de necessidades fisiológicas: 32,5% rua, 25,2% albergues/abrigo, 21,3% banheiros públicos, 9,4% estabelecimentos comerciais e 2,7% casa de parentes ou amigos.

As estratégias adaptativas à rua também são encontradas no que concerne à limpeza diária, apontando para o frequente uso do espaço público como local de higiene, bem como o estabelecimento de redes de amparo que possibilitam o uso de banheiros. A dificuldade de acesso a locais específicos para a realização de cuidados corporais contribui para aspectos de sujeira dos corpos, bem como proliferação de doenças.

10) Posse de documentação: 24,8% não possuem quaisquer documentos de identificação (o que dificulta a obtenção de emprego formal, o acesso aos serviços e programas governamentais e o exercício da cidadania); 21,9% possuem todos os documentos de identificação (carteira de identidade, certidão de nascimento/casamento, CPF, carteira de trabalho e título eleitoral).

A ausência de documentos em alguns casos está relacionada a perdas e roubos ocorridos na rua. A falta de instrução adequada e suporte social dificultam, em alguns casos, uma nova retirada dos documentos. Nesse sentido, equipes voltadas à abordagem de pessoas em situação de rua têm se mostrado agentes importantes de auxílio a essa questão.

11) Acesso aos programas governamentais: 88,5% não recebem qualquer benefício dos órgãos governamentais; já dos que recebem: 3,2% aposentadoria, 2,3% Programa Bolsa Família e 1,3% Benefício de Prestação Continuada.

Embora exista uma ideia difundida de que os programas governamentais, tais como Bolsa Família, estão ao alcance de todos, observa-se que uma restrita minoria dos que se encontram em situação de rua está amparada pelos benefícios sociais, seja em função das condições exigidas para ter acesso a tais ou por total desconhecimento do procedimento necessário para sua obtenção.

12) Discriminações sofridas: impedimento de entrada em locais (31,8% em estabelecimentos comerciais, 31,3% em shopping center, 29,8% em transporte coletivo, 26,7% em bancos e 21,7% em órgãos públicos) e impedimento para realização de atividades (18,4% para receber atendimento na rede de saúde e 13,9% para tirar documentos).

A livre circulação desse segmento em determinados espaços é restringida muitas vezes em virtude da aparência atravessada por estigmas e preconceitos. Nessa direção, são identificadas cotidianamente lógicas microfascistas e práticas racistas que ampliam a discriminação e a distinção de quem por ir e vir. A Portaria nº 940 de 2011 (já mencionada anteriormente) pode ser vista como um dos fatores que ampliaram na atualidade o acesso à saúde, o que, possivelmente, pode ter provocado mudanças ao longo dos anos sucessivos ao de realização do censo, diminuindo a falta de acesso a este serviço por discriminação.

13) Participação em movimentos sociais e cidadania: 95,5% não participam de qualquer movimento social ou atividade de associativismo; 2,9% alegam participação em algum movimento social ou associação e 61,6% (em função da ausência de título de eleitor) não exercem o voto, direito de cidadania elementar.

Mesmo com a notável ampliação de redes de debates sobre as questões voltadas para a população de rua, tal como o Movimento Nacional de População de Rua ativo em várias cidades brasileiras, a pequena participação em movimentos sociais sinaliza no geral uma restrita atuação política desse grupo no que diz respeito à busca por garantia dos direitos básicos e de cidadania.

A partir do panorama apresentado é possível ter uma noção acerca de alguns fatores fundamentais da vida das pessoas em situação de rua do país. Embora esses dados não correspondam à totalidade do território brasileiro, é de grande importância tê-los em vista para uma maior compreensão das dificuldades encontradas nesses espaços, bem como das estratégias adaptativas que são desenvolvidas nesse contexto. Segundo Wanderson Vilton Nunes da Silva (2013, p. 43), este censo

Constrói uma materialidade a partir da qual a população de rua passa a existir e a compor uma cena para as estratégias políticas de governo de suas vidas no ambiente das cidades. De moradores de rua, como uma massa disforme, tornam-se uma população de rua com alguma unidade caracterizadora de suas condições e modos de vida.

De acordo com César, Silva e Bicalho (2013), a perspectiva cartográfica não dicotomiza o aspecto qualitativo do quantitativo, uma vez que busca articular essas duas dimensões em um plano onde formas e forças não se separam. O quantitativo, imerso na experiência produzida pela cartografia, diz respeito ao processo de configuração do real que colabora para “a invenção de mapas nos quais as relações entre quantidades de forças ganham contornos provisórios e se expressam em formas e sentidos” (p. 360). Com base no exposto, os números aqui apresentados e tomados para além de sua noção matemática podem ser vistos, com base nos autores mencionados, como uma quantidade intensiva de forças.

Assim, pode-se dizer que, além de respaldar a formulação de políticas públicas, esses dados auxiliam a diluir o senso comum sobre particularidades dessa população, bem como a incitar problematizações acerca de aspectos locais que contribuem para formas específicas de existir no espaço urbano.

**T
R
A
V
E
S
S
A**

**D
O**

**E
N
C
O
N
T
R
O**

**Ele me deixou sentar ao seu lado,
embora da rua não fosse.
Ali estava a potência do falso,
do que parece, mas não é.**

5. DE PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA À CIDADÃO QUE OCUPA A POLIS?

*Esta cidade não está pronta.
Sou seu esgoto
sua baía
seu poeta sem rosto.*

Dand M.

A organização urbana conduz os fluxos, distribuindo o espaço, sinalizando as vias e buscando diminuir a desorientação. Contudo, em meio às previsibilidades dos planejamentos instalam-se veios disformes, cavidades onde habitam vidas por vezes não identificadas.

Lá nas dobras das esquinas já se vê: papelões estirados sobre os quais deitam uns e outros nas proximidades do rio, no miolo das praças, na confusão do mercado. Mas que cidade é esta sobre a qual verso como se fosse anônima e longínqua?

Belém. Aquela que nascera junto às águas que tiveram que ser controladas, posto que sua construção foi fundamentada “na convicção de que era imperioso vencer as águas, submetendo-as aos planos de expansão da capital do Pará, nos quais ficaram estabelecidos os diversos traçados de ruas, estradas, travessas e largos”, bem ao modo europeu (ALMEIDA, 2011, p. 2).

Fundada em janeiro de 1616, fez parte do projeto português de conquista do vale amazônico, o qual objetivou a ocupação do território e se deu por meio de massacre e escravização de indígenas, bem como por lutas com outros grupos europeus que já se encontravam na região. No lugar hoje conhecido por Forte do Castelo deu-se seu início e pelos seus arredores foi formado o povoado, denominado na época de Feliz Lusitânia. Após lutas contra invasores de origem holandesa, inglesa e francesa, e de conflitos com tribos indígenas durante o processo de colonização, passou a ser chamada de Nossa Senhora de Belém do Grão Pará, vindo, posteriormente, a ser denominada apenas de Belém. As primeiras ruas foram organizadas paralelamente ao rio em 1650, tendo seus caminhos transversais conduzidos ao interior. Assim, iniciava-se no lado Norte o desenvolvimento do bairro da Cidade Velha, onde os colonos se instalaram, enquanto na parte Sul residiam os religiosos capuchos de Santo Antônio. No século XVIII a cidade avançava para a mata, servindo de ponto de defesa e de estratégia de interiorização. No século XIX teve grande desenvolvimento em função da navegação dos navios mercantes pelos rios Amazonas, Tocantins, Tapajós, Madeira e Negro. Já no século XX houve um significativo avanço, o qual foi abatido pela crise do ciclo da borracha e pelos efeitos da I Guerra Mundial (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 1957).

Junto à Cidade Velha, onde está localizado o centro histórico de Belém, encontra-se o bairro da Campina, que durante o século XVIII foi intensamente povoado em virtude do grande fluxo demográfico, tendo posteriormente suas ruas embelezadas (PIMENTEL; SANTOS; SILVA; GOLÇALVES, 2012). Segundo IPHAN (2011, s.p.),

Os bairros da Cidade Velha e Campina condicionados por elementos naturais como baía, igarapé e alagadiços constituem, ainda, um dos maiores e mais íntegros conjuntos urbanos do país, dando à cidade de Belém configuração peculiar. O conjunto constituído pela trama da cidade consolidada entre os séculos XVII e XVIII, em que se destacam as igrejas com suas torres, os largos e praças, os coretos, os mercados e as feiras, em perfeita interação com a baía de Guajará, é suficientemente expressivo para retratar a história urbana de Belém.

Embora os detalhes a respeito da cidade sobre a qual falo sejam muitos, neste estudo restrinjo um pouco da história, focando meu olhar nestes dois bairros acima descritos, posto que os entrevistados foram encontrados no momento das abordagens nestes locais, mais especificamente na Praça Dom Pedro II e Mercado do Ver-o-Peso (ambos na Cidade Velha), bem como na Praça da República (Campina).

Durante o período colonial, a atual Praça D. Pedro II era conhecida como Largo do Palácio, uma vez que se localizava nas proximidades do Palácio dos Governadores (OLIVEIRA, s.d). Após a primeira grande obra de saneamento de Belém, o largo foi consolidado como espaço público. A referida obra, realizada no início do século XIX, consistiu na drenagem e aterro do alagado originado pelo igarapé Piri. Naquele momento, o alagado, que separava a cidade entre o bairro da Cidade Velha e o da Campina, era visto como um problema para a expansão urbana. Em virtude das dificuldades financeiras de transformar o alagado em um meio de navegação, ele foi eliminado (MACEDO, 2008).

Antes de se tornar praça, este mesmo lugar foi denominado Largo da Constituição, uma vez que nele foi realizada a proclamação à adesão do Pará à constituição portuguesa no dia 1 de janeiro de 1821. Já em 1823, seu nome passou a ser Largo da Independência, por ter servido de cenário ao movimento nacionalista que participou do processo de independência do Brasil. O seu atual nome tem relação com a visita realizada em 1876 por D. Pedro II à cidade de Belém (OLIVEIRA, s.d).

Há três monumentos nesta praça que homenageiam heróis de guerra, sendo eles: um pedestal com a efígie do Almirante Tamandaré, patrono da Marinha Brasileira; efígie do Duque de Caxias, patrono do Exército Brasileiro; estátua do General Gurjão, herói da Guerra do Paraguai (OLIVEIRA, s.d).

Durante o governo de Antonio Lemos (1897-1911), foram realizadas intervenções que conferem à praça um aspecto de bosque, por ser bastante arborizada (OLIVEIRA, s. d). Contudo, mesmo com estas características, esta praça não é comumente usada como área de lazer, sendo, principalmente, utilizada como espaço de circulação de pessoas em horário comercial.

Atualmente, encontram-se ao redor da praça a Prefeitura, alguns fóruns e a Assembléia Legislativa do Estado. Antes existiam também outros órgãos públicos nas proximidades, tais como o Tribunal de Justiça e a sede administrativa do governo estadual, além da Imprensa Oficial do Estado.

Por sua vez o Mercado do Ver-o-Peso tem sua história bastante atrelada à do surgimento de Belém. Embora funcione desde 1627, apenas em 1687 passou a ter esse nome, uma vez que a pedido do capitão general do Estado do Maranhão e Grão-Pará ao rei de Portugal foi criado o Ver-o-Peso, onde se passou a fiscalizar a cobrança de impostos sobre as mercadorias que por ali circulavam. Situado às margens dos rios Guamá e Amazonas contribui para a relação do espaço urbano com o universo dos “ribeirinhos”, o que pode ser visto nas produções e manutenções de algumas de suas práticas e saberes. Ao mesmo tempo abriga outros modos de organização e venda, bem como de sociabilidades em meio à contemporaneidade da cidade (LEITÃO; RODRIGUES, 2011).

Considerada a maior feira livre da América Latina é composta por Mercado de Ferro (conhecido como mercado de peixe), Solar da Beira, Mercado de Carne, a pedra do peixe e cais do porto (CARDOSO, 2014). O seu funcionamento em período integral (quase 24 horas) é bem intenso e abriga diversos tipos de atividades, tais como as pontuadas por Leitão e Rodrigues (2011, p. 3):

Atracação de embarcações para embarque e desembarque de cargas e passageiros; feiras de atacado e de varejo; vendas diárias nos mercados de peixe e de carne, várias lojas e centenas de boxes ou barracas de frutas, legumes e outros produtos como as ervas e plantas regionais utilizadas para tratamento de doenças e outros, como redes, confecções e calçados; serviço de refeições e lanches.

Já a Praça da República antigamente era conhecida como Largo da Campina. Foi também chamada de Largo da Pólvora no século XVIII, quando foi construído em seu espaço um armazém destinado a guardar pólvora. Em homenagem ao imperador, recebeu posteriormente o nome de Praça Pedro II. Durante o governo de Justo Chermont (1889-1891), o nome desta praça foi alterado para Praça da República e no centro dela foi implantada uma

estátua em razão do aniversário do regime republicano. Esta imagem, desenvolvida por Emilio De Lorenzi e Michele Sansebastiano, consiste em uma mulher com um ramo de oliveira na mão como símbolo da paz. Outra imagem também presente é uma espécie de gênio com asas que está montado sobre um leão e que segura um estandarte da república expressando “Liberdade”. A mesma estrutura possui também outra mulher que carrega um livro, no qual consta a data da proclamação da república. Outros dois gênios carregam nas mãos duas tarjas pretas nas quais estão escritas as palavras “probidade” e “união” (TRANSCODIFICAÇÕES URBANAS, s.d.).

Ao longo do governo de Antonio Lemos, a Praça da República sofreu intervenções, tendo sido implantados nesse espaço padrões urbanísticos mais sofisticados, condizentes com os estilos de vida da época que respirava o melhor momento da Belle Époque. Nesse período histórico, Belém era conhecida como Paris N’America, pois suas construções seguiam o mesmo estilo francês da época. Durante esse período, era costume da população mais rica sair para passear nas praças a fim de serem vistas e, nesse sentido, a Praça da República ocupava o lugar da construção mais grandiosa do momento, por onde circulavam as famílias abastadas. Dentre as curiosidades que existem acerca desta praça, encontra-se a informação de que ela antigamente serviu como espaço de sepultamento de escravos e pobres (BELÉM WEB, s.d.).

Atualmente, nesta praça estão localizados o Núcleo de Artes da UFPA, o Bar do Parque e dois teatros: o suntuoso Teatro da Paz e o Teatro Experimental Waldemar Henrique. Seu anfiteatro também é bastante utilizado para manifestações públicas. Nos dias de domingo, é realizada um grande feira, onde ocorre venda de artesanatos e outros artefatos.

A partir da ambientação acima dos lugares nos quais as entrevistas ocorreram, torna-se possível sentir um pouco mais da história, bem como dos cheiros e cores que atravessaram as conversas que a seguir virão acompanhadas das reflexões teóricas e de impressões tidas ao longo da construção do campo de pesquisa. Contudo, antes de me debruçar nas falas, segue um pouco do modo como os encontros foram tomados neste estudo, a fim de apresentar a forma como as análises foram conduzidas.

5. 1. Rumando

O homem é um rio turvo. É preciso ser um mar para, sem se toldar, receber um rio turvo.

Friedrich Nietzsche

Eis a nau dos loucos lançada nos mares do presente. As ruas e suas ondulações recebem a correria da cidade traçada por misturas e separações, abarcando a (a)normalidade do cotidiano, embalando as longas e curtas vidas que por elas navegam, seja por vontade do viajante ou por destino da única opção. Nesse contexto, armar alguns encontros é desarmar a expectativa da certeza, cair no inesperado para se deixar levar pelas águas do corpo a corpo.

Ao sair em busca dos entrevistados com um gravador de áudio na mão e uns termos de consentimento livre e esclarecido a serem preenchidos e entregues, percorri a linha do risco, mas não apenas o engendrado por um sistema de segurança, pelo qual também sou subjetivada, mas sim o risco do imprevisível, do desconhecido. Arriscando-me e riscando os chãos, joguei-me pela Cidade Velha, Comércio (onde não consegui realizar nenhuma entrevista) e Campina, bairros centrais de Belém tão vívidos e pulsantes.

A Cidade Velha e seus traços de uma Belém antiga, de seus prédios do governo e poder judiciário, dos seus bares entocados. O Comércio e suas vias de circulação de trocas e vendas, de labuta diária que vaza por entre os gritos de ambulantes e locutores de lojas. A Campina e sua zona de vida e tradicional prostituição. Todos fronteiros e difusos, entrelaçados por suas características e histórias.

No que diz respeito aos encontros, cabe aqui pontuar três modos como o Outro, o entrevistado, pode ser tomado a partir das três figuras gregas trazidas por Vernant (1988): Górgona, Dionísio e Ártemis. Górgona seria a estranheza extrema, aquele que ao cruzar o olhar de qualquer ser vivo o transformaria em pedra. É o intransponível. Já Dionísio é quem aparece ao mesmo tempo como o outro e o familiar, convocando à experimentação do tornar-se outro. É o estrangeiro. Por fim, Ártemis é quem circula entre as fronteiras, tornando-as permeáveis, embora permaneçam diferentes. É a disciplina organizadora da relação com o estrangeiro.

Com base nessas três figuras, torna-se possível pensar as relações de alteridade estabelecidas com os entrevistados, posto que no contato com este outro, com a diferença, há possibilidades de dificuldade de entendimento, bem como de convocação à experiência e necessidade de rigor para facilitar o diálogo entre os dois mundos (dos entrevistados e da pesquisadora).

Já que se tratam, tal como diria Foucault (2003), de existências reais localizadas espacial e temporalmente, é preciso ressaltar, além dos bairros já mencionados, que as entrevistas foram realizadas durante 4 dias do mês de Agosto de 2014. A maioria delas durou, aproximadamente, 1 hora. Umas, de 30 a 40 minutos. Outra, tarde inteira. Embora faça tais

pontuações, tentarei me manter na mesma esfera do espaço-tempo construída ao longo dessa empreitada: na errância, a partir da qual o importante é o andar, o movimento, os encontros e as singularidades do caminho.

Por tomar como base o caráter ficcional de uma narração, não tentarei descrever os fatos a partir de uma pretensa verossimilhança, pois há aqui um engendramento de palavra que ficciona. “‘Ficciona-se’ a história a partir de uma realidade política que a faz verdadeira, ‘ficciona-se’ uma política que ainda não existe a partir de uma verdade histórica” (FOUCAULT, 1994a, p. 236, tradução de RODRIGUES, 2007). Por tal razão, do mesmo modo que Deleuze (1992) discorre sobre a indignidade de falar pelos outros, aqui há ênfase em um falar que ocorre de modo transversal, trazendo os embates e as dificuldades dos encontros e dos ditos para a diagonal da perspectiva de um fazer ético, estético e político.

A narração, nesse sentido, deve ser tomada aqui, de acordo com Galindo, Martins e Rodrigues (2014), como o operador que mistura fontes na escrita, auxiliando no entendimento e organização do material, sem deixar de lado a pessoalidade e a heterogeneidade do cotidiano. Segundo os autores, em virtude da narrativa não propor uma única versão, ela articula formas diferentes de viver, não fechando em si afirmações inflexíveis. A partir dos arranjos realizados no ato de narrar, o aspecto ficcional se faz presente justamente por não haver uma correspondência linear entre o que se escreve e a dita realidade, mas sim a extrapolação da dicotomia entre real e imaginário, valendo-se da “ficcionalização como maneira de deixar que a escrita seja perpassada por pessoas, lugares, acontecimentos” (GALINDO; MARTINS; RODRIGUES, 2014, p. 303).

A ficcionalização pode ser entendida também a partir da composição do arquivo da resistência pela pluralidade de documentos erigidos igualmente por uma via narrativa, a exemplo da história oral que articula as memórias às lutas do presente. Por tal razão, os testemunhos que fazem crítica ao lugar de sobrevivência potencializam as narrativas enquanto dispositivos de subjetivação, propiciando, assim, a expansão de outras formas de vida nos arquivos das pequenas guerras.

Enredado ao submundo infame, o corpo em situação de rua também narra e ficciona por meio do que apresenta enquanto registro do abandono, sendo “testemunha de si para além de qualquer expressão e de qualquer memória” (AGAMBEN, 2007, p. 58).

E neste debruçar narrativo sobre outras versões da história da infâmia, que produz também efeitos de verdade, é possível identificar uma relação com o poder, um tensionamento, posto que

O ponto mais intenso das vidas, aquele em que se concentra sua energia, é bem ali onde elas se chocam com o poder, se debatem contra ele, tentam utilizar suas forças ou escapar de suas armadilhas. As falas breves e estridentes que vão e vêm entre o poder e as existências as mais essenciais, sem dúvida, são para estas o único monumento que jamais lhes foi concedido; é o que lhes dá, para atravessar o tempo, o pouco de ruído, o breve clarão que as traz até nós (FOUCAULT, 2003, p. 208).

Nesse processo de tensões e lutas, o reagrupamento das lembranças que não se encontram em arquivos oficiais, tal como disse Foucault (2010c) a respeito da memória operária, torna-se um meio interessante para instrumentalizar os combates e produzir outras versões da história. Daí a importância do diálogo com aqueles que vivenciam a rua, para a partir de suas falas pensar as suas estratégias de resistência.

Sobre esta questão é possível dizer ainda, a partir da reflexão foucaultiana de Pelbart (2014) sobre os livros, que o desafio aqui é a busca pela escrita da experiência pessoal que não seja o relato dessa experiência, já que o escrever é “uma experiência em um sentido mais radical, a saber, uma *transformação de si*, e não a reprodução da experiência vivida ‘tal como ela ocorreu’ e que estaria na origem dessa escrita, nem sua transposição direta” (p. 35). Por tal motivo, não importa se o que for contado será passível de verificação, já que se trata aqui de uma experiência, de um acontecimento em seu devir do qual, de acordo com Deleuze (1992), tem captado pela história somente a sua efetuação em estados de coisas.

Experiência que viaja e mantém os pés em terra, de forma semelhante aos representantes arcaicos do marinheiro comerciante e do camponês sedentário trazidos por Walter Benjamin (2012), os quais com seus diferentes estilos de vida interpenetram-se na narrativa da experiência construída em um trabalho conjunto. Assim, não só entram os contos daqueles que estão nas ruas, mas também outros permeados pelos tantos teóricos que se articulam à análise e ao modo de contar.

Ainda aos sussurros de Benjamin, pergunto: como manter a narrativa também em seu caráter surpreendente, para além do aspecto da simples informação que já vem acompanhada de explicações? Como propor a vivacidade do que está sendo narrado fora de um utilitarismo que já vem com as respostas ditas óbvias de um problema de pesquisa?

Diante de tais questionamentos, cabe aqui enredar o que seguirá junto às proposições foucaultianas pontuadas por Castro (2009), a fim de salientar a importância da narrativa do acontecimento enquanto ruptura e regularidade histórica, atualidade e trabalho de

acontecimentalização, a fim de refletir acerca das transformações, das discontinuidades, das relações de forças e das singularidades.

Nesse sentido, após a apresentação geral dos 10 entrevistados, seguirão três séries discursivas que abarcarão temas abordados de forma diferenciada em cada uma das falas: 1) perdas e seus efeitos; 2) sociabilidades e rupturas e 3) corpo e cidade em heterotopias. Tais séries foram organizadas, tal como diria Foucault (2007), de forma visível e provisória com base nas regularidades presentes nos enunciados.

No intuito de manter o sigilo quanto à identificação dos participantes, cada um deles será mencionado a partir de nomes fictícios.

5. 2. As existências e suas histórias

E aí, ta de boa ou ta com medo? To sentindo a tua aparência assim... Ta um pouco, um pouco meio assim... Olha que ta. Não é por aí não, moça. A praça ta vazia agora, tem poucos conviventes (Antonio se dirigindo a mim no início da conversa).

Sem relógio nem roteiro pré-definido (a não ser a delimitação dos bairros mencionados), peguei o primeiro ônibus que passou em frente à minha casa. Após algumas avenidas percorridas, pensei, “descerei aqui”: Campina. Afastando-me do ponto em que aportei, até chegar à Cidade Velha, avistei um senhor, Sebastião.

Este primeiro encontro foi na Praça Dom Pedro II, em frente à Prefeitura de Belém. Ele estava sentado no chão, olhando para frente. Apresentei-me, perguntei se queria bater um papo. Aceitou. Aquele homem partiu do Maranhão, sua cidade natal, e há 48 anos se encontrava no Pará. Durante seus 68 anos muitas voltas deu até beirar às calçadas de Belém. Em Tucuruí, onde roçava juquira, ele já teve família, mas após não ter tido sorte e ter se desgostado dela, separou-se de sua esposa deixando-a em Salinas junto a um filho adotado e doente. Depois da separação ficou com medo de meter a cara em outras mulheres para viver, portanto, quis ficar sozinho. Retornou ao Maranhão para deixar por lá alguns pertences, seguindo a Castanhal e, por fim, dentro de uma carreta que transportava cerveja, chegou à Belém e na rua ficou. Isso já faz uns 10 anos.

Em outra andança, deram-se os segundo, terceiro e quarto encontros, ao lado das barracas do Mercado do Ver-o-Peso.

Inicialmente, sentei-me ao lado do segundo, Carlos, que estava encostado no tronco de uma árvore. Ele aos 38 anos disse se conhecer por “morcego”, falou que estava na rua há um

tempão, desde que surgiu. Para ele tem gente que está lá em cima, enquanto tem gente boa que está lá embaixo.

O terceiro, Néelson, de 43 anos, aproximou-se puxando conversa com Carlos e comigo. Com o pai já falecido e a mãe morando em Macapá (Amapá), disse que estava na rua há quase dois meses por preferência, após ter tido uma desunião pequena com seu irmão, cuja casa também lhe servia de morada. O segundo motivo foi o vício nas drogas. Não sabia a hora da morte, mas dizia que ela já estava chegando. Portador de AIDS e epilético, acreditava que viveria só mais um pouquinho por ter fé em Deus.

Pedindo para ser entrevistada também, a quarta, Jandira, me conduziu para sentarmos juntas em outro lugar. Ao longo de 39 anos levava consigo uma trajetória de algumas idas e vindas à rua. Após ter engravidado pela primeira vez aos 14 anos, sua mãe a colocou para fora de casa. Até depois de morta ela dizia sentir sua mãe lhe perturbando, indo em seus sonhos, não a deixando dormir.

Já em outro dia, sentada em um banco da Praça da República, encontrei a quinta, Dalva, a filha das ilhas, tendo delas partido. Disse ter 39 anos, apesar de sua aparência física não corresponder à idade informada. Estava na rua há quase 3 anos em virtude de seu marido – que, segundo ela, teria sido um dos governadores de Belém – ter ido morar na sua casa com seus filhos, impedindo-a de voltar.

Na última jornada vi o sexto, Osmar, o qual há 2 de seus 36 anos estava na rua por não ter conseguido, em suas palavras, “agregar em casa”, onde tudo faltava. Encontrava-se sentado na beirada da porta de um estabelecimento comercial fechado, em frente a um ponto de táxi da Rua 16 de Novembro, próximo à Praça Dom Pedro II.

Após a conversa anterior, de volta à praça mencionada, encontrei o sétimo e, em seguida, o oitavo e o nono.

O sétimo, Alcir, nasceu da região de Bragança e tinha 72 anos. Depois do falecimento da esposa, vendeu sua casinha e foi morar na rua. Há mais ou menos 8 anos estava naquele setor.

O oitavo, Antonio, de 41 anos, aproximou-se de Alcir e aceitou participar da entrevista também, conduzindo-me depois a um banco no centro na praça para uma conversa mais particular. Estava na rua desde os 9, idade na qual iniciou suas experiências de pequenos furtos em parceria com o irmão que na época tinha 7 anos. Nasceu no Maranhão e viveu um período no Amazonas, seguindo depois para a cidade de Abaetetuba, município do estado do

Pará. Chegou em Belém com 9 anos junto a um grupo, chamado por ele de equipe, formado por uma garotada que em sua maioria já morreu.

O nono, Marcelo, que me foi apresentado por Antonio, estava sentado junto a algumas pessoas que trabalhavam como flanelinhas nos arredores da praça. Há 3 meses encontrava-se na rua por ter perdido trabalho e ficado sem condições de pagar o aluguel do quarto onde residia. Ele era de Currálinho, Marajó, local onde também já estivera em situação de rua por uso de drogas. Embora quisesse, não conseguiu retornar para lá, em função de ter tido seus documentos roubados no último carnaval. Estava à espera de uma cópia da certidão de nascimento que seria enviada por sua mãe (a qual vivia na sua cidade de origem), para que ele pudesse novamente obter seu registro geral.

Após algumas andanças pelos bairros da Cidade Velha e Comércio acompanhada de Antonio, em busca de uma última pessoa a ser entrevistada, segui sozinha pela Campina, onde encontrei o décimo, Rafael.

Ele estava na Praça da República ao lado de seus artesanatos à venda. Tinha 42 anos e há 25 estava na estrada, tendo partido 4 dias após sua formatura no curso de história, realizado na Universidade Federal do Pará, campus de Marabá. Fazia 4 anos que não ia à casa de seus pais em Tucuruí, sua cidade natal. Saiu rodando 25 estados brasileiros e 4 países (Bolívia, Peru, Colômbia e Guiana Francesa) por ter tido vontade, inicialmente, de conhecer o Brasil e por não imaginar que iria nascer e morrer no mesmo lugar.

Como é possível observar, há razões diversas relacionadas à ida de pessoas para rua e suas possibilidades de permanência nela. Por este motivo, tal como salientado por Castel (1997), torna-se importante conhecer as trajetórias de vida que favorecem estes percursos de marginalização, bem como os modos de existência das minorias que são identificadas não pelo número em contraposição à quantidade da maioria, mas sim pelo que foge ao modelo proposto pela sociedade. Há nessa lógica um interesse pelo devir minoritário que conduz a caminhos desconhecidos, sabendo, contudo, reconhecer as criações de modelos (dos quais não dependem totalmente) por parte de uma minoria em função da necessidade de sobrevivência. Assim, “o povo é sempre uma minoria criadora, e que permanece tal, mesmo quando conquista uma maioria: as duas coisas podem coexistir porque não são vividas no mesmo plano” (DELEUZE, 1992, p. 218).

5. 2. 1. Perdas e seus efeitos

Eu já tive família e não tive sorte com família. Me desgostei da minha família e me separei (...). Eu queria ter sido uma família pro resto da minha vida (Sebastião).

Mas os filhos não gostam dele porque ele não quer me chamar e não quer que chame. Só isso. Ele diz para os filhos que não dá certo chamar. Então, às vezes eu me encabulo com essa história, mando prender. Quando eu pego Icoaraci – Almirante Barroso, uma linha de ônibus, eu dou sinal lá no Denis, na Marambaia, que é pra prender ou ele ou o moto. Aí depois ele dobra a conversa dizendo que não pode chamar por causa do moto que pode me atirar a cara. “Eu meto essa metralhadora na tua cara ou então estouro teu peito”. Aí já é uma ignorância violenta. Ele tem medo e não chama e diz “não adianta chamar tua mãe” (Dalva).

Ao longo do processo de desfiliação, as pessoas em situação de rua passam por sucessivas perdas, as quais ficam arquivadas no corpo e em seus percursos. Perda dos vínculos familiares e de amizade; do trabalho formal e da saúde; do dinheiro e dos bens materiais; perda do lugar de cidadão.

Eu escolhi. Tem gente que tem esse tipo de preferência. No caso eu foi assim, foi dessa forma. Eu tive essa preferência de ficar na rua. Eu estou recentemente na rua. Foi por motivo de uma desunião pequena, não foi grande não, com o meu irmão. Aí eu não quis mais ficar na casa dele. Porque na verdade minha mãe mora em Macapá. Eu já perdi meu pai. Aí eu resolvi vir pra rua, ficar na rua por aqui morando. E eu to levando a vida, devagarzinho assim (...). Foi uma opção, mas não é legal, não. É melhor ficar na casa (Nélson).

O rompimento familiar em diferentes níveis aparece como um dos fatores mais frequentes da ida para as ruas, incluindo tanto o afastamento da esfera da casa dos pais e irmãos, como também do lar constituído com cônjuges e filhos. Em função das escolhas do modo de viver, bem como de episódios de violência, muitas vezes o retorno para casa não é possível.

O direito que eu tinha, que eu tenho é com a família, de viver na sociedade lá com a família. Porque eles vivem bem, moram em apartamento, tem o carrinho deles na garagem, mas eu, infelizmente, escolhi essa vida, a vida da rua. Mas é lamentável, é sofrimento (...). Minha família é grande. Já vieram atrás de mim (Nélson).

Jandira, que aos 7 anos sofrera vários episódios de pedofilia e aos 14 saiu obrigada da casa de seus pais por ter engravidado, contou-me que teve seis maridos, conhecidos durante suas experiências pela cidade.

Eu me prostituía, ia pra boate. Aí depois me pegavam, “vou ficar contigo”. Aí que foi que eu tive sete filhos. Um de cada vez Deus me deu. Todos perfeitos, graças a Deus. E eu praquele lá de cima: “me mata, mas não deixa eles sofrerem (...). Três [estão] com a minha mãe que não me criou, que não gosta de mim. Uma em Suriname, trabalha no couro. Outro em São Paulo. Outra em Abaeté casou outro dia (Jandira).

Na vida daquela mulher, cada uma de suas relações conjugais foi singularizada por possibilidades de união e rupturas. Em meio ao embaraço do relato sobre os pormenores dos fatos pelos quais passou, disse-me que junto a um de seus parceiros entrou em contato com as drogas e com o universo do crime.

Eu roubei uma mala de franco no Oiapoque. Era franco, não era real. Era muito dinheiro, mas muita droga. Eu queria ir pra Caiena, eu. O cara marcou pra mim, pro pai da minha filha. Eu fiquei lá me drogando, me drogando, me drogando. Eu tinha acho que 16 anos, 17, por aí. Fiquei muito pouco tempo lá, os homem me pegaram. Eu vim de helicóptero pra Macapá. Nunca tinha andado de helicóptero. Meu pai soube. Meu pai, acho ele que gosta mais de mim do que a minha mãe. Aí ele soube, aí já arranhou meu documento falso. Ele: “ela é de menor”. 16 anos era de menor, por aí. Menor não fica na cadeia. Por isso que eu não fiquei mais tempo. O pai da minha filha no dia da rebelião, que ela nasceu lá, ele ficou, mas eu saí, que eu era de menor. Ele que roubou a mala de franco. Ele era ladrão, eu não sabia o que era roubo. Não existia ainda televisão na época. Eu não sabia o que era droga, eu não sabia o que era presídio, eu não sabia de nada. Só sei que eu fiquei grávida e aí a minha velha me botou pra fora. Aí que eu fui conhecer o mundo. Eu não sabia o que era droga, não. Eu só via ele usando droga, o meu primeiro marido. Não, esse foi o meu segundo marido. (Jandira).

Articulados aos atos considerados criminosos, fora da lei, encontram-se acontecimentos constituídos pelo protagonismo da infâmia, a partir do qual são criados outros mecanismos de visibilidade dos marginalizados da sociedade. Em um contexto marcado cada vez mais pela meritocracia, esta, às vezes, aparece negativada, “dando o que cada um merece” e abrindo espaço para que os sujeitos sejam observados e enquadrados de acordo com o que se faz ver deles. Os regimes de visibilidade operam, então, dentro de uma lógica paradoxal que estigmatiza deixando os ditos figurantes passarem aos postos de celebridades, embora isso ocorra nos cadernos e programas policiais. Jandira nunca tinha andado de helicóptero (em sua fala há tom de glória), mas pôde fazer isso a partir de sua atuação em um roubo. Diante disso e de tantos outros casos, como não falar em um protagonismo que se faz na roupagem do negativo?

Castel (2011), em “A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?”, ao refletir sobre o contexto francês, lança pistas para uma reflexão sobre a questão da marginalização

também no Brasil, a partir da noção de “excluído do interior” (p. 75), que diz respeito a um tipo de exclusão decorrente de processos que ocultam, negam e discriminam, ocasionando, por uma via, a estigmatização das diferenças étnicas e o aprisionamento de suas singularidades, e, por outra, reações revoltosas por parte dos que foram taxados como infames.

Para Goffman (1982), o estigma gera efeito de descrédito aos que se apresentam de forma diferente, aos que não apóiam nem cumprem a norma, provocando reduções da pessoa à figura do estragado e diminuído. Segundo este autor, os estigmas podem ser de três tipos: 1) relativos às abominações do corpo; 2) referentes às culpas de caráter individual e 3) relacionados à raça, nação e religião. No contexto da rua, essas três modalidades podem ser misturadas, tendo em vista que, em alguns casos, a questão da sujeira dos corpos, a aparente ociosidade e a cor de pele contribuem para o afastamento dos ditos deformados, sem caráter e negros (principalmente).

Antonio, que tem sua trajetória sublinhada pelo estigma do preto pobre, ao se debruçar sobre suas lembranças naquele banco de praça, anunciou em seus olhos e palavras os crimes que cometeu e as punições pelas quais passou. Ao ouvi-lo, vi-me naquele lugar ermo diante do medo produzido por uma história do perigo.

Estudei na cadeia. Me afastei na cadeia também. Cinco anos numa, voltei várias vezes seguida. Com dois meses eu fui pego em flagrante por assalto e outros crimes. No assalto eu fui preso. Vários processos só num crime, mas com vários acertos. Porte ilegal de arma, assalto à mão armada, cárcere privado, sequestro, tentativa de homicídio. Então, aí peguei uma sentença e outra sentença que eu já tinha, né? Aí arredondou. Aí passei mais seis anos e seis meses. É a liberdade, moça? Quase pirava, moça, na seccional. Eu tava com essa mulher, a gente se separou e dividimos os bens, né? Ela levou tudo da casa e eu fiquei com a casa. O que aconteceu? Voltei pra cadeia de novo (...). Foi a vida que eu escolhi na infância e eu tive que pagar assim, com cadeia, com os pagamento, sendo espancado quase até morrer torturado. Tortura. Me apadrinharam, porque era muito crime, era muita gente pesada, gente de dinheiro (Antonio).

A escolha de estar nas ruas embora propicie, às vezes, práticas de liberdade e de reinvenção de vidas, configura-se também como porta de entrada (ou saída) para uma maior precarização do existir, uma vez que a ausência de recursos financeiros e a presença de alguns dispositivos de controle social dificultam a sobrevivência.

Se tu vem pra rua “porque lá em casa não me dei de bem com fulano, cicrano, beltrano, vim pra rua”, como muitos vem, chegam aqui na rua. Eu digo diferente: mas antes humilhado, mas lá dentro da tua casa. Tu vem pra rua, a

humilhação que tu vai passar pior vai ser aqui na rua. Uma: vai sobreviver de que? Ou rouba ou pede. Tu já tem nada. E se tu roubar, tu vai ter, uma hora tu cai. Aí tu perde a liberdade, perde outra coisa. O cara vai: “égua, eu tava lá na rua, eu tava lá em casa”. Vai correr pra onde? Pra casa (Antonio).

A questão também dos assassinatos de pessoas em situação de rua no Brasil tem sido uma pauta recorrente nas redes de comunicação, indicando outros acontecimentos agravantes da violência na esfera pública. Imerso neste tema, Silva (2013), a partir de textos midiáticos e documentos públicos constituídos entre julho de 2010 e agosto de 2012, fez uma reflexão sobre atravessamentos históricos relacionados aos assassinatos dessa população ocorridos em Maceió (Alagoas), sublinhando a importância de estudos que contribuem com as políticas públicas voltadas para a afirmação de diferentes formas de existência nas cidades.

Marcelo de estatura mediana, magro, ao discorrer sobre os riscos que sentia na rua, ao me olhar de canto confessou que experimentava o medo da possibilidade de morte, a qual via circular ao seu redor.

Tem noites que eu durmo meio pensando. Assim, às vezes o cara ta deitado e ainda vem um espírito de doido aí. Dá tiro na gente ou fura. Já vi muito nego morrer assim. Às vezes a pessoa ta deitava, aí vem e metralha. É uma coisa, né? A gente não sabe o que é. Acho que é a polícia, sim, que atira. Ali no Jurunas mataram muito lá. Tinha noite de matar de dois, três, dois, três. Lá era um carro branco, aí depois passou prum carro preto, aí ia só mudando de carro. A gente não sabe o motivo da pessoa. Pode ser [um tipo de limpeza], né? Mas só se matarem tudo, porque cada dia aparece mais. É chacina (Marcelo).

Segundo Mansanera e Silva (2000), o higienismo urbano na contemporaneidade atualiza em sua diferença práticas que foram intensificadas no início do século XX no Brasil, ocasião na qual higienistas preocupados com a gestão do espaço e de suas condições de insalubridade, passaram a tomar a cidade também sob um prisma policialesco, tal como no século anterior, no qual pobres e miseráveis foram relacionados à delinquência. Assim, o higienismo, fundamentado na eugenia que ganhou força no país a partir do I Congresso Brasileiro de Higiene em 1923, ainda se faz presente nas tentativas de eliminação dos ditos inferiores, por meio de estratégias racistas que não estão somente concentradas no Estado.

Contudo, é importante frisar, de acordo com a análise foucaultiana de Bernardes (2013), que em uma sociedade ancorada no biopoder, na regulação da população, do coletivo, o racismo de Estado assegura o exercício da morte do outro, daquele que é visto como inimigo, em função da lógica da tanatopolítica que legitima o poder soberano de retirar a vida.

Embora eu imaginasse, pelo que leio e escuto, o tipo de agressão que prevalece entre as práticas dos agentes de segurança para com a população em situação de rua, convoquei Antonio a especificá-las. Ele, em sua ironia e revolta, desabafou, ponderando o quanto de desnível há nas relações de poder nesse contexto.

Qual tipo de agressão que a polícia faz? Espancamento. Os próprio guarda municipal aí, vem aqui na praça e saem espirrando pimenta de spray na cara da convivência da rua que estão lutando. Poxa (...). Eles vem lá da prefeitura fazer onda agora na praça de noite só pra sacanear, eles saem lá da prefeitura, que o serviço deles é lá na prefeitura, eles vem de lá fazer onda na praça de noite pra espancar (...). Aí vem, porque sabem que tu não tem força contra ele. Aí vem, te pega na noite, te leva pra onde eles desovam, né? Aí tu vai fazer o que? Tu apanha calado. Sabe que dói. Mas só que tu não vai reclamar porque os outro lá vai sair a favor dele (Antonio).

Rocha (2013) diz que a polícia que atuava na ditadura de forma repressora, na democracia passou, principalmente, a tentar contornar a criminalidade, favorecendo a noção de policiamento das “classes perigosas”, bem como a polarização entre os que são chamados de polícias (agentes do Estado que combatem o crime) e bandidos (os que afrontam as leis). O autor ressalta ainda que o abuso de força na atualidade não é restrita à Polícia Militar, o que está de acordo com os relatos de violências sofridas pelos entrevistados por parte de diversos “representantes da segurança”.

Em agosto de 2014 foi sancionado pela presidenta Dilma Rousseff o Estatuto Geral das Guardas Municipais, o PLC 39/2014 que tramitou por mais de 10 anos no Congresso e foi aprovado pelo Senado em julho do mesmo ano. A partir dele as guardas municipais passam a ser subordinadas diretamente ao chefe do Poder Executivo local, sendo alçadas à categoria de polícia em nível nacional, devendo proteger tanto o patrimônio quanto a vida. Com esta sanção passam a ter porte de arma de fogo (embora desde 2003 isso já fosse permitido às guardas das capitais, cidades com mais de 500.000 habitantes e regiões metropolitanas), direito de se estruturar em carreira única, bem como possibilidade de trabalhar junto às demais polícias (Civil, Militar e Federal). Gleisi Hoffmann, relatora do projeto no Senado, afirmou que além de ser uma conquista para os guardas, a população também sai beneficiada, já que a aprovação de tal projeto, em suas palavras, “irá se refletir em melhoria na segurança pública do país” (JORNAL O FAROL, 2014).

Contudo, para José Vicente da Silva (ex-comandante da Polícia Militar de São Paulo e ex-secretário nacional de segurança), tais mudanças podem ocasionar consequências inversas ao que foi almejado, posto que atribuições comumente da polícia militar poderão ser

exercidas pelas guardas, o que em sua opinião pioraria a segurança pública. Na contracorrente, o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), autor do projeto, afirma que as mudanças proporcionarão concorrência entre a guarda e a PM e não conflitos entre os dois segmentos, o que para ele ajudaria na prevenção e repressão de crimes. Paradoxalmente, o deputado ressalta que a partir dessas alterações o intuito é de favorecer a desmilitarização, já que as guardas não atuam sob as normas militares (OLIVEIRA, 2014).

Em um cenário social no qual o clamor popular pela desmilitarização da polícia é cada vez maior, tal Estatuto aumenta a polêmica e as redes nacionais de problematização sobre a atuação dos agentes de segurança pública, os quais, também enredados pelas tramas da governamentalidade, criam modos de controle específicos que, em certas ocasiões, ultrajam o direito à cidade de determinados grupos. Quando questionado sobre o que gostaria de ter assegurado para si, Carlos respondeu: “policiamento”, indicando que a rede de segurança no espaço urbano é um direito coletivo, não podendo, portanto, ser discriminatório.

Lançados à sorte e aos descasos do poder público, a fragilização do lugar de cidadania é observada também na perda da saúde, das condições de boa qualidade de vida e até mesmo de sobrevivência, sendo esta última marcada pela suspensão dos direitos que produz o estado de exceção como regra – tal como foi dito por Agamben (2008) quanto ao campo de concentração de Auschwitz –, a partir do qual a situação extrema aparece convertida no paradigma do cotidiano. Nesse sentido, na rua (tida como um campo de concentração a céu aberto) o estado de exceção e a situação normal, sobre os quais o Agamben fala, convivem entre si iluminando-se a partir do interior, em imanência absoluta, dificultando a distinção pela condição extrema.

Eu sou problemático, eu. Eu tenho epilepsia, eu sou soropositivo. E os sintomas já estão começando a aparecer. Eu não tomo remédio. Eu não tomo medicamento, sei lá, por causa da bebida, porque eu não vou misturar com a bebida. Eu larguei o cigarro, larguei a maconha, larguei o pó. Eu cheirava cocaína, mas a bebida ainda não consegui. É um motivo psicológico, meu mesmo, é problema meu mesmo, tem coisas que a pessoa não consegue explicar, porque é coisa da gente mesmo, mas pelo menos as conta eu paguei agora, as conta que eu devia. Negócio de dois pra um, um real pra outro, três reais pra outro (...). A minha [perspectiva] agora é a morte, eu só penso na morte agora. Não quero mais viver, já vivi muito, quarenta e poucos anos, apesar que eu sou jovem, mas não quero mais viver. Não é por motivo da enfermidade, não. Por motivo mesmo do sofrimento, eu to muito esculachado. E eu to sentindo, assim, na alma que eu não quero mais. Quero desencarnar. Não quero mais viver. É um sentimento do coração, assim, uma coisa estranha, porque toda pessoa quer viver, mas eu to desgostoso da vida. O sofrimento é grande demais. É lamentável (Nélson).

Tinha uma equipe trabalhando na rua, médico na rua pra cuidar da saúde. Achei bom. Às vezes a pessoa ta doente não sabe de que, né? Que na rua tem muita coisa. Rato. Se o cara pega uma doença de rato aí na rua... (Marcelo).

Embora o consultório na rua (Secretaria Municipal de Saúde) ofereça em Belém serviço de equipe multiprofissional desde o segundo semestre de 2014, um de seus usuários (Antonio) disse não ter sentido ânimo com o atendimento oferecido, pontuando a dificuldade de efetivar os encaminhamentos solicitados, em função, por exemplo, da falta de dinheiro para pagar o transporte no deslocamento para os lugares nos quais são realizados os exames e a retirada de documentos.

Segundo Luna (2011), um grande número da dita ralé brasileira está apartada de intervenções da medicina e da saúde pública, tornando-a, portanto, alvo de doenças que poderiam ser sanadas ou controladas caso recebessem tratamento adequado. A falta de conhecimentos ou de recursos que poderiam evitar a contaminação, nesse sentido, propicia a existência das chamadas “doenças da pobreza”, comuns nas periferias, em regiões remotas, ou seja, onde há dificuldade de acesso a saneamento, boa alimentação e informação. A autora pontua que muitos programas ficam propensos ao fracasso em função das singularidades das condições de existência das pessoas não serem observadas. Apesar dos poréns, outras experiências ressaltam aspectos positivos relativos ao serviço público de saúde, como é o caso de Jandira.

Posso te falar em relação à saúde? Sempre tive sorte em relação a isso. Todas as vezes que eu precisei. Já ouvi falarem muito mal: “ah, porque o pronto socorro”. Mas todas as vezes que eu precisei de atendimento, eu fui bem tratada, eu não tenho do que reclamar. Bem, bem na hora mesmo, sem identidade nem nada. Todas as vezes que eu precisei tive sorte em relação. Me atenderam na hora e tudo certo. No pronto socorro e até mesmo 192, como é? E veio na hora. Por causa disso eu não reclamo (Jandira).

Contudo, como falar de saúde é muito mais amplo do que discorrer sobre a ausência de doença, bem como a respeito dos atendimentos médicos oferecidos, cabe sublinhar também condições extremadas de sofrimento que afligem as pessoas em situação de rua e retratam, em sua medida, a dor da perda de direitos básicos, como, por exemplo, a alimentação.

Por um lado eu tenho saúde, por um lado eu não tenho saúde. Por um lado eu sofro de hérnia, já me operei duas vezes, não tenho repouso, volta. E outro lado, o meu coração é bom, sinto nada, nada, nada de dor, nada, nada, nada. As minha carne também é tudo sadio, só o problema da hérnia. Fiquei com medo de me operar novamente. Agora já ta dos dois lado. Eu to com medo

de me operar, não quero mais me operar. Vou esperar por Deus, porque muito homem da minha idade já morreu por causa de operação de hérnia. Quer dizer que não sinto dor nenhuma nessa hérnia, não sinto nada. A dor que eu sinto só quando eu to com fome que sente aquele vento e ela vem e eu boto pra dentro, ela recolhe, mas com tempo ela volta de novo, mas não. A dor da fome é o vento que faz. Às vezes, quando to com a barriga vazia, ainda não comi nada, o vento, ela desce, o vento desce e vai naquela tripa. Só que quando a gente ta com a barriga cheia, aquele vento some e fica normal, num tem dor nenhuma, só a do vento mesmo quando a gente ta com a barriga vazia (Sebastião).

Sebastião, ao descrever a trajetória da fome em seu corpo, testemunhou sobre a dor que frequentemente o acompanha nas ruas. Assim como ele, outros do mesmo contexto relataram sobre como a problemática da alimentação é uma constante. Em virtude de necessidades diversas, tais como a de comida, bem como dos desejos de alcançar reconhecimento social, são elaboradas formas de potencializar a rua na busca pelo que precisam/querem, mesmo que suas estratégias impliquem em discriminação negativa, a qual, segundo Castel (2011, p. 14) marca as pessoas associando-as “a um destino embasado numa característica que não se escolhe, mas que os outros no-la devolvem como uma espécie de estigma”. Assim, a busca por reconhecimento social, embora camuflada pelo aspecto estigmatizante da ilegalidade, por exemplo, em função de condutas que rompem com as leis e normas, abre espaço para o exercício de uma autonomia, o que Antonio pôde exemplificar (abaixo) a partir de seu cotidiano.

Nada de bom na rua. Assim, praqueles que não sabem se movimentar na rua, não é nada de bom, principalmente sobre alimento. Aí, que a pessoa vai procurar? O objetivo de roubar. Nem todo mundo rouba só pra comprar comida. Roubava pra manter mulher, comida, roupa, droga. E quando tu vai pro roubo, pra roubar, tu pensa em que? Roubar pra consumir droga, mulher e trajar bem. Aí tu começa a te exhibir e faz uma parada e “tchau, bebezinha”, e só o pó. Às vezes tu vai aí pra essas quebradas, só tu vendo o baile, fazendão, o baile ta rolando. Rola de tudo, rola pó, rola oxi, rola maconha. Quem fuma, fuma, quem bebe, bebe. Todo mundo que ta ali vai consumir. Rola prostituição à la vonté, porque tu tem dinheiro. Lá, sabe essas duas que passaram aqui? Lá tem muita moleca muito mais jovens do que elas, muito mais bonitas e elas não querem saber se tu é preto, se tu é feio, se teu cabelo é assim, querem saber se tu tem dinheiro. Tem dinheiro, tem droga, tu tem ela. Tu tem ela, tu tem outra, tu tem quantas tu quiser. Aí tu vai fazer o que? Roubar o que? Aí tu tem os parceiros: “pow, mano, vai ter um baile daqueles lá”; aí cada um pega, olha, todo mundo ta endinheirado. “Mano, e a fulana de tal? Dá o perdido nela, diz que a gente vai numa missão”; “vou num trabalho com um irmão aí e tal”. Pega moto roubada lá e lá pra dentro de uma biboca (Antonio).

Distanciados do universo das relações formais de trabalho e de circulação, muitos acabam prosseguindo pela vida na rua sem documentos, articulando formas outras de identificação pelo corpo, por meio de particularidades de aparência e pelas digitais que singularizam a pessoa enquanto sujeito no mundo. Segundo Giddens (1992), o corpo é a base da identidade política e social. E é por meio da circulação constante que os corpos de pessoas em situação de rua são construídos, junto a uma subjetividade que resiste ao ir de encontro com as normas citadinas, inscrevendo em si o que Foucault (1979) chamou de história “efetiva”, dotada de descontinuidades que ficam impressas na pele a partir da materialidade do poder exercido sobre os corpos dos indivíduos. Rafael que muito já andou, tendo a oportunidade de se relacionar com diferentes pessoas e culturas, ressaltou o quanto seu corpo diz sobre si.

Ter às vezes o cabelo grande se torna nossa identidade. As pessoas se conhecem, às vezes, olha, muito difícil. Se você chega em uma cidade, cara, e você tá todo arrumado, acontece como aconteceu comigo, assim, de assalto dessas pessoas, e você não tá sabendo nada, e você não é de lá. Hoje em dia as polícia olha pra você e fala: “ah, não, aquele lá é o hippie que vai atrás de alguém”, né? Aconteceu comigo isso, “ah, esse é o hippie”, não mexem comigo. Já pensou se eu tenho o cabelo todo arrumadinho? Não to lá. Geralmente eu não ando com documento. Eu tenho as minhas digitais, né? Se alguém quer saber, o dever é das autoridades de saber quem eu sou, né? Se eu falar meu nome não vão acreditar mesmo, tenho minhas digitais, né? Vou botar lá e vão saber quem eu sou, vão saber de onde eu sou (Rafael).

Em algumas situações a ausência de documentos se deve a perdas, roubos ou desinteresse das pessoas em guardá-los, por não verem significado em permanecer com eles. Já em outros casos, a busca por tê-los é uma forma de garantir alguns direitos e facilitar a busca por melhorias. Antonio disse já ter perdido vários documentos. Marcelo falou que por não tê-los, sente dificuldades em arrumar emprego. Néilson perdeu os seus quando foi roubado à noite na rua. Carlos afirmou, por sua vez, a questão da inutilidade: “não tenho documento. Não uso documento. Não uso mais. Joguei fora passando a baía”. Osmar também os jogou fora.

Estão na minha casa. Saí com a xerox autenticada, porém molhou na estrada, ficou pra lá mesmo, não precisou pra nada. Xerox autenticada só que vale. Mas se encontra problema por causa de falta de documento quando viaja de ônibus, os malucos por aí tira um boletim de ocorrência na delegacia e vai embora. Nunca tive problema de viajar. Quando estou com vontade de ir embora, eu vou de qualquer jeito, eu joga minha mochila nas costas, eu pego minha bicicleta, eu vou de carona, eu vou prum posto na saída da cidade e pego. Quando eu preciso de ir, quando eu quero, eu vou de qualquer maneira (Rafael).

Em função dos benefícios que alguns vêm em portar a documentação, são encontrados outros relatos que enfatizam a sua importância, tal como a possibilidade de recebimento de aposentadoria e efetivação em um emprego. Contudo, a confiança em pessoas que demonstram interesse em ajudar, por vezes, conduz a uma nova perda dos documentos.

Meus documento ta na mão do cara, esperando a carta chegar pra receber alguma coisa. Não sei qual é. E eu to aqui na praça já com a espera dele. Ele mandou eu esperar e já ta com três mês já. E ele disse que é pra mim demorar um pouquinho, demora um pouco pra chegar essa carta. A carta que vem com a aposentadoria. Os meus documento primeiramente me roubaram aqui mesmo e hoje em dia essa mulher ainda ta presa. Ta com mais de 5 anos que ela ta presa, mas não foi por causa do meu documento, foi por causa de coisa errada que ela fez. Isso aí eu não to nem ligando. Aí o rapaz chegou comigo, já tirou meus documento pra mim me aposentar. Ele só vai me entregar esses documento quanto essa carta chegar, que essa carta ta no endereço da casa dele. Aí ele vem comigo e nós vamo pra tirar o dinheiro. Aí ele me entrega meus documento e meu cartão. Ele sempre aparece aí, tem contato comigo. Semana passada mesmo ele já falou: “olha, não fica com cabeça quente, não, que você ta trabalhando com homem direito. Vou tirar o senhor da rua, arrumar um quartinho, coisa e tal, mas quando chegar o seu dinheiro eu venho lhe buscar, porque só quem pode tirar o seu dinheiro é você, outra pessoa não. Aí eu lhe entrego seus documento, você tira o seu dinheiro e você me dá a importância que você falou”. “Ta bom”, aí eu falei pra ele, “se você tiver Jesus e Deus no seu coração, você não faz nada errado comigo, porque você ta vendo a minha situação”. Daí ele: “não, você ta trabalhando com homem direito”. Daí eu me conformei, sabe? To conformado. E se ele fizer alguma coisa errada comigo, quem dá recompensa pra ele é as coisa errada que ele faz (Sebastião).

Sobre o caso de Sebastião (acima), um policial militar da área onde o entrevistado se encontrava, ao ouvir a conversa, ao fim comentou comigo que suspeita da pessoa que tentou ajudar, dizendo que, possivelmente, a situação se trataria de uma espécie de golpe. No caso de Jandira (abaixo), a expectativa por emprego justifica o valor que confere à documentação, embora tenha relatado sobre as dificuldades de trabalho formal, o qual garantiria a conquista por um espaço privado, bem como a sua manutenção.

Já ganhei meus documento, que eu não tinha. Na Casa Própria lá em São Brás me deu o documento. Aí disseram que ia dar emprego de varredor de rua, que é de gari, né? Já vai fazer dois anos a gente esperando esse emprego e nada (...). Queria ter ao menos um trabalho, não sei, alguma coisa pra mim não ta mendigando. Um canto pra mim ficar (...). Queria sair da rua, só isso. Eu tenho uma casa, tenho um terreno. Como é que eu vou viver numa casa sem dinheiro, sem comida? Mosqueiro. Já roubaram a minhas teia, já roubaram outro dia, roubaram tudo. Já tenho há uns dois anos, já. Sem condições de viver lá. Como é que vai viver numa casa sem família, sem nada? (Jandira).

Interessante problematizar, com base em Le Goff (1996), essa noção de documento enquanto a constituição de um monumento de vida, que embora favoreça a entrada em determinados espaços e legitimação de direitos, produz sujeições, localiza o sujeito em um nome, em um número de registro, na presença (ou ausência) de filiação, em uma naturalidade, em uma data de nascimento.

Tendo em vista isso, para aqueles em situação de rua que perdem ou de desfazem de seus documentos formais, há uma maior diluição do registro geral enquanto monumento, bem como uma valorização de sua existência como o próprio documento passível de recriação.

5. 2. 2. Sociabilidades e rupturas

Minha vida é morar em qualquer lugar. Morar na rua é uma merda, entre aspas. Tu não tem opção. Tu não tem amigo, é difícil quando tu não tem amigo. Tu não tem família, tu não tem ninguém. Sem família tu não é nada. Sem família, sem dinheiro tu não é nada (...). Na rua tu não aprende nada. Aprende entre aspas. Tu não tem amigo na rua. Não adianta tu pensar que tem amigo (Jandira).

Os dois bairros em que os entrevistados se encontravam fazem parte da 1ª Léguas Patrimonial², área que possui melhor qualidade de infra-estrutura e oferta de serviços urbanos, igualmente aos principais corredores de tráfego da cidade. Nesta região houve grande pressão demográfica e valorização imobiliária, propiciando a retirada de boa parte da população de baixa renda, a qual passou a se dirigir mais fortemente à área de expansão (2ª léguas), na qual, além da intensificação dos assentamentos irregulares (RODRIGUES, s.d.), passou a ser ofertada habitação popular a partir do final de 1960 (SOUZA; GALVÃO, 2013).

Comparada à zona de expansão, a 1ª léguas conta com um maior número de áreas públicas de lazer, tais como praças, que facilitam os aglomerados de pessoas em situação de rua, as quais se articulam com o entorno na busca pela sobrevivência.

Os circuitos de convivência criados nesse contexto são estabelecidos com base em diferentes interesses e funções. Nesse sentido, os agrupamentos podem dizer respeito tanto a particularidades de trabalhos informais, como também de atividades ligadas à busca pelo

² 1ª Léguas Patrimonial trata-se de uma porção de 4.110 hectares que em 01/10/1627, foi doada, e demarcada oficialmente 1703 obedecendo ao traço de uma léguas em arco quadrante das margens do Rio Pará em direção ao sul e do Guamá em direção ao norte. Essa doação foi efetuada por meio de carta de sesmaria, pelo então Governador do Maranhão e Grão- Pará, Francisco de Carvalho à Câmara Municipal de Belém (MEIRA FILHO, 1976, p. 451).

prazer. Tal como foi enfatizado em vários relatos sobre a ausência de amizade, as relações entre os conviventes (modo como Antonio chama as pessoas da rua) aparecem muitas vezes marcadas por jogos de disputa, ao mesmo tempo em que possibilitam redes de ajuda.

Tem uma grande rivalidade de inveja de muitos conviventes da rua. Assim, porque gosto de ter as minhas coisa, gosto de ter telefone, gosto de me vestir bacana, claro, ta entendendo? Essa bicicleta aqui não é minha, é daquele moço lá, aí ele me empresta. Eles trabalham aí, então, eles me emprestam; já dá pra eu me adiantar algumas coisa, fazer as coisa mais rápida, né? (Antonio).

Durante a partilha do espaço para uso de drogas, Antonio disse que são vistas trocas de experiência entre o iniciante e o iniciado já que este, em suas palavras, “já tem o conhecimento de fumar, de bolar, de ter um cachimbo”. Contudo, nesses momentos, a rivalidade também pode estar presente, ocasionando brigas e demarcações de território.

Porque quando a pessoa se reúne ali só é pra consumir droga, só a droga, moça. Quando tu vê uma reunião, é bebida e droga. Quando tu vê um grupo da convivência da rua, tu vai vê lá várias peças de pessoas da convivência da rua. Tem o bem vestido, tem o mal vestido, tem o ladrão e tem aquele que não rouba, tem aquele que só pede (...). Sem contar com as morte. Às vezes dá morte. É por isso que eu faço a minha curtidão só. Porra, cansei de, pô, droga, bebida, cigarro, porra, eu nem fumo cigarro e pra chegar no fim da história, o cara leva teu celular, o cara leva tua sandália, teu sapato, leva tua camisa, o cara leva tua carteira e não respeita nem teu documento. (Antonio).

É difícil encontrar uma pessoa que bate com a pessoa. Dialogando, conversando, tudo certo. Mas têm muitos que quando o cara ta bebendo já querem brigar. Aí tudo isso vai trazendo coisa (Marcelo).

Em decorrência das mortes provocadas também pelas intrigas, espalha-se nas ruas uma espécie de terror pela insegurança agravada pela atuação fascista de policiais e de grupos civis, bem como pela fragilidade dos vínculos estabelecidos entre os conviventes.

Dormi ontem à noite, levaram minha chinela. Então é uma vida meio complicada, cheia de dificuldades. Às vezes a gente vê gente morrendo ao lado da gente, como eu já vi. A pessoa fura, o camarada cai furado. De acidente de carro eu vi agora, recentemente, um rapaz caiu morto ao meu lado. Foi o ônibus, pegou ele, era alto. Ele caiu nem tremeu. Caiu ao meu lado. Ninguém dormiu nessa noite. E também já vi pessoas furadas no pescoço cair do meu lado, morreram também ao meu lado (Nélson).

Nas ruas, tidas aqui também como mares urbanos, os “corpos indigentes”, que já estão expostos em campos de concentração a céu aberto (Passetti, 2011), quando mortos geralmente

não passam pelos tradicionais rituais funerários – do mesmo modo como ocorre com as mortes nas longas viagens feitas por água –, sendo comum seu posterior uso como objeto de estudo em espaços de pesquisa. Em Belém, cujas ruas foram construídas sobre as águas, tal metáfora ganha força, já que o corpo abjeto em sua inutilidade física e afetiva é lançado muitas vezes (tanto em vida quanto em morte) nas valas do esquecimento, desaparecendo diante dos olhos corriqueiros da multidão.

Em 2012, no site da Universidade de São Paulo, na ocasião da proposta de desburocratização da doação de corpos à instituição (feita pela pesquisadora em anatomia Thelma Parada), foi informado que o principal meio de recebimento de corpos para os estudantes são cadáveres de indigentes (número que época estava caindo) (MARTINS, 2012). Nessa mesma lógica, em 2014 a UFRN passou a contar com um programa de doação voluntária de corpos para estudos de anatomia, tendo em vista que, de acordo com a Lei 8.501/92 (assinada por Itamar Franco), as instituições de ensino e pesquisa não podem receber corpos cujas mortes tenham sido ocasionadas por ação criminosa, o que dificulta a obtenção dos cadáveres (TRIBUNA DO NORTE, 2014).

Daniela Arbex (2013), ao discorrer sobre o holocausto brasileiro ocorrido durante o século XX no hospício Colônia (Barbacena-MG), relata sobre como muitos mortos transformados em indigentes tiveram seus corpos vendidos para universidades brasileiras, bem como decompostos em ácido (para comercialização dos ossos) diante dos próprios internos, quando tal venda deixou de ser demandada pelas faculdades de medicina. Considerando que na história de institucionalização da loucura, muitas pessoas em situação de rua foram enclausuradas por serem tidas como anormais, vejo como é importante ligar os pontos que configuram os desenhos dos genocídios em diferentes épocas no Brasil. Por tal razão, é imperativo tomar as palavras de Brum (2013, p. 17), tecidas no prefácio do livro escrito por Arbex: “Agora é preciso lembrar. Porque a história não pode ser esquecida. Porque o holocausto ainda não acabou”.

Imerso na racionalidade do biopoder, o corpo-espécie (FOUCAULT, 1988) gerido por meio de técnicas de poder sobre o biológico, aparece também registrado por seu uso como corpo-objeto, comercializado como peça de estudo em nome da ciência, em prol de algumas vidas que precisam ser aperfeiçoadas, a fim de potencializar, principalmente, os processos econômicos em vigor. Nessa direção, o corpo-espécie do morto indigente, capturado pela biopolítica, encontra seus lugares na história, no uso que se faz dele na gestão da vida.

De acordo com alguns entrevistados, no contexto da rua muitas ocorrências de morte também estão permeadas pelas drogas, seja por acordos quebrados no que diz respeito à sua compra e uso, como também pelos efeitos que algumas geram.

Motivo eu não sei, porque que aconteceu. Alguma coisa deve ter feito, deve ter furtado dinheiro, mas o motivo mais é a droga. É porque a pessoa pega o dinheiro da pessoa pra comprar, aí compra e gasta, fuma só ela, aí a pessoa vai e cobra, porque a maioria dos moradores de rua andam armado com faca (Nélson).

E essa nóia chegou pra destruir a população do Brasil. É a droga. A maconha, a semente que o cão não tenha poder de botar semente nenhum. Os anjo do cão é outro tipo. Essa maconha a semente foi Deus quem botou, mas aí ela serve pra remédio. Outras pessoa usa pra fumar e se dar de bem, digamos, é um remédio, porque tem muito pessoal que tem a cabeça quente, às vezes se dá de bem com aquelas coisa, aí usa às vezes pra trabalhar, pra aliviar a mente. Porque a maconha dá um tipo de pessoa pra trabalhar, pra pensar, mas não fazer o mal. Faz o mal quem quer, quem já nasceu com o espírito ruim. Mas aquela pessoa que já nasceu com o espírito bom, o espírito em Deus, mesmo que use aquela droga, a maconha, ele não faz nada errado, ele vai trabalhar pra sustentar a sua família. Isso pra mim, digamos, não é errado. Errado pra mim é quem vai matar, quem usa droga, que bebe (...). Eu perto deles assim, eles fumando, conversando, fumando, ele explica o motivo da droga que dá muita “sussura”. A pessoa não se contenta com aquela droga que ele fumou naquela hora, ele vai correr atrás de mais e se for uma pessoa normal, ele sossega, ele não faz nada errado. E se for uma pessoa que não tem limite, ele sai correndo atrás de uma coisa, roubando, o diabo a quatro (Sebastião).

Embora a temática das drogas em algumas das falas apareça de forma a dicotomizar “o bom e o mau”, “aquele que usa e aquele que não usa”, “droga leve e droga pesada”, sei que é importante ponderar as especificidades políticas que se aliam a um discurso higienista, o qual se encontra difundido no modo de pensar de várias camadas sociais. Segundo Bicalho (2013), a noção da droga como “epidemia” tem sido construída a partir de “ideais advindo de uma natureza descontextualizada política e historicamente” (p. 10), propiciando a criminalização e a vinculação do “tratamento” como punição. Nesse sentido, o autor sugere que este tema seja refletido a partir dos direitos humanos enquanto produção de subjetividade, afirmando direitos locais e descontínuos, o que demanda especificar a forma como estão sendo considerados os direitos e os humanos em questão, bem como sob qual perspectiva a cidadania é tomada.

A potência da prática em direitos humanos está na problematização da violência e da exclusão produzida na sociedade. Os diversos modelos de aprisionamento produzem efeitos no mundo, que podemos (e devemos)

colocar em análise. A individualização da problemática em questão configura-se como uma armadilha, pois entende que há um sujeito errado a ser corrigido. Uma alternativa possível está no reconhecimento de tal produção coletiva e do caráter político das práticas que se articulam a discursos de proteção e de cuidado. Questionar respostas políticas que são produzidas antes mesmo de serem formuladas como perguntas. Produzir redes de conversa e interrogação, apontando que a urgência do tema não pode prescindir da amplitude de nossas discussões (BICALHO, 2013, p. 11).

A morte que atravessa o cotidiano dessas pessoas com muita frequência, tal como mencionado anteriormente, também lampeja em suas experiências em outros espaços, propiciando, às vezes, o trânsito pra a rua, bem como histórias de violência, a qual, para Foucault (2010b), difere-se da relação de poder (onde há espaço para resistência), já que a relação de violência “força, dobra, quebra, destrói; ela fecha todas as possibilidades; não tem, portanto, junto a si, outro pólo senão o da passividade” (p. 287).

Ultimamente eu paguei meu último marido. Eu sou enjoada também. Eu dei uma facada numa puta, eu flagrei ele saindo do banheiro, os dois juntos. Eu dei uma facada nela. Aí o meu marido deu uma facada em mim. Uma facada nela também. Eu sou enjoada também. Nos dois. Primeiro nele. Não morreram, não. Aí o filho dela tinha acabado de sair da cadeia, não fazia nem um mês que ele tinha saído da cadeia. Aí sabe o que ele fez? Chegou com o meu marido: “olha, eu vou matar tua mulher”. Aí ele me chamou: “bora embora, ele quer te matar”. Aí ele veio lá no setor, por isso que eu to na rua. Os cara invadiu, levaram minha televisão, levaram meu ventilador, toda a minha roupa que eu tinha no meu setorzinho, que eu não gosto de ficar na rua. Não posso mais ir, o cara quer me matar. O cara chegou, foi com a pistola lá: “vai morrer agora” e assim de gente. Sabe quando tem esse negócio, quando rola esse negócio de matação? A dona da vila não acreditou que eu sobrevivi. Ta entendendo? Como daqui praí, pera lá, como daqui pra onde? Como daqui pralí. Pá pá pá pá! Negou quatro. Nem ele acreditou. Só um que pegou, ele ainda errou. Ele ainda errou, porque eu tava esperando. Falei com Deus: “égua, já é?”. Não pegou nada em mim. Três meses atrás. Faz três mês que eu to na rua (Jandira).

A espetacularização do trágico na atualidade tem mobilizado cada vez mais o interesse das pessoas, subjetivando-as por meios midiáticos que incitam a justiça popular, feita com as próprias mãos. Não é à toa que certos programas televisivos garantem seu ibope com o grande apoio daqueles que compactuam com as opiniões de extermínio, mesmo que este esteja voltado, na maioria das vezes, para pertencentes dos mesmos segmentos da sociedade dos quais os espectadores fazem parte. Diferenciados por singularidades de classe, tem seus rostos veiculados e direitos de imagem negados, favorecendo a distinção e a reprovação pela infâmia.

Em meio às estratégias de sobrevivência, são organizados serviços informais que também dependem da articulação entre os pares para serem realizados, a fim de evitar outras formas de conflito. Alcir me contou que a cadeira de engraxate onde trabalha (sem licença formal) na praça é da prefeitura, mas de uso seu pessoal, e que ali nenhuma das cadeiras pode passar para outro “dono” a não ser para filhos. Já Marcelo, ao descrever o modo como o território é demarcado por aqueles que efetivam determinados trabalhos (tal como de guardador de carros), disse como é necessário pedir licença para atuar em certos espaços, posto que se não fizer isso, se não entrar na “sociedade” e na lógica de suas regras, há possibilidade de morte.

Eu ando por aí, lá pra Batista Campo. Nós conhece uma mulher lá também que tem um ponto de carro lá e ela deixa nós reparar lá. Nós divide o dinheiro em três, quatro, conforme as pessoa que são, mas eles deixam a gente trabalhar lá. Ela é viciada, tem hora que ela ta lá, tem hora que ela some (Marcelo).

Uns já me deu pancada e eu não pude fazer nada e me confortei. Um agora há pouco, dia me deu uma pedrada ali. Fui pegar um prático naquela loja ali, um me deu uma pedrada na minha canela. Passei três meses sem poder andar, comendo pela mão dos outro (Sebastião).

Brito (2012) ressalta que, em virtude da pluralidade de usos do espaço público, são estabelecidas negociações que ancoram as relações de camaradagem e convivência, as quais organizam o processo de apropriação da rua.

Na busca pelas possibilidades de trabalho, a sociabilidade com o entorno do local de frequente permanência torna-se uma aliada para a obtenção de dinheiro que, sendo pouco, garante, no geral, apenas a compra de comida. Como a remuneração comumente é dada por prestação de pequenos serviços, algumas pessoas acabam restringindo no dia a dia os seus deslocamentos, ficando por áreas onde estão parceiros conhecidos, tais como comerciantes e vendedores ambulantes. Essa condição, que para Antonio e Sebastião os mantém pelos arredores da praça e do Ver-o-Peso, ao mesmo tempo em que os inserem em um conjunto como integrantes ativos que colaboram para o funcionamento da esfera social do trabalho, pode provocar, em circunstâncias específicas, assujeitamentos vis.

Sempre procuro, né? Quando eu encontro, eu faço pra mim sobreviver, né? [Faço] qualquer coisa. Pra mim ganhar dinheiro só não sou viado, mas de trabalho pra minha sobrevivência eu tenho que fazer (...). Qualquer coisa, faço faxina aí dentro da Cidade Velha, nas casa. Vou, venho pra feira fazer compra, alguns serviços, qualquer serviço que apareça, capina, ta entendendo? E vou sobrevivendo (Antonio).

Quando é de noite, oito horas eu pego um papelão, forro a banca lá, aí eu durmo. E não é só eu. Parte desse pessoal que trabalha com peixe, eles dormem também no chão para esperar a hora de ir pro serviço. Já dorme perto do serviço já. Quando for onze horas, duas horas, todo mundo se levanta, já espera o descarregador com o peixe. Todo mundo se levanta, igual uma fazenda onde tem muito boi. Todo mundo dorme ali no chão (Sebastião).

Osmar, também chamado por alguns do convívio de Bin Laden (em função de sua barba), comumente é encontrado pelos transeuntes sentado no chão de locais de passagem, com o olhar perdido. Certas pessoas dizem que ele não é muito de falar. Quando além dos pêlos da cara, os da cabeça crescem, alguns conhecidos propõem o corte, com o dinheiro obtido por meio de coleta. Tem o hábito de ajudar uma senhora que trabalha com venda em uma barraca de rua, a qual o retribui com pequenos trocados e lavagem de roupa. Para um vendedor de lanches, ele é tido como um homem honesto que alguma dificuldade possui. E se para Osmar os filhos que teve são talibãs, sua fisionomia também não se distancia desse imaginário.

Bem aí no canto to com uma velhinha agora. Trabalho com ela agora, com coco agora. A gente tem um coqueiro agora. Ajudo ela todo dia (Osmar).

Outras formas de trabalho também são constituídas ao longo da jornada nas ruas, indicando como o modo de vida enreda-se junto ao desenvolvimento de atividades que não dizem respeito apenas à busca por dinheiro, uma vez que podem estar vinculadas à potência da criação e de experimentação. Vidas, como a de Rafael, que junto ao trabalho que realizam constroem artesanalmente as zonas de passagem.

Então, eu sempre fui artesão desde moleque. Eu sempre que fiz os meus carrinho, eu mesmo; nunca gostei de nada comprado. Aí então aprendi a fazer. Em frente da minha casa fica os hippie, ficava em frente da minha casa. Daí eu ia aprendendo a fazer uma pulseira aqui, outra ali, depois quando terminei os estudos saí com 17 anos, porém voltei porque me pegaram, porque eu era de menor ainda. Me pegaram andando (...). Hippie acho que foi outra história, né, cara? Era aqueles cara que eram playboy, tinha tudo, ia protestar na praça só pra beber e usar droga. Uma forma estranha de lutar contra o sistema, mas eles não faziam nada. Os hippie mesmo que fizeram isso eram cabeludos. Porém, o pai, a mãe iam deixar tudo, comida, davam dinheiro pra eles. A gente é outra história, porque a gente batalha, quer dizer, eu sou. Eu tenho que ir atrás de material, tenho que fazer, tenho que vender, eu sou o segurança, eu tenho que fazer a contabilidade pra não acabar tudo, então, ainda tem gente que tem coragem de falar que a gente não faz nada. A gente faz tudo isso, só a gente tem que administrar tudo. Como terminei de te falar: cuidar de tudo mesmo, fazer,

comprar. Se pega um dente de animal, tem que limpar, deixar sem cheiro. O couro tem que esperar secar. Eu na minha filosofia já vi algum que matou pra alguma coisa. Mas 90% da gente não mata nenhum animal pra tirar nada. Eu sempre digo: a gente dá vida ao que morreu, sabe? (Rafael).

Na “escolha da sobrevivência”, tal como foi dito por Antonio, os roubos também contam sobre caminhos de oportunidades, de conquistas de bens materiais que proporcionam algum prestígio. Em virtude de algumas escolhas fazerem parte da dinâmica de ocupação do espaço da cidade e das relações interpessoais nele estabelecidas, algumas práticas se mantêm até o surgimento de outras opções.

Até um tempo atrás eu tava cometendo roubo, ta entendendo? Tava roubando. Aí pegaram e me chamaram, né? Por quê? Eles me chamaram aí da Cidade Velha porque eu ainda tava roubando, tavam falando que eu tava roubando. Por que eu não volta praí? Ficar de boa, pro que eu precisar sempre me ajudam e não tem porque eu ficar me envolvendo, né? Me segurei, to dando um tempo, né? Já tem uns dois anos, eu acho. Assim, convivo com eles, só que eu não pratico mais, ta entendendo? Convivo na convivência, conversa. Às vezes a gente bebe, quando a gente se encontra, conversa. Assim, tem aquela amizade, mas às vezes me convidam, sou muito convidado, né? Até porque, assim, como diz a linguagem da gíria da malandragem: “tua estrela brilha porque tu te dá de bem pra gente roubar, a nossa estrela brilha”. Então, o que é a nossa estrela brilha? Então, unimo o sangue que a gente consegue furtar, ta entendendo? (...). Às vezes me dá vontade ainda de roubar. Assim, agora uma coisa eu digo, eu não acordo mais com aquela vontade assim. Eu acordo com uma outra vontade, agradecendo a Deus: “poxa, Deus, coloca um serviço ou, pelo menos, se não colocar um serviço, pelo menos um alimento, né?”. A pessoa pelo menos com o alimento, ta tudo de boa (Antonio).

A formação dos grupos de roubo segue lógicas particulares, em função dos tipos de relações de confiança que são estabelecidas na rua. No caso de Antonio, há uma diferenciação por gênero, justificada pela lealdade que encontra mais nas parcerias feitas com mulheres quando decide, em suas palavras, “andar no descuido”, ou seja, roubando.

Só roubo com mulher, minha equipe só é mulher. Roubar com homem também é traiagem, porque o cara vem com falsidade contigo, o cara te quebra no dinheiro. Às vezes com mulher ela já te tira uma parte escondido se tu não tiver atento naquilo que tu pegar. É uma ambição do roubo. O roubo ele é ganancioso. Dinheiro fácil ele é ganancioso (Antonio).

As relações dos homens com as mulheres em situação de rua, para Antonio, são em sua maioria mediadas por interesses, posto que, segundo ele, não tem como manter a parceira caso outro sujeito surja com ofertas mais interessantes para ela, principalmente quando o dinheiro acaba, impedindo a compra de mais drogas para uso conjunto. A prostituição nas

ruas, por sua vez, ajuda a investir os corpos femininos por forças que os constituem como objetos de “batalha” (OLIVAR, 2011).

Também ganho o meu dinheiro, sou mulher solteira. Eu ando com homem (...) [Antes de vir pra rua] eu tomava conta de um motel aí na Primeiro de Março. Eu saí de lá, eu vim pra fora (Dalva).

Nesse contexto, os dispositivos de aliança e de sexualidade (FOUCAULT, 1988) são singularizados. “Para o primeiro, o que é permanente é o vínculo entre parceiros com *status* definido; para o segundo, são as sensações do corpo, a qualidade dos prazeres, a natureza das impressões” (p. 101). Assim, tais dispositivos, justapostos a partir da noção da família, atravessam de forma particular a esfera familiar constituída em situação de rua, a qual foge aos padrões sociais em meio aos acordos interpessoais e aos desejos existentes no convívio.

Para Marcelo, há muita curtição na rua, muitas boates, dependendo apenas da conversa para se ter mulher, além de um realzinho no bolso. Antonio ressalta que, mesmo com muitas curtições vividas na rua, é necessário tomar cuidado nos atos sexuais, pois sabe que muitas pessoas estão infectadas com o vírus HIV.

Embora estejam diante de condições precárias de higiene, certos aspectos de atenção com o corpo são mantidos por alguns por meio de relações de cuidado consigo mesmo. Foucault (1994b) ao falar a respeito do “cuidado de si” (*epiméleia heautoû*) diz que para os gregos ele “configura um dos grandes princípios das cidades, uma das regras de conduta da vida social e pessoal, um dos fundamentos da arte de viver” (p. 786). Ao tomar esta noção para refletir acerca das práticas de cuidado estabelecidas na rua, noto as possibilidades de desdobramentos que esse cuidado tem como atitude não só para consigo, mas também, como diria Foucault (2011b), para com os outros e para com o mundo. O sujeito ao cuidar de si, cuida dos outros em suas relações.

Eu cuido de mim. Por isso você ta me vendo aí, um coroa de barba branca, mas de carne dura, porque eu cuido de mim, não tenho vício nenhum (Sebastião).

Redes de amparo com a comunidade, por vezes, são configuradas, auxiliando na aquisição de recursos básicos, tais como água e comida, bem como na atenção a necessidades específicas, como, por exemplo, empréstimo de dinheiro e ajuda médica. Alguns moradores e lojistas, às vezes, colaboram até mesmo guardando pertences dos que estão na rua, facilitando o cotidiano daqueles, como Antonio, que mesmo tendo um lugar de retorno em localidades mais periféricas, preferem permanecer no centro, onde há maiores oportunidades de obtenção

de dinheiro e ajuda. Para alguns o apoio oferecido por grupos religiosos somam forças frente aos percalços.

A história do manguedor é assim: o cara bate numa casa, bate noutra, bate numa casa, bate noutra, numa ele vai abrir as porta (Antonio).

Tais relações também podem fortalecer, segundo Pagot (2012), a promoção de saúde mental por meio do estabelecimento de vínculos que auxiliam na integração do pessoa no convívio comunitário. A autora, que estudou a questão da loucura na rua, diz também que ter a comunidade como aliada no cuidado voltado aos loucos em situação de rua potencializa as estratégias terapêuticas.

Dois dos entrevistados por suas falas demonstraram diferentes níveis de (des)conexão das ideias apresentadas: Carlos e Dalva. O primeiro embora fizesse comentários precisos sobre determinados aspectos, na maior parte do encontro não dialogou com a temática em vigor na conversa (na qual participou Néilson), fazendo colocações que para mim soaram incompreensíveis de certo ponto de vista. Dalva, por sua vez, mostrou intenso alheamento ao tempo presente, fazendo referência à participação de pessoas públicas do Estado (que já estão mortas) em situações atuais de sua vida pessoal. Além disso, relatou fazer certos trabalhos que evidentemente não realiza.

Embora eu não possa afirmar que nos dois casos há presença de algum tipo de sofrimento psíquico ou até mesmo de efeitos de entorpecentes, importante dizer que pessoas como elas, às vezes, povoam o imaginário da sociedade com a figura do “louco de rua” que, nas palavras de Ferraz (2000), são os andarilhos da imaginação, os protagonistas do *theatrum mundi*. A aparência e o modo de se portar também conduzem, em alguns momentos, a este tipo de análise. Na dificuldade de diálogo com aqueles que por uma perspectiva poderiam ser vistos como os tais loucos de rua, vi surgir diante de mim a figura de Górgona (VERNANT, 1988), o outro intransponível.

A senhora não dá conta desse serviço, desculpe, ta? Eu sou delegada, meu posto é Marco, posto policial do Marco, em frente ali, próximo à bandeira branca. Eu que sou delegada ainda não dei conta. Já mandei botar ele no posto dois dias e mandei o delegado Edson metê-lhe a régua nele com vontade, porque o delegado Ed, de lá desse posto, é o coronel Lacidi, já foi governador. A senhora não dá conta desse caso. Deixa (Dalva).

A partir do apresentado, cabe, então, problematizar as transformações da noção do anormal, do desajustado social, que em função das particularidades locais e temporais sempre

ganhará novos contornos e será engendrada por diferentes discursos, dentre os quais podem estar aqueles propiciados pela atualização de antigos.

Como em alguns casos a passagem por instituições asilares (de “acolhimento das anormalidades”) é um elemento que marca negativamente as trajetórias, a esfera de liberdade encontrada na rua afirma um local de resistência, lugar estratégico de luta diante das sujeições impostas. Nélsion, que antes de estar nas ruas passou quase um mês no que chamou de “centro de convivência”, pontuou:

Não aguentei ficar lá por motivos de que eu gosto muito de conviver em sociedade, lá era muito isolado, lá na Cidade Nova II. Lá era espírita. Ele me encontrou aqui no mercado à noite. Estava ele e um acompanhante que estava recuperado já. Lá é um albergue (...). Eu participei de vários centros de recuperação, mas não teve jeito. Eu fui nos alcoólicos anônimos faz pouco tempo. Fui por conta própria, mas não consegui largar a bebida (Nélsion).

A experiência pela rede carcerária, que “acopla, segundo múltiplas relações, as duas séries, longas e múltiplas, do punitivo e do anormal” (FOUCAULT, 2009, p. 284), deixa vestígios da produção do delinquente e de sua relação com os mecanismos disciplinares que reverberam para além dos espaços fechados das instituições. Ao considerar também as especificidades de casos em que a circulação por essas redes começa a acontecer durante a adolescência, vejo a importância de problematizar, de acordo com Cruz (2004), a construção histórica da criança em situação de risco pessoal e do adolescente em conflito com a lei, tomando para a análise os processos de objetivação e subjetivação que elaboram estas noções a partir de “efeitos de relações de poder e saber e de práticas sociais que forjam objetos e identidades-sujeitos dóceis e úteis” (p. 69).

[Já fui preso] muitas vezes, desde menor. Agora pra cadeia, duas na penitenciária. Rodei todas essas penitenciárias aqui do Pará. Quando eu era menor de idade eu passei. Na época era CPCM. Na época, lá em oitenta e pouco, oitenta e nove, por aí (...). Refletindo no dia de hoje, é muito bom viver na liberdade que eu vivo. Andar, ter teu espaço, poder andar, ver as pessoa, conversar com as pessoa. Assim, a dificuldade eu enfrento na rua, sobre as condições de dinheiro pra alimento, pra outras coisas. Ainda tenho que manter também a equipe [filhos], né? Mas isso, graças a Deus, consigo batalhar. O alimento tem que ter (Antonio).

Dividindo um espaço que deveria ser de todos (e que ao mesmo tempo é de ninguém), os novos, os que recém chegados na cidade, nem sempre são bem recebidos, precisando ser cautelosos no processo de ocupação de um território, de um pedaço de chão para dormir.

Eu durmo aqui na praça, onde tiver uma varanda, aonde não chova, né? Aonde não tenha pessoas que... A gente dorme em frente à loja ali também, mas nem sempre dá lá, não sei como ta agora, como te falei cheguei agora, né? Não dormi aqui. Eu não sei como ta agora a situação lá pra dormir, sempre aparece pessoas de rua diferentes (Rafael).

Indicando uma forte importância de afirmação de um posto de antiguidade, de experiência na vida da rua, Antonio disse que, às vezes, vai aos albergues apenas para saber quem são os novatos. Tal atitude, contudo, nem sempre demonstra cordialidade, já que para ele os vindos de fora muitas vezes tiram o espaço dos que já são da região.

Abriram um albergue aqui na Cidade Velha, daí vem gente lá da casa do cacete. Aí os cara vem pra cá pra praça, fuma e bebe, fuma e bebe, e só vai dormir e comer, enquanto tem muitos aqui, olha, que é daqui do estado e não abre nenhum albergue aqui na Cidade Velha (Antonio).

Curioso que esta questão territorial, que inclui disputas relacionadas ao pertencimento a um determinado lugar, também está presente em outras localidades, o que pude notar igualmente a partir de falas pontuais de alguns integrantes do Movimento Nacional da População de Rua do Rio Grande do Sul, os quais demonstravam, às vezes, repudiar a presença de imigrantes nacionais e internacionais na mesma condição de desfiliação, principalmente os de língua espanhola, oriundos de países vizinhos da América Latina, alegando que os mesmos retiravam vagas em albergues dos filhos legítimos da terra gaúcha brasileira.

Assim, mesmo estando muitas vezes sem documentos que comprovem a sua proveniência (naturalidade), pessoas em situação de rua em trânsito podem ser rechaçadas (e rechaçar) em função de um suposto pertencimento a um grupo específico que é identificado por características físicas ou pela língua materna e cultura em geral.

5. 2. 3. Corpo e cidade em heterotopias

O corpo é o ponto zero do mundo, lá onde os caminhos e os espaços se cruzam, o corpo está em parte alguma: ele está no coração do mundo, este pequeno fulcro utópico, a partir do qual eu sonho, falo, avanço, imagino, percebo as coisas em seu lugar e também as nego pelo poder indefinido das utopias que imagino. Meu corpo é como a Cidade do Sol, não tem lugar, mas é dele que saem e se irradiam todos os lugares possíveis, reais ou utópicos (FOUCAULT, 2013).

No processo de ocupação dos espaços públicos por parte de pessoas em situação de rua, há invenção de lugares outros, de heterotopias (FOUCAULT, 2013), ou seja, lugares

reais que se situam fora de todos os lugares e que ao longo da história sofrem mudanças, envolvendo espaços incompatíveis, e sendo, algumas vezes, heterotopias do desvio, dispostas à margem da sociedade e voltadas para indivíduos tidos como desviantes da norma.

A rua, nesta perspectiva, é um lugar outro que muitas vezes opera em um tempo diferente (heterocronias), abrigando pessoas que trazem em seu testemunho corporal outro espaço situado no fora. E no trânsito para esse exterior do interior, surgem experiências que singularizam as caminhadas.

O ruim é você sair pra primeira cidade. Na primeira cidade você arruma um trocado, não passando necessidade com seus próprios trabalhos, demorou. Seu ego sobe e a vontade é até de ir mais pra frente o tempo inteiro. A minha primeira cidade de Tucuruí foi Araguaína no Tocantins, fui direto pra lá. Foi meio difícil, assim, porque chegar não sabia, na verdade tinha receio de ta perguntando as coisas pros outros. Também não tinha muito aparência de maluco de estrada como chamam a gente, os hippie, né? Meu cabelo era curto, usava calça jeans, tinha tênis. Então eu tinha um pouco de receio de dormir na rua, não sabia como conversar com as pessoas da rua de outras cidades, né? Passei as duas primeiras noites, não dormi, acho que nem dormi, não dormi. Tava dormindo em alguma varanda, tava fechando o olho, pensava: “alguém vai me mexer”. Aí eu me sentava de novo, aí ficava lá, às vezes pegava o material, ia fazer mais pulseira ou, então, encontrava algum vigia da rua pra ficar conversando, ou deitava do lado dele, assim, da cadeira. Agora não, agora já durmo em qualquer lugar (Rafael).

Ao longo da inserção no espaço da cidade surgem acontecimentos relacionados à adaptação, criação e violação que afetam os corpos não só na aparência, mas também no que possuem de imaterial, nas condutas.

Nas várias trajetórias relatadas, o testemunho está articulado transversalmente à passagem por trechos errantes. Segundo Justo (1998), a errância aparece de forma mais latente nos andarilhos de estrada, os quais traçam caminhadas como formas estratégicas de sobrevivência. Para o autor (2005), além dos que perambulam mendigando ou em busca de formas de trabalho, bem como de ajuda de instituições filantrópicas, há também aqueles que não almejam mais nenhum tipo de restabelecimento de vínculos, o que os configuram como dromomanes da contemporaneidade.

O termo dromomanes é o nome dado aos desertores na época do Ancien Régime, e, em psiquiatria significa mania deambulatória (dromomania). Dentre eles, muitos já estão há bastante tempo vivendo no trecho, como designam a perambulação pelas estradas, e assumem efetivamente a condição de andarilho e a errância como um modo de vida. Assim como os dromomanes, desertores do Antigo Regime, os andarilhos da atualidade rompem com toda a malha da rede social, abandonam os lugares de

assentamento e sedentarização (família, trabalho, domicílio e tantos outros) e assumem o nomadismo como forma de vida (JUSTO, 2005, p. 177).

Entre os entrevistados, não apareceu nenhuma afirmação do lugar de andarilho, principalmente no que diz respeito aos extremos que essa condição pressupõe. Contudo, como algumas práticas de errância relatadas se assemelham às andanças andarilhas, aqui sublinho alguns aspectos da dinâmica de movimento e tempo na rua e na estrada.

Umás parte eu gosto de andar pelas estradas de pé. Eu gosto muito, livre de qualquer acidente (...). Eu me sinto liberto, livio, pego o vento que Jesus manda pra gente e a cabeça erguida. Tão bom. Eu me sinto assim olhando aquela rua, aquele caminho, carro passando e eu pegando aquele vento, aquele sol que Deus manda pra nós e eu me sinto muito feliz (...). Não é todo tempo que eu faço isso. Digamos, eu ando 6, 5 Km de pé aí e eu já arrumo uma carona pra me jogar em outros lugares (...). Um andarilho não quero, não. Não me considero, não. Um morador de rua talvez eu concordo. Por um lado é bom pra mim porque eu não tenho responsabilidade com ninguém. Minha responsabilidade é só com Deus e me pegar com ele e tudo bem, mas andarilho não, não. Eu não gosto de andar. Às vezes é obrigado a gente andar. Não é assim por querer andar, “eu vou fazer uma viagem aculá”. Não, às vezes é obrigado a gente andar. Às vezes a gente não tem transporte. Aí a gente põe na cabeça: “eu vou andar um pouquinho pra descansar os pés, aliviar mais a mente”. Não é porque que a gente faz uma viagem, digamos, pra Castanhal porque quer andar, não, não, não (Sebastião).

A liberdade experimentada no espaço público confere à circulação o caráter desafiador da produção de uma estilística de vida circunscrita por rupturas. Em analogia ao que Bourdieu (1996) diz a respeito das tentativas – ocorridas no Segundo Império francês – de subversão da ordem do mundo burguês a partir de ousadias e transgressões que constituem a existência dos artistas como obra de arte, o corpo em situação de rua em ato no teatro do mundo também provoca a lógica dominante nos processos de ocupação, propiciando outras estéticas com base em diferentes éticas.

Prefiro dormir na rua, eu gosto de liberdade. Tanto que viajo de bicicleta. Eu viajo de todas as formas. Eu viajo a pé, eu viajo. Quando eu saio pra viajar a pé, eu não aceito carona de ninguém. Quando eu vou viajar de carona, eu pego qualquer carona. Eu já peguei várias caronas no Brasil afora aí (...). No final do ano retrasado eu fui de Bragança a Cujupe, acho que fui fazer São Luiz, né? Porque é a travessia pra São Luiz. Eu fui só até lá. 28 dias caminhando. Sempre armo uma barraca, levo um terçado e limpo alguma coisa na beira de um igarapé, mas geralmente eu durmo em vilas. Bem melhor do que aqui em Belém, qualquer capital, né? Menos mal. Só que agora em qualquer lugar ta tudo louco. Quando eu saía pra estrada era bom demais. Você podia dormir em qualquer lugar. Hoje em dia não sei o que aconteceu com a cabeça do povo que qualquer vilazinha já tem gente que

rouba, gente que mata, gente que arma confusão. Não sei o que aconteceu agora (Rafael).

De acordo com o Art. 5º da Constituição Brasileira de 1988, o reconhecimento da igualdade de todos perante a lei garante aos brasileiros e residentes no país “inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASILIA, 2012, p. 13). A liberdade, então, garantida constitucionalmente alia-se à noção de práticas de liberdade, as quais, segundo Castro (2009) – em uma análise do conceito desenvolvido por Foucault –, podem ser entendidas tanto em sentido político quanto ético. Político por se constituírem dentro de um campo de possibilidade, favorecendo aos sujeitos transformações, já que nas relações de poder, onde a liberdade precisa existir, “diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer” (FOUCAULT, 2010b). E ético no sentido das escolhas do modo de se conduzir que constituem o sujeito, posto que “a liberdade é a condição ontológica da ética. Mas a ética é a forma refletida assumida pela liberdade” (FOUCAULT, 2004, p. 267).

Quem olha assim pensa que é pai d’água, mas não é pai d’água, não. Eu to morcegando. Se eu falar que eu sou morador de rua, aí a população já: “ah, ele falou isso, que é morador de rua”. Aí eu to esperando, né? A resolução dos astros (Carlos).

Sobrevoando as malhas discriminatórias dos termos, das denominações, morcegar surge como verbo derrapante na perspectiva daquele que lança suas asas nos ventos úmidos de Belém. Sabendo do negativo valor semântico da expressão “morador de rua”, lança para si outros olhos como forma de fazer plainar um possível em seu existir.

Nos repousos, morcegos e andantes encontram seus cantos. Nenhum dos entrevistados relatou fazer uso no momento de albergues, indicando a preferência pela rua. Osmar disse que costuma dormir na Campina mesmo, ao lado da igreja apostólica; Nélon em frente ao Mercado do Ver-o-Peso; Carlos voa para outro bairro (Batista Campos). Em virtude das demarcações do território, nem todo espaço é público, nem todo público tem espaço.

Eu nunca dormi foi nessa Americana, naquela loja, nunca fui pra lá. Porque eu não gosto. Só fico aonde vejo que dá mim ficar. Eu não posso me juntar com os ladrão (...). Eu durmo assim, nesses bancos na praça da república, lá pra frente, não é nessa lateral (Dalva).

Recentemente em algumas grandes cidades foram construídos polêmicos dispositivos de afastamento de pessoas em situação de rua, tais como espetos de metal em fachadas de prédios residenciais (Londres), rampa “antimendigo” em túnel e bancos com divisórias (São

Paulo), grades fixadas de forma irregular em frente a prédios (Porto Alegre). Embora em Belém não tenham sido edificados tipos semelhantes de dispositivos para evitar a permanência dessas pessoas, a polícia marca presença, acionando, até mesmo em sua virtualidade, forças de coação.

Dormia assim de dia por aqui, ta entendendo? De noite ali pelo coreto. Só que durante agora, por causa dessas situações de muito movimento aqui na ilha, os cara dali vieram, pessoal da prefeitura, aqueles guarda municipal ficam espantando o pessoal daqui (Antonio).

Uma é que nós não tem local adequado pra nós dormir, nós dorme em cima do papelão (...). Na praça nós não pode dormir. Se dormir eles pegam e batem na gente, tem que ser num lugar mesmo bem distante deles (...). Uma praça dessa aqui, isso aqui é nosso, mas a gente não pode ficar direto aqui que eles tão perturbando. Isso aqui é público (Marcelo).

Antonio e Marcelo – que pela parte do dia convivem com outras pessoas na Praça Dom Pedro II, principalmente no local onde estávamos durante a conversa, chamado por Antonio de “ilha” (extensão de areia heterotópica onde se encontra um pequeno parque e que, geralmente, é ponto de encontro para uso de drogas e que outrora serviu de local para assar peixe no momento das refeições) – sublinham o quanto as ações violentas da polícia dificultam ainda mais as situações precárias nas quais vivem. Em Porto Alegre, na época das explícitas campanhas higienistas em função da Copa do Mundo de 2014, durante uma das reuniões do Movimento Nacional da População de Rua, vi um participante afirmar que à noite a constituição é rasgada (seja por oficiais da segurança ou por grupos neonazistas), deslegitimando a cidadania de alguns por meio de agressões e torturas.

Misturados a pessoas de todas as idades, ficam lá deitados também aqueles em fase avançada do envelhecimento, os quais, segundo Fernandes, Raizer e Brêtas (2007), por serem idosos e pobres são duplamente afastados na sociedade. Junto a eles estão Sebastião (68 anos) e Alcir (72), o qual me contou:

Durmo tranquilo, graças a Deus. Eu durmo assim, no meio da guarda, toda guarda, ponto de táxi, né? Tem guarda. Bem ali. Atrás do Clube do Remo, sabe onde é? Pois é lá. Mais pra cá assim um pouquinho. Eu durmo toda noite lá. Bem feliz, graças a Deus. Não faço mal a ninguém, ninguém faz mal pra mim, né? (Alcir).

Em 2003 foi “instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos” (BRASIL, 2003). Além de firmar os direitos previstos em outras legislações (Política Nacional do Idoso,

Política Nacional de Saúde do Idoso e o Sistema Único de Saúde), presume a ampliação, aprimoramento e definição de medidas de proteção aos idosos (FERNANDES; RAIZER; BRÊTAS, 2007). Contudo, nas ruas a maioria dos direitos fundamentais são negados, comprometendo o envelhecimento saudável e com dignidade.

Eles me olha assim, um velho, um velho já sofredor, já sofrido, que já trabalhou muito. Eu penso assim, e já ta naquela idade, já ta cansado. Ta sentado ali já descansando. Outros já pensam que eu sou aposentado, mas eu não sou. Outros chegam e me dá alguma coisa, alguma comida ou uma mixaria, mas se eles tem alguma maldade em mim, eu não sei, é problema dele. Mas o importante é que eu não tenho erro nenhum com Deus. Pelos olhos eu vejo (...). Uns me olham com um gesto muito esquisito. Outros me olha com olhar penoso. Outros, digamos, não sabe se eu sou uma boa pessoa ou uma má pessoa. Não sabe o motivo que eu to ali, se eu fiz coisa errada ou eu to ali porque eu quero (Sebastião).

O Estado ausente muitas vezes em suas obrigações para com este segmento, não garantindo suas necessidades básicas, fortalece o que Agamben (2010) chamou de “vida nua”, ou seja, a vida desprotegida de quem se encontra em estado de exceção, sendo nas palavras de Pelbart (2003) caracterizada pela sobrevida que “é a vida humana reduzida a seu mínimo biológico, à sua nudez última, à vida sem forma, ao mero fato da vida, à vida nua” (p. 1).

Desprovidos de locais adequados de higiene na maior parte das vezes, alguns costumam usar para banhos e lavagens de vestimentas o rio e a água que sai de um cano no lago da Praça Dom Pedro II, tal como fazem Sebastião e Carlos, o qual diz tomar banho na maré. Outros já preferem utilizar os banheiros públicos.

A minha camisa, a minha limpeza de roupa, eu compro uma barra de sabão, vou no rio, pego lá, lavo minha roupa. Quando não é no rio, tem um cano aí que escorre água, daí eu limpo tudinho. Mas não posso ter muitas coisas, porque não tem onde guarde. A minha vida é essa. A minha roupa é só essa e essa bermuda. Só essa que eu tenho, não tenho mais nada na minha vida (...). Aonde eu lavo a minha roupa, aonde eu tomo banho. No rio, pode ser ali. Onde tiver água eu me banho, eu não vivo sujo, não, como muitos aí que você vê que anda tudo sujo, eu não (...). Não lavo só minha roupa não. Eu também preciso de uma lavagem (Sebastião).

É que eu tenho conhecimento aqui. Tem banheiro no mercado. Vou dando o meu jeito. A pessoa depois que escolhe essa vida, ele vai dando o jeitinho dele (...). Às vezes eu tomo na maré também. É porque eu tenho esse problema, eu sou epilético, aí eu tenho medo de acontecer alguma coisa, porque morre mesmo, a pessoa morre. Aí constantemente eu vou atrás do mercado, lá tem banheiro. Cinquenta centavos um banho, barato demais (Nélson).

Contudo, embora os valores de uso dos banheiros sejam relativamente pequenos, alguns encontram dificuldades, o que os levam, em alguns casos, a estabelecer relações de camaradagem com funcionários desses espaços.

Até pra tomar banho tem que pagar lá, é meio difícil pra nós, mas a gente vai levando. Tomo banho lá no mercado. Tomo ali à noite [na água do cano]. A dificuldade é grande pra nós (Marcelo).

Eu tomo banho ali no banheiro do Teatro da Paz, quem trabalha lá é meu marido. Tomo banho aqui no museu, mas é lá pra sete horas da noite. Peço licença, eles me dão uma mão. Lá é meu marido que toma conta, aqui é um rapaz que já foi meu amigo (Dalva).

A aparência, nessas circunstâncias, distancia-se dos padrões de beleza da atualidade, enfatizando as diferenças dos corpos em situação de rua que, frequentemente, trazem aspectos de sujeira e ausência de cuidados comuns, como, por exemplo, corte e limpeza de unhas. Jandira mostrando-me no início da entrevista sua mão com pequenas feridas com pus, disse que provavelmente teriam sido causadas por pulgas, em virtude de dormir no chão.

Não gosto mais de me ver no espelho. Não gosto mais de ver como é que eu to. O que eu era (...). É a idade. Vais ficar velha, né? Eu acho que a idade e a falta de dinheiro, porque quando tem dinheiro pode modificar um bocado de coisa, né? Mas eu não tenho dinheiro (Jandira).

Em uma sociedade na qual o corpo, segundo Ortega (2005), imerso na lógica da bioascese é incentivado intensamente a seguir preceitos da ciência e da cultura do espetáculo, a subjetivação pela busca da melhor imagem atravessa todos, embora muitos, apesar das capturas, não se enquadrem nos moldes propostos.

[Dizem:] “Ah, tu anda tudo assim, tudo arrumado”. Ah, moça, se a pessoa quiser me dar, de boa, se não quiser também. Ah, não é porque eu moro na rua que eu tenho que andar jogado também (Antonio).

São pessoas, às vezes, que têm um preconceito; têm umas que não, que ajudam. Mas a maioria é preconceituosa. No sentido de olhar pra aparência. Eu deixei agora minha barba crescer um pouco, aí eles pensam, eles julgam, né? Julgam a pessoa (...). [Minha aparência] ta terrível, eu não sou assim não. Apesar dos quarenta e poucos anos que eu tenho, quando eu me trajo legal, ainda me sinto assim, ainda me acho assim uma pessoa que tem possibilidade de arrumar uma namorada (Nélson).

O não enquadramento não se resume à vestimenta e limpeza, posto que particularidades como cor e cabelo historicamente no Brasil são alvos de estigmatizações racistas. Apesar das ações afirmativas terem potencializado no país o acesso a determinados

direitos sociais a partir de estratégias de promoção da equidade, a discriminação racial continua em vigor nas microrrelações, dificultando diálogos e boas condições socioeconômicas a certos grupos.

São vários direitos que não são só meus que são violados, são de todo cidadão. Das outras pessoas, vou falar entre aspas, “comum”, eles fazem mais escondido. Agora com a gente, devido à aparência, eles extrapolam mesmo, às vezes te tratam muito mal. Eu tenho cabelo grande. Em plena copa do mundo, aquela seleção brasileira, todo mundo via os cara cabeludão lá, “ah é, um cara bacana”. Mas eu? “Olha o cabelo desse bicho”. Meu cabelo é igual. Meu cabelo não tenho culpa, nasceu aí. Eu não tenho vaidade. Nasceu aí, não fui eu que botei. As pessoas cortam, fazem chapinha, isso aí é vaidade, eu não tenho, não. Nasceu aí, nem pentio, nada (Rafael).

Nesse sentido, é perceptível que as mudanças sociais necessárias para a garantia do reconhecimento de grupos minoritários devem ser mobilizadas com base em questões subjetivas, posto que, para Guattari e Rolnik (2011, p. 39), “qualquer revolução em nível macropolítico concerne também a produção de subjetividade”. Nessa mesma lógica, o autor incita a invenção de subjetividades que desmoronem a subjetividade capitalística, por meio de agenciamentos coletivos de enunciação que não estão localizados nos indivíduos, mas sim nas microrrelações que possibilitam tanto agenciamentos de subjetivação relacionados ao registro do social, quanto a existência de uma micropolítica de transformação em nível molecular.

Rafael, ao me falar sobre as discriminações sofridas, ressaltou que até mesmo seu pai demorou a aceitar as mudanças que seu corpo sofreu em meio às andanças que fez pelo país fora. Seu relato sobre as transformações corporais que experimentou na estrada me ofereceu pistas para pensar como o modo de existir, em sua implicação rizomática com diversos elementos, possibilita rupturas com o que é esperado e a criação de embates em prol da afirmação das escolhas.

Não é questão de teve que mudar, porque eu sempre tive vontade de ter o cabelo grande, de não vestir sapato, assim, aquelas coisa, andava um pouco descalço. Eu andei 5 anos da minha vida descalço. Assim, a dificuldade por causa de banheiro, porque eu chegava no banheiro e amarrava sacola de plástico no pé pra entrar no banheiro. Mas andei 5 anos descalço por aí. Às vezes pra entrar em restaurante, em algumas rodoviárias, o cara perturbava por causa de ta descalço. Mas aonde eu não podia entrar, não me tratavam bem por eu estar descalço. Eu ia embora a pé (Rafael).

Apesar das distâncias que a ida para rua provoca, alguns registros afetivos ganham contornos que imprimem na pele as perdas. São as tatuagens do tempo que, mesmo esmaecidas pela falta de retoque, cravam em sangue as estrelas que reluzem na memória.

Quantas estrelas eu tenho aqui? Tenho sete filhos e mais eu: oito estrelas. Tenho só um aqui [nome de filho]. Só um tatuado (...). Eu apreciava as estrelas quando eu tava dormindo. Aí eu resolvi fazer uma estrela porque elas sempre ficavam me lumiando e eu sempre tava vendo elas. Aí eu fiz. Sabe quanto eu paguei nessa? R\$70. E as outras eu paguei só R\$30 pra fazer todas. [Fiz] aqui. Essa aqui eu fiz no estúdio. Eu paguei bem, ele fez por fora (Jandira).

Jandira, além de trazer os filhos no ombro esquerdo, anuncia em seu rosto uma história de violência doméstica que durante alguns anos lhe conferiu cortes no corpo inteiro. Segundo Hauser (2011), mesmo com as conquistas femininas relativas aos direitos fundamentais, a violência contra a mulher ainda é uma constante na contemporaneidade, sendo aquela ocorrida em esfera doméstica um dos tipos mais graves, já que acontece em um espaço que deveria proteger e cuidar. Geralmente, agressões sofridas nesse âmbito são denunciadas (e quando são) após a sua recorrência. Para a autora, a promulgação em 2006 da lei Maria da Penha (11.340), mesmo que criticada em alguns aspectos, deve ser tomada como um avanço, já que presume uma rede de proteção à mulher vitimada, bem como a prevenção da violência.

Só uma? Se tu vê mais, tu não vai acreditar. Muita facada eu peguei em casa. Meu quarto marido, eu acho. Quarto ou quinto, por aí. Nunca perguntei isso pra ele [o motivo das facadas]. Nunca abandonei ele. Vivi mais de sete anos com ele, não, seis, só pegando facada. Era muita droga. Sai de casa quando vi que já tava demais, quase ele me matava. Peguei meu bebezinho e vim pra cá mendigar com o meu bebê (Jandira).

Outros tipos de marcas são provocados por violências extremas sofridas na esfera pública, tais como as que Antonio resalta quando pergunto: tu já foste baleado?

Já. Quatro [vezes]. Muito dolorido, moça. Dolorido demais. Três na perna e uma aqui. Assalto. Eu era demais. Era demais perigoso. Na minha infância eu era demais perigoso. Essas duas aqui num primeiro tempo peguei era menor de idade, ia fazer quatorze anos. Peguei o primeiro tiro ainda era de menor. O segundo tiro peguei já era maior de idade, não lembro muito mais ou menos, assim, a idade que eu tinha, mas o último tiro que eu peguei já tinha mais de vinte e três, vinte dois, vinte três. O segundo, eu acho, eu peguei, acho que eu tinha uns dezoito, dezenove, por aí. Foi muito desesperador. O último tiro que eu peguei foi lá na delegacia, lá de Abaeté. Os cara me baleou de novo, porque eu não conseguia sair da cidade, fissurado por curtição, por droga, ta entendendo? Molecas, mulher, aí tudo isso influi, aí a mente fica louca, só quer roubar dia e noite, tu só tem alguém do teu lado com dinheiro, ta entendendo? Viver numa situação dessa, sabe? Dormir na mata grande, tipo uma floresta, viver uma vida assim desesperado, só à base de droga (Antonio).

Antonio que, em suas palavras, saiu aos nove anos de casa por sua vontade ser a vida do crime, do roubo e das drogas, entre as cicatrizes de agressões que sofreu, apenas uma foi de responsabilidade de outro convivente da rua, que, segundo o entrevistado, o esfaqueou sem motivo algum e sem efeito de droga.

De acordo com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH-PR), entre janeiro e julho de 2013, 190 pessoas em situação de rua foram assassinadas. Para a SDH, Pastoral de Rua e outros movimentos sociais, a quantidade pode ser ainda maior. No caso de Goiânia, por exemplo, local onde ocorreram 22 mortes no período mencionado, apesar dos relatos de agressão policial e das hipóteses de grupos de extermínio que envolveriam integrantes da polícia, tanto a Polícia Civil quanto a Militar negaram participação, as quais alegaram que o principal fator das mortes é o tráfico de drogas, bem como brigas na rua que envolvem o uso de entorpecentes (MARTINS; ADJUTO, 2014).

A partir das informações acima, observo a importância de investigações sobre as causas de homicídio ocorridas no contexto dessa população, posto que, para além das considerações ambivalentes de representantes policiais, o testemunho dos que vivem a rua possui valor de resistência na busca por garantia de direitos.

As balas consequências das coisas errada (...). Agora sobre essa furada, e um dia eu também já fiz, mas tem algum motivo, né? Mas assim, se eu paguei assim, do nada o cara me furou, né? Não sei se ta incluído também nas coisa do passado, né? E as bala voltada à vida do crime. Então, se eu escolhi a vida do crime, na infância, né? (Antonio).

Ao considerar que as potências dos encontros nas ruas podem gerar relações de poder e de violência em diferentes níveis, puder perceber que o emaranhado das forças sociais requer uma análise rizomática, a fim de acompanhar o entrelaçamento das linhas, bem como provocar fissuras nas cristalizadas concepções do que é estar em situação de rua. Nesse sentido, aqui a afirmação do corpo como testemunho diante dos registros do espaço público e de seus efeitos é uma luta pela descriminalização da vida errante e de potencialização de suas possibilidades de resistência.

PARA ALÉM DA INFÂMIA

Após os passeios pelas frestas das histórias menores que surgiram em cada encontro e nas articulações feitas com o que localizei em fontes diversas, vi-me acompanhando a construção de documentos junto aos espaços e textos que visitei, considerando nesse processo as idas e os retornos, os movimentos e as velocidades.

Com base no que Le Goff (1996) diz sobre documento/monumento, tentei me deter nas condições de produção histórica dos documentos enquanto corpos, falas, diário, dissertação. Nesse sentido, o que foi tecido se aproxima de um fazer que constrói, em heterotopias, monumentos do presente, das pequenas memórias que mesmo em trânsito encontram lugares de permanência. Por meio dessas construções pude me aproximar de outras formas importantes de fazer acreditar na vida e em suas resistências, posto que

Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos (DELEUZE, 1992, p. 218).

Com a bravura dessa premissa, na Praça da República aqui desdobrada, onde possivelmente pobres e escravos foram outrora sepultados, surge na estátua com o símbolo da paz uma veste rasgada de luta: a do cotidiano; e o gênio com asas que expressa liberdade, torna-se aquele morcego vindo do Ver-o-Peso. Por sua vez, na Dom Pedro II, o Almirante, o Duque e o General, expostos em pedestais, dão os seus lugares aos outros heróis de guerra: os sobreviventes da rua.

Diante dos acontecimentos que refletem diferentes tipos de acordos sociais de morte, de sobrevivência de alguns grupos, o imperativo do combate se faz presente também na escrita, a qual se alia a uma ética do cuidado de si e do mundo. Ao pensar a cidade e suas possibilidades de existência com o amparo de muitas forças, tentei realizar não só uma reflexão sobre a produção de um intolerável que me atravessa enquanto pesquisadora, mas também um convite à invenção de outras formas de cuidado a partir da perspectiva das singularidades.

Assim, os corpos-documentos expostos no arquivo público da rua, tal como salientado por minha orientadora Flávia, ao mesmo tempo em que são guardados de algum modo na escrita, trazem as suas histórias de desfiliação para a linha de frente da busca por lugares subjetivos de ocupação, os quais não dependem unicamente da oficialização estatal.

Qual o brasileiro que não é violado de alguma forma? Todos nós. O sistema aí é cruel. Eu vivi, como eu disse, em quatro países, nenhum país é como o Brasil. Se não fosse os nossos governantes, aqui seria o melhor país do mundo. Mas os nossos governantes aí mata a cara de vergonha. Partiu minha cara bem no meio. Eu votei uma vez na minha vida (...). Não acredito mais em ninguém, político não, não faz parte da minha vida. Eu prefiro pagar a multa (Rafael).

A desilusão quanto a uma forma de fazer operar a cidadania pela via do Estado favorece os embates micropolíticos que se desenham corporalmente. São traços de pessoas que amarram suas ânsias e revoltas em seus cabelos e poros, cores e cheiros, fazendo resistir na boca da noite um gosto de sol (parafrazeando os compositores Milton Nascimento e Ronaldo Bastos).

Por essas e outras eu me sinto mais guerreiro ainda, porque lutei contra o Brasil quase inteiro e mais quatro países. To aqui, to na luta, sou feliz e acho que nunca vou cortar meu cabelo por causa que ninguém vai me falar, por nada. Se eu fizer o que os outros gosta, eu não vou ser feliz. Vou fazer o que eu gosto, contanto que seja com respeito às outras pessoas e a mim mesmo. Então pra mim ta ótimo, sou em paz com Deus, comigo mesmo, ta bom (Rafael).

Apesar do moralismo que fomenta o repúdio social às existências marginais, curioso perceber a presença de figuras divinas, de um deus (ou deuses) que acompanha(m) alguns dos entrevistados, ajudando-os a enfrentar a dor, bem como a obter êxito em suas práticas. O rebanho mesmo que desgarrado de um pretense exercício do bem, embaralha as linhas em uma esfera subjetiva, propiciando os encontros dos dualismos que desmancham a figura do “cidadão de mal”.

O meu sofrimento eu desabafo, eu penso em Jesus (...). O sofrimento que vir, eu to recebendo, mas Jesus livra daquele sofrimento pesado e me dá um sofrimento mais maneiro (Sebastião).

Já deu seccional, moça, deu seccional. Mas graças a Deus, Deus tava lá e me deu a oportunidade de vir pra rua. Não só aí, mas com outros crimes que eu cometi, né? Fui pego em flagrante várias vezes e Deus sempre lá, sabe, moça? (Antonio).

Ao beirar o fim desta rota de estudo (que se amplia em tantas outras), percebo ainda mais a importância dos dizeres de Rafael sobre a história com h, aquela na qual encontramos pedaços de vidas e de fazeres que, enquanto documentos/monumentos, podem auxiliar no entendimento dos pequenos engendramentos sociais.

Eu fiz universidade também, me formei em história. Lá em casa todos nós somos pedagogos (...). Mas na verdade eu vim ver a história mesmo, porque na universidade eu vi a história com i, na estrada que eu vi a história com h. O que me disseram lá na escola, na universidade, em todo lugar, nem tudo bateu com o que eu vi mesmo na história com h. A história do Brasil mesmo. Muitas vezes acho que a escola, a universidade ensina que empata muito o teu tempo ensinando coisas que você nunca vai precisar na vida, entendeu? Você nunca vai precisar (...). Por exemplo, a história de quilombolas. O legal é você chegar e passar em várias regiões quilombolas e conversar com os descendentes. Eles viveram. O que me falaram não bateu foi nada. Conheci as casas, como elas foram feitas, o sarnambi como atividade, né? (Rafael).

Esta história com h defendida por Rafael, que pode ser caracterizada como uma microhistória, uma micronarrativa (BURKE, 1992) sobre pessoas não dotadas de um lugar de glória, embora não contemple a grandiosidade de uma história maior (macrohistória), capta particularidades que estão na superfície dos acontecimentos, favorecendo análises de vidas que se erguem nas encostas. A história com h trazida pelo entrevistado questiona, por sua vez, a noção de verdade impressa na história oficial (com i), o que ressalta a importância de entender que a ficção pode fazer parte da escrita da história, sendo o caráter ficcional não uma oposição ao fato (WHITE, 1994), mas uma força que articula elementos tanto na história menor quanto na maior. Por tal razão, a ética na construção da história e a política da narratividade aparecem como um imperativo, a fim de não naturalizar os acontecimentos e de deixar aberta a possibilidade de múltiplos olhares, em função das descontinuidades e rupturas que se apresentam.

A partir da perspectiva de Rafael, pude perceber o quanto as linhas do que se entende por menor e maior se misturam, já que para ele a história do Brasil (que em um primeiro momento poderia soar como a história maior do país) não é aquela legitimada por sistemas convencionais de ensino, mas sim aquela que se encontra na esfera das microrrelações.

Embora as histórias menores relacionadas aqui aos monumentos da infâmia, dos homens e mulheres comuns, possam se diluir no primeiro cair da chuva da tarde de Belém, suas vidas continuarão a tecer diálogos em forma de testemunhos, enquanto Dalva impacientemente me diz sobre os direitos que tem: “até agora é o mesmo que botar água fria na fervura: nada”. Por isso, é preciso fazer ver e falar, afinal, já versava a premissa foucaultiana do filósofo: “um pouco de possível, senão eu sufoco” (DELEUZE, 1992, p. 131).

ECOS

*Passos de ontem caindo nos de hoje
 Invariáveis do devaneio andarilho
 O que faço nesta vaga
 Com a minha carcaça de pó?
 Terra camuflada nos giros noturnos
 Onde salto da beira
 No risco do ocaso
 Bailando serpenteio
 É partida ecoando em minha voz*

Ao esboçar um parto, parti em incontáveis pedaços um problema inicial de pesquisa, feito o vaso do poema “Apontamento” de Fernando Pessoa: “caiu, fez-se em mais pedaços do que havia loiça no vaso”. E foram tantos que afetos se desencontraram, armaram arapucas dos ruídos e das dúvidas. Não posso dizer que foi fácil posto que a missão ainda perdura, seja por persistir em não produzir decalques dos acontecimentos e das experimentações, como também em não calar perguntas outras que nos interstícios surgiram.

Sentada no meio da balbúrdia, vendo os tropeços de bêbados e já distraída pelo entorno no Ver-o-Peso, escutei de Jandira: “pra que esse teu trabalho vai servir?”. Silêncio. Páginas de justificativa passando pela cabeça e o vento zumbindo possíveis respostas num misto de alegria e tristeza por saber que este estudo faz um corte, embora não ajude na cicatrização.

Mesmo assumindo o risco da proposta de cortar, de provocar fissuras com a adaga da palavra, senti a rua me pressionando em sua urgência de reparo, e diante de meu sentimento de grande impotência, fui me conduzindo passo a passo ao reconhecimento das dificuldades e lacunas de meu fazer. Foi duro aceitar as dobras em mim, as resistências operadas em meu corpo enquanto agenciador em campo. Os deslizos diante do improvável, os medos expostos, as perguntas e faltas de entendimentos que entregavam o quanto eu não dava conta do serviço (tal como Dalva me dissera).

Após uma construção inicial da proposta metodológica e teórica, vi-me diante da rua, a qual em sua dureza por vezes me mostrou caminhos tão obscuros cujas lógicas não entendi. Em um primeiro momento, senti-me perdida nos pormenores durante as aproximações intensivas, ou seja, no plano de relação com as forças, bem como na criação de efeitos de sentido estando em situação de rua. Contudo, o que se apresentava no campo extensivo relativo à visibilidade, em um momento posterior de debruçamento e análise, favoreceu diferenciadas experimentações condizentes ao ato de (r)escuta e escrita, assim como a busca

pelos enunciados, daquilo que pode ser dito a partir dos atravessamentos históricos do presente. Posto isso, acredito ter sido de extrema importância tomar como base o que Deleuze (1992) sublinhou a respeito do caráter audiovisual de um arquivo, ou seja, do que se pode ver e dizer de algo na atualidade, a partir dos regimes de luz e de linguagem de uma determinada época.

Situada neste espaço-tempo da pesquisa também caracterizada como intervenção, tentei analisar durante o processo os níveis de minha implicação, já que, segundo Rocha e Aguiar (2003, p. 72), a pesquisa é “ação, construção, transformação coletiva, análise das forças sócio-históricas e políticas que atuam nas situações e das próprias implicações, inclusive dos referenciais de análise”. Nesse sentido, distante de uma pretensa neutralidade e diante das escolhas realizadas, é notório o que se fez borrar, indicando a abertura de passagem para vias não programadas, bem como inquietações despontadas a partir do já encontrado.

Nas bordas deste estudo, outras ações contemporâneas desenvolvidas na cidade me auxiliaram a pensar práticas de cuidado no espaço urbano, dentre as quais está o trabalho realizado pela Trupe da Pro.Cura, coletivo que articula arte e saúde pública em atividades frequentes em praças, hospitais, casa de acolhimento etc. Tal como a Trupe faz, é preciso pensar em desdobramentos dialógicos que se aproximem de uma política de saúde mais difusa, articulando estilísticas de existência que não se restrinjam aos peritos da arte, já que a vida em sua potência inventiva é uma obra de arte.

Nesse sentido, as derivações que começaram a aparecer a partir desta pesquisa realizada na área da psicologia social apontam para uma aproximação entre clínica e política, a fim de possibilitar, conforme dizem Nascimento e Tedesco (2009), uma atuação que leve em conta o contexto histórico político, favorecendo análises críticas das normas propagadas pelo biopoder, além de incentivar a multiplicidade por meio de cartografias existenciais.

Aqui o termo clínica se amplia para o exercício de práticas que fomentem atos de variação próprios dos processos de subjetivação: clínica como desvio, clínica como criação de novos modos de vida. E, diferente de atuar sobre as excessivas redundâncias da vida íntima, a intervenção *psi* surge como dispositivo de escape ao mundo interior. Sem rechaçar a realidade individual, ela age na desconstrução da figura sujeito, efetivada na detecção de linhas desviantes dos contornos aparentemente estáveis, germes de novos modos de ser, de novos mundos em construção (NASCIMENTO; TEDESCO, 2009).

Amparada por esta concepção de trabalho clínico-político e nos diálogos realizados com pessoas em situação de rua pela via testemunhal, vislumbro em uma etapa posterior de

pesquisa-intervenção a construção coletiva de campos de atuação na rua que se dêem possivelmente por uma “clínica do testemunho” voltada para a população já estuda aqui, a qual toma inicialmente como base os pressupostos do “Projeto Clínicas do Testemunho” (NEGREIROS; SCHINCARIOL, 2014), programa atrelado à Comissão de Anistia que propõe a política pública de formação de núcleos de apoio e atenção psicológica às pessoas que foram atravessadas pela violência do Estado ao longo da ditadura militar.

Diante dos terrores difundidos pelos modos de governar as vidas tanto em nível estatal quanto microfísico, elaborar projetos voltados a uma política da memória pode auxiliar na formulação e solidificação de redes de amparo. Por tal razão, a história oral como instrumento de luta deve ser considerada em sua potencialidade máxima, já que o compartilhamento de experiências propicia outras formas de subjetivação que podem se contrapor às já instituídas.

Outra possibilidade local é a formação do núcleo Belém do Movimento Nacional da População de Rua, o qual em vigor em outras cidades brasileiras tem articulado fortes embates sociais na busca pela garantia dos direitos ao povo de rua. Conversas iniciadas com participantes do MNPR do Rio Grande do Sul já anunciam uma nova etapa de articulação política por essas bandas do Norte. Enquanto são organizadas as forças necessárias para tal frente se efetivar, trocas informais entre interessados aquecem os debates e a vontade de mudança.

Por fim, considerando toda a importância dos processos de singularização das vidas, lanço este estudo (in)concluso de acordo com a noção de máquinas de guerra abordada por Bicalho, Kastrup e Reishoffer (2012), ou seja, fazendo-me valer da escrita como outra arma de elaboração de territórios existenciais.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O que resta de Auschwitz**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. **Belém do Pará, Uma Cidade Entre As Águas: história, natureza e definição territorial em princípios do século XIX**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Pista 7: Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓCIA, Liliana (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 131-149.

ARANTES, Ester Maria de Magalhães. Escutar. In: FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia do; MARASCHIN, Cleci (Orgs.). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 93-96.

ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BARROS, Maria Elizabeth Barros de; MORSCHEL, Aline. Conhecer. In: FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia do; MARASCHIN, Cleci (Orgs.). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 61-63.

BATISTA, Vera Malaguti. Questionar. In: FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia do; MARASCHIN, Cleci (Orgs.). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 199-201.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BEAUJOU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia urbana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

BELÉM WEB. **Praça da República**. [s.d.]. Disponível em: http://www.belemweb.com.br/navegacao.asp?id=23&pagina=7&sub_pagina=6. Acesso em: 20 maio 2012.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Obras Escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 213-240.

BERNARDES, Célia Regina Ody. **Racismo de Estado**. Curitiba: Juruá, 2013.

BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Apresentação. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Drogas, Direitos Humanos e Laço Social**. Brasília: CFP, 2013.

BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de.; KASTRUP, Virginia. Psicologia e segurança pública: invenção de outras máquinas de guerra. **Psicologia e Sociedade**, 24(1), 2012, p. 56-65.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Direitos para todos**. [s.d.a]. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/programas>. Acesso em: 15 jul. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Centro POP – Institucional**. [s.d.b]. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/centro-pop-centro-de-referencia-especializado-para-populacao-em-situacao-de-rua/centro-pop-institucional>. Acesso em: 15 jul. 2014.

_____. **Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2003.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Secretaria Nacional de Assistência Social. **I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua: relatório**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2006.

_____. Governo Federal. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília: Governo Federal, 2008a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. **Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Proteção Social Especial. **Inclusão das Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011a.

_____. **Portaria nº 940, de 28 de abril de 2011**. Ministério da Saúde, 2011b.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL, Flávia; SILVA, Gustavo; CARNEIRO, Ricardo; ALMEIDA, Mariana. Gestão democrática das cidades e instituições participativas: tendências no contexto brasileiro recente. **Economia Global e Gestão**, 17(1), 2012, p. 117-134.

BRASÍLIA. **Constituição da República Federativa do Brasil** : texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35. ed. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRITO, Maria Mercedes Merry Brito. **Loucos pela rua: escolha ou contingência?** Curitiba: Editora CRV, 2012.

BRUM, Eliane. Prefácio. In: ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BURKE, Peter. Abertura: A nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: EDUNESP, 1992.

CARDOSO, Flávio. **Tradicional do Pará: Mercado Ver-o-Peso completa 387 anos de fundação**. Portal Amazônia.com, 2014. Disponível em: <http://www.portalamazonia.com.br/cultura/variedades/tradicional-do-para-mercado-ver-o-peso-completa-387-anos-de-fundacao/>. Acesso em: 04 set. 2014.

CARVALHO, Igor. **Moradores de rua são alvo de protesto em Florianópolis: “Não precisamos de mendigos: Fora!”**. Portal Fórum, 2013a. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/12/moradores-de-rua-sao-alvo-de-protesto-em-florianopolis-nao-precisamos-de-mendigos-fora/>. Acesso em: 02 set. 2014.

_____. **Estudo mostra que maioria da população de rua não bebe nem usa drogas**. Brasil de fato: uma visão popular do Brasil e do mundo, 2013b. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/12950>. Acesso em: 10 out. 2013.

CASTEL, Robert. **A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

_____. As armadilhas da exclusão. In: CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela (Orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997. P. 17-50.

_____. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010.

_____. **A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?** Petrópolis: Vozes, 2011.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. O governo da vida. **Ecopolítica**, 3, 2012, p. 69-98.

CELLARD, André. A análise documental. In.: POUPART, Jean et al. (Orgs). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CÉSAR, Janaína Mariano; SILVA, Fabio Hebert da; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. O lugar do quantitativo na pesquisa cartográfica. **Fractal**, v. 25, n. 2, 2013, p. 357-372.

COSTA, Luis Artur; ANGELI, Andréa do Amparo Carotta de; FONSECA, Tania Mara Galli. Cartografar. In: FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia do; MARASCHIN, Cleci (Orgs.). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 45-48.

CRUZ, Soraia Georgina Ferreira de Paiva. Quando a condição de existência condena e estilos de vida se tornam perigosos. In: FRANÇA, Sonia; ROCHA, Luiz Carlos da.; CRUZ, Soraia Paiva; JUSTO, José Sterza; CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebelo. (Orgs.) **Estratégias de Controle Social**. São Paulo: Arte & Ciência, 2004. p. 69-99.

CUNHA, Eduardo Leal. Quais os limites de uma psicologia de inspiração foucaultiana? **Revista Cult**. São Paulo: Editora Bregantini, n. 191, 2014, p. 37-39.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e Repetição**; Tradução Luis Orlandi, Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Conversações, 1972 – 1970**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**(vol. 1). Rio de Janeiro: Editora 34, 1995a.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia** (vol. 2). Rio de Janeiro: Editora 34, 1995b.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia** (vol. 7). Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

DONATO, Mauro. A prisão absurda dos moradores de rua que pediam condições mínimas de dignidade num albergue. **Diário do Centro do Mundo**, 2014. Disponível em: <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-absurdo-caso-dos-moradores-de-rua-presos-por-pedir-condicoes-minimas-de-dignidade-num-albergue/>. Acesso em: 02 set. 2014.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. **Belém do Pará**. Rio de Janeiro: IBGE, 1957, v. 14, p. 293-297. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br>. Acesso em: 20 ago. 2014.

FERNANDES, Flávia Saraiva Leão. RAIZER, Milena Veiga; BRÊTAS, Ana Cristina Passarella. Pobre, idoso e na rua: uma trajetória de exclusão. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, 2007.

FERRAZ, Flávio Carvalho. **Andarilhos da imaginação: um estudo sobre os loucos de rua.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade I. A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Dits et écrits III.** Paris: Gallimard, 1994a.

_____. Les techniques de soi. In: **Dits et écrits IV.** Paris: Gallimard, 1994b, p. 783-813. Traduzido por Karla Neves e Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: http://cognitiveenhancement.weebly.com/uploads/1/8/5/1/18518906/as_tcnicas_do_si-_michel_foucault.pdf. Acesso em: 2 fev. 2014.

_____. **Em defesa da sociedade.** Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. A Vida dos Homens Infames. In: MOTA, Manuel Barros da (Org.). **Michel Foucault: Ética, estratégia, poder-saber.** Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2003.

_____. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: MOTTA, Manuel Barros da (Org.). **Ditos e escritos V.** Michel Foucault: ética, sexualidade e política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 264-287.

_____. **A Arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.

_____. Eu capto o intolerável. In: MOTA, Manuel Barros da (Org.). **Ditos e escritos VI.** Michel Foucault: repensar a política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a, p. 31-33.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b, p. 273-295.

_____. Por uma crônica da memória operária. In: MOTA, Manuel Barros da (Org.). **Ditos e escritos VI.** Michel Foucault: repensar a política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010c, p.80-81.

_____. A psicologia de 1850 a 1950. In: MOTA, Manuel Barros da (Org.). **Ditos e escritos I.** Michel Foucault: Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011a, p. 133-151.

_____. **A hermenêutica do sujeito. Curso dado no Collège de France (1981-1982).** São Paulo: Martins Fontes, 2011b.

_____. A governamentalidade. In: MACHADO, Roberto (Org.). **Michel Foucault: Microfísica do poder.** São Paulo, Graal, 2012.

_____. **O corpo utópico, as heterotopias.** São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FRANCO, Ana Carolina Farias. **Cartografias do Diário do Pará**: um estudo genealógico do acontecimento homicídio contra jovens em um jornal impresso. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil, 2012.

FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos urbanos errantes**: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil, 2004.

GALINDO, Dolores; MARTINS, Mário Martins; RODRIGUES, Renata Vilela. Jogos de armar: narrativas como modo de articulação de múltiplas fontes no cotidiano da pesquisa. In: SPINK, Mary Jane Paris; BRIGAGÃO, Jacqueline Isaac Machado; NASCIMENTO, Vanda Lúcia Vitoriano do Nascimento; CORDEIRO, Mariana Prioli (Orgs). **A produção de informação na pesquisa social**: compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

GALLO, Sílvio. Conhecimento, transversalidade e Educação. Para além da interdisciplinaridade. **Revista Impulso**, v. 10, n. 21, Piracicaba: UNIMEP, 1997, p. 115-133.

GIDDENS, Anthony. **A Transformação da Intimidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2011.

HADDOCK-LOBO, Rafael. Derrida e Foucault: Éticas sem virada. A urgência ética como marca da obra de filósofos “pós-modernos”. **Revista Cult**. São Paulo: Editora Bregantini, 2010.

HAUSER, Ester Eliana. **Violência doméstica contra a mulher e a Lei Maria da Pena**. Projeto de extensão “Cidadania para todos”, 2011. Disponível em: http://cidadaniaparatodos.com/publicacao-105-Violencia_domestica_contra_a_mulher_e_a_Lei_Maria_da_Penha.fire. Acesso em: 30 ago. 2014.

IPHAN. **Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural aprova tombamento de dois bairros de Belém**. 2011. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/montarDetalheConteudo.do;jsessionid=1DAFC9D328137AEE3E707EB591F92CBC?retorno=detalheNoticia&sigla=Noticia&id=15967>. Acesso em 10 out. 2014.

JACQUES, Paola Berenstein. **Corpografias urbanas**. São Paulo: Arqutextos/Vitruvius, 2008. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/08.093/165>. Acesso em: 15 dez. 2011.

JORNAL O FAROL. **Presidenta sanciona Estatuto Geral das Guardas Municipais**, 2014. Disponível em: <http://www.jornalofarol.com.br/ver-noticia.asp?codigo=21193>. Acesso em: 04 set. 2014.

JUSTO, José Sterza. Errâncias e errantes: um estudo sobre os andarilhos de estrada. In: JUSTO, José Sterza; SAGAWA, Roberto Yutaka (Orgs.). **Rumos do saber psicológico**. São Paulo: Arte & Ciência, 1998, p. 125-139.

JUSTO, José Sterza; NASCIMENTO, Eurípedes Costa do. Errância e delírio em andarilhos de estrada. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2005, p.177-187.

KASTRUP, Virgínia. Pista 2: O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓCIA, Liliana (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 32-51.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1996.

_____. **Por amor às cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

LEITÃO, Wilma Marques; RODRIGUES, Carmem Izabel. **O Mercado do Ver-O-Peso – Belém**. Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, 2011. Disponível em:http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308321230_ARQUIVO_Lu-soafroOMercadodover-o-Peso-Belem1.pdf. Acesso em: 02 out. 2014.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira; CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello; ALVAREZ, Marcos César. Instituições, confinamento e relações de poder: questões metodológicas no pensamento de Michel Foucault. **Psicologia & Sociedade**, 26, 2013, p. 100-106.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira; CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. Genealogia em Foucault: uma trajetória. **Psicologia e Sociedade**, v. 21, n.3, Florianópolis, 2009.

_____. Problematizar. In: FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia do; MARASCHIN, Cleci (Orgs.). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 191-193.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira; CHAVES, Silvia Nogueira; PRADO FILHO, Kleber. In: LEMOS, Flávia Cristina Silveira et al. (Orgs.). **Transversalizando no ensino, na pesquisa e na extensão**. Curitiba: Editora CRV, 2012, p. 21-31.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira; LOBO, Lilia Ferreira Lobo; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. In: LEMOS, Flávia Cristina Silveira et al. (Orgs.). **Transversalizando no ensino, na pesquisa e na extensão**. Curitiba: Editora CRV, 2012, p. 45-53.

LOBO, Lilia Ferreira. Introdução. Pesquisar: a genealogia de Michel Foucault. In: FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia do; MARASCHIN, Cleci (Orgs.). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 13-19.

LUNA, Lara. “Fazer viver e deixar morrer”. A má-fé da saúde pública no Brasil. In: SOUZA, Jessé (Org.). **A ralé brasileira: quem é e como vive?**Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

MACEDO, Cleonice Meireles. **Meio Ambiente na Percepção dos Moradores das Ocupações Riacho Doce e Pantanal na Bacia Hidrográfica do Igarapé Tucunduba - Belém-PA**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil, 2008.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2012, p. 7-34.

MAGNI, Claudia Turra. **Nomadismo urbano: uma etnografia sobre moradores de rua de Porto Alegre**, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

MANSANERA, Adriano Rodrigues; SILVA, Lúcia Cecília da. A influência das idéias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil. **Psicologia em Estudo**, v. 5, n. 1, 2000, p. 115-137.

MARCO AURÉLIO MARTINS. **Pesquisadora quer desburocratizar a doação de corpos à Universidade**. Site da Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www5.usp.br/16100/pesquisadora-do-icb-quer-desburocratizar-a-doacao-de-corpos-a-ciencia/>. Acesso em: 28 set. 2014.

MARTINS, Helena; ADJUTO, Graça. **Violência e mortes de moradores de rua são temas de programa da TV Brasil**. EBC Agência Brasil, 2014. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-07/violencia-e-mortes-de-moradores-de-rua-sao-temas-de-programa-da-tv>. Acesso em: 15 set. 2014.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU, 1974.

MEIRA FILHO, Augusto. **Evolução Histórica de Belém do Grão-Pará**. 1ªed. Belém, Grafisa, 1976. 2v.

MENDES, Ana Flávia. **Dança imanente: uma dissecação artística do corpo no processo criativo do espetáculo Averso**. São Paulo: Escrituras Editora, 2010.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MODESTO, César. **Prefeitura inaugura centro de referência para população em situação de rua**. Prefeitura de Belém, 2013. Disponível em: <http://ww3.belem.pa.gov.br/www/?p=15798>. Acesso em: 15 jul. 2014.

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA. **Cartilha de formação do Movimento Nacional da População de Rua**, 2010.

MOTTA, Luana Dias. **A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade**. [s.d.]. Disponível em: http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf. Acesso em: 02set. 2014.

NASCIMENTO, Maria Lúvia; TEDESCO, Silvia. Conectando clínica e política... In: TEDESCO, Silvia; NASCIMENTO, Maria Lúvia (Orgs). **Ética e subjetividade: novos impasses no contemporâneo**. Porto Alegre, Sulina, 2009.

NEGREIROS, Dario de; SCHINCARIOL, Rafael. **Clínicas lidam com os traumas do terror de Estado**. Vi o mundo, o que você não vê na mídia, 2014. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/para-lidar-com-os-traumas-do-terror-de-estado-cinco-clinicas-do-testemunho-em-funcionamento.html>. Acesso em: 02 out. 2014.

OLIVAR, José Miguel Nieto. Banquete de homens: sexualidade, parentesco e predação na prática da prostituição feminina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 75, 2011.

OLIVEIRA, Domingos Sávio de Castro. **Arquitetura, Escultura e Elementos Ornamentais: Arte Pública no Centro Histórico de Belém, no Pará**. [s.d.]. Disponível em: http://www.anpap.org.br/anais/2010/pdf/chtca/domingos_savio_de_castro_oliveira.pdf. Acesso em 20 maio 2012.

OLIVEIRA, Sérgio Rodas. **Lei das guardas municipais pode piorar segurança, diz secretário**. Blog Terra Magazine, 2014. Disponível em: <http://terramagazine.terra.com.br/blogterramagazine/blog/2014/07/25/lei-das-guardas-municipais-pode-piorar-seguranca-diz-especialista/>. Acesso em 05 out. 2014.

ORTEGA, Francisco. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. Da ascese à bio-ascese ou do corpo submetido à submissão ao corpo. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo. **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p.139-173.

PAGOT, Angela Maria. **O louco, a rua, a comunidade: as relações da cidade com a loucura em situação de rua**. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 2012.

PASSETTI, Edson. Para o neoliberalismo a democracia começa no mercado, entrevista de Edson Passetti a Rafael Evangelista. **ComCiência**, 67, 2005.

_____. Governamentalidade e violências. **Currículo sem Fronteiras**, v. 11, n.1, p. 42-53, 2011.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. Pista 1: A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓCIA, Liliana (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 17-31.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓCIA, Liliana. Apresentação. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓCIA, Liliana (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 7-16.

PELBART, Peter. Vida Nua, vida besta, uma vida. In: **Vida Capital: Ensaios de biopolíticas**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

_____. Do livro como experiência à vida como experimentação. **Revista Cult**. São Paulo: Editora Bregantini, n. 191, 2014, p. 34-36.

PIMENTEL, Márcia Aparecida da Silva; SANTOS, Viviane Corrêa; SILVA, Flávia Adriane Oliveira da; GONÇALVES, Amanda Cristina. **Ocupação das várzeas na cidade de Belém: causas e consequências socioambientais**. Revista Geonorte, Edição Especial, v.2, n.4, 2012, p. 34-45.

PIRES, Estêvão. Prefeitura determina retirada de grade 'antimendigo' de calçada do RS. **G1 Rio Grande do Sul**, 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/08/prefeitura-determina-retirada-de-grade-antimendigo-de-calçada-do-rs.html>. Acesso em: 02 set. 2014.

PREFEITURA DE BELÉM. **Centro POP oferece testes de hepatite e palestra para moradores de rua**. Prefeitura de Belém, 2014. Disponível em: <http://ww3.belem.pa.gov.br/www/?p=20209>. Acesso em: 15 jul. 2014.

PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: EDUNESP, 1992, p. 163-198.

REVEL, Judith. **Dicionário de Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

ROCHA, Alexandre Pereira da. Polícia, violência e cidadania: o desafio de se construir uma polícia cidadã. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 7, n. 1, São Paulo, 2013, p. 84-100.

ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Katia Faria de. Pesquisa-Intervenção e a Produção de Novas Análises. **Psicologia Ciência e Profissão**, 23 (4), 2003, p. 64-73.

RODRIGUES, Alice da Silva. **A organização do espaço urbano e a gestão da cidade**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/pdfs/Artigos.pdf>. Acesso em 07 out. 2014.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. O homem sem qualidades. História oral, memória e modos de subjetivação. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, n. 2, Rio de Janeiro, 2004.

_____. Michel Foucault, as “Marcas da Pantera” e a “Pantera Cor-De-Rosa”. Apontamentos sobre o processo de desinstitucionalização psiquiátrica. **Vivência**, n. 32, 2007, p. 41-60.

RODRIGUES, Ana Cabral; BAPTISTA, Luis Antônio dos Santos. Cidades-imagem: afirmações e enfrentamentos às políticas da subjetividade. **Psicologia & Sociedade**, 22 (3), 2010, p. 422-429.

ROLNIK, Suely. Ninguém é deleuziano. Entrevista a Lira Neto e Silvio Gadelha. **O Povo, Caderno Sábado**. Fortaleza, 1995.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? **Novos estudos**, 89, 2011, p. 89-109.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2006.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra: corpo e cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

SILVA, Cleidiane. **Morador de rua é morto com facada no peito em Belém**. ORM News, 2014. Disponível em: http://www.ormnews.com.br/noticia/morador-de-rua-e-morto-com-facada-no-peito-em-belem#.VB4Bb5RdV_Y. Acesso em: 02 set. 2014.

SILVA, Wanderson Vilton Nunes da. **Entre ruas que subjetivam, registros do governo da vida e da morte na cidade**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, Brasil, 2013.

SOUSA, Edson Luiz André de. Entrevistar. In: FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia do; MARASCHIN, Cleci (Orgs.). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 87-88.

SOUZA, Luiza Monteiro. **Desdobrando a dança imanente: imanência, organicidade e técnica na construção de uma poética cênica**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil, 2011.

SOUZA, Renata Durans Pessoa de; GALVÃO, Lilyan. **Formas da produção habitacional na “Nova Belém”**: estudo comparativo dos diferentes tipos de produção habitacional ao longo da Av. Augusto Montenegro, Belém (PA) e suas tendências de consolidação. Anais Encontros Anuais da ANPUR, 2013. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4627>. Acesso em: 02 set. 2014.

SPINK, Mary Jane. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 9 (3), 1993, p. 300-308.

TEDESCO, Silvia Helena; SADE, Christian; CALIMAN, Luciana Vieira. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. **Fractal**, v. 25, n. 2, 2013, p. 299-322.

TEÓFILO, Sarah. **Mais um morador de rua é assassinado na Região Metropolitana de Goiânia**. Jornal Opção, 2013. Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/posts/ultimas-noticias/mais-um-morador-de-rua-e-assassinado-na-regiao-metropolitana-de-goiania>. Acesso em: 02 set. 2014.

TRANSCODIFICAÇÕES URBANAS. **Praça da República: ao ideal republicano**. [s.d.]. Disponível em: http://www.monumentosdebelem.ufpa.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15&Itemid=47. Acesso em: 10 jun. 2012.

TRIBUNA DO NORTE. **Há sete anos, Itep não doa corpos para a UFRN**, 2014. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/ha-sete-anos-itep-nao-doa-corpos-para-a-ufrn/280227>. Acesso em: 18 ago. 2014.

UNESCO. **Políticas Públicas de/para/com as Juventudes**. Brasília: Unesco, 2004.

UNICEF; CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **O enfrentamento da exclusão escolar no Brasil**. Brasília, DF: UNICEF, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2014.

VERNANT, Jean-Pierre. **A morte nos olhos**: figurações do Outro na Grécia Antiga Ártemis, Gorgó. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

VIRILIO, Paul. **O espaço crítico**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 1994.

ZAMBENEDETTI, Gustavo; SILVA, Rosane Azevedo Neves. Cartografia e genealogia: aproximações possíveis para a pesquisa em psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, 23 (3), 2011, p. 454-463.

ZOURABICHVILI, François. **O vocabulário de Deleuze**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2009.